

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
ÁREA DE FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO

LIZ CADAMURO

**HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL: UM ESTUDO  
BIBLIOMÉTRICO DE TESES E DISSERTAÇÕES**

São Carlos – SP

2011

LIZ CADAMURO

**HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL: UM ESTUDO  
BIBLIOMÉTRICO DE TESES E DISSERTAÇÕES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos na área de Fundamentos da Educação, para a qualificação como parte das exigências para obtenção do título de Mestre em Educação, sob a orientação do Prof. Dr. Carlos Roberto Massao Hayashi.

São Carlos – SP

2011

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da  
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

C121he Cadamuro, Liz.  
História da educação no Brasil : um estudo bibliométrico  
de teses e dissertações / Liz Cadamuro. -- São Carlos :  
UFSCar, 2011.  
118 f.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São  
Carlos, 2011.

1. Educação - história. 2. Bibliometria. 3. Teses. 4.  
Dissertações. I. Título.

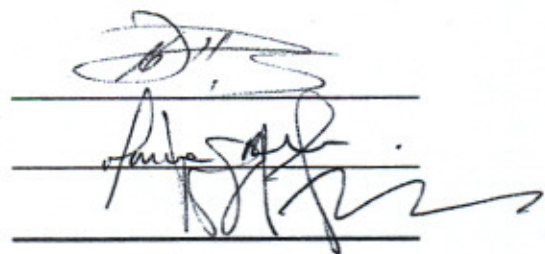
CDD: 370.9 (20ª)

**BANCA EXAMINADORA**

Prof. Dr. Carlos Roberto Massao Hayashi

Profª Drª Márcia Regina da Silva

Prof. Dr. Amarilio Ferreira Junior



Three horizontal lines with handwritten signatures written over them. The top signature is a cursive scribble. The middle signature is more legible, appearing to be 'Amarilio Ferreira Junior'. The bottom signature is a long, sweeping cursive stroke.

## AGRADECIMENTOS

*Parecia-me que a Terra não seria habitável se não houvesse alguém que eu pudesse admirar.*

(Simone de Beauvoir)

A todos vocês expresso aqui minha admiração.

Ao Prof. Dr. Carlos Roberto Massao Hayashi por seis anos de orientação pelos caminhos da história da educação.

Ao Prof. Dr. Amarílio Ferreira Júnior e à Prof. Dra. Márcia Regina da Silva, por terem aceitado prontamente o convite para esta banca e também pelas valiosas sugestões que só vieram a contribuir para o resultado final da pesquisa.

À CAPES por ter me proporcionado o suporte para que pudesse me dedicar exclusivamente ao desenvolvimento da pesquisa.

Aos colegas, conhecidos e também aquele que vi somente uma vez na vida e que provavelmente nunca mais chegarei a ver de novo, dentro de mim existe nem que seja uma fração de cada um de vocês.

Aos amigos, com suas particularidades me fizeram e sempre me farão crescer, odiando e amando cada pedacinho de vocês.

Aos amores vividos e nunca esquecidos.

À família, seja como for estão sempre lá.

Aos meus pais, única razão pela qual meu mundo gira. Mãe você estará comigo eternamente, pois a sua semente continua viva em mim. Pai espero lhe dar todo o orgulho que um homem como você merece de um filho, obrigada por você ser você e por nunca me deixar cair, sem você eu não estaria mais aqui.

*Que nada nos defina. Que nada nos sujeite. Que a liberdade seja nossa própria substância*

(Simone de Beauvoir)

# DEDICATÓRIA

*A ela e a ele*

## RESUMO

A crescente demanda por informação juntamente com uma política de educação superior eficaz elevaram a pós-graduação a um nível mais alto, mudando seu foco de simples formador de professores para estudos em pesquisa aplicada, principalmente em ciência e tecnologia. Diante desse cenário constatou-se a necessidade de se criar mecanismos que pudessem avaliar a evolução da própria ciência e tal processo deu através da investigação das produções científicas. Foram criados métodos e ferramentas capazes de quantificar e mensurar a produção científica e dentre as muitas podemos destacar a bibliometria. Por meio de ferramentas de análise bibliométrica é possível quantificar dados e identificar padrões. O trabalho justifica-se pela ausência de estudos de avaliação na área de história da educação e também tenta preencher uma lacuna existente nos estudos que utilizam teses e dissertações como objeto de estudo. Tem por objetivo dar continuidade aos estudos que visam mapear a área da educação no Brasil, além de identificar o que mais vem sendo pesquisado, analisar indicadores bibliométricos e refletir sobre a distribuição dos temas, representados aqui pelas linhas de pesquisa oferecidas no país. Este estudo de caso terá caráter exploratório e explicativo, pois pretende aprofundar o conhecimento da realidade buscando explicar a razão dos problemas. O universo da pesquisa é dado pelas teses e dissertações que se encontram inseridas no Banco de Teses da CAPES. Destacamos o papel da CAPES como uma das principais articuladoras da evolução da pós-graduação no país. Como ferramenta de análise utilizou-se o *software Vantage Point*, que é capaz de transformar arquivos de formato TXT em uma listagem dividida em categorias, o que facilita o processamento e análise dos dados. Foi possível identificar certos padrões dentro da produção científica de teses e dissertações, como por exemplo, as principais temáticas abordadas, palavras-chaves mais utilizadas, principais áreas do conhecimento e períodos históricos. Foram também levantados dados quantitativos, com relação tipo de trabalhos, instituições de ensino superior, ano, gênero, financiamentos, entre outros aspectos. Dessa forma foi possível traçar um panorama geral do atual estágio de desenvolvimento da pesquisa em história da educação, podendo com tudo, servir de base para estudos posteriores.

**Palavras-chave:** História da Educação; Análise bibliométrica; Teses e Dissertações; Produção científica.

## ABSTRACT

The growing demand for information along with a higher education policy effectively amounted to graduate to a higher level, changing its focus from simple teacher trainer for studies in applied research, especially in science and technology. Given this scenario it was found the need to create mechanisms that can assess the progress of science itself and this process was through the investigation of scientific production. Were created methods and tools to quantify and assess the scientific literature and among the many we can highlight bibliometrics. Through bibliometric analysis tools is impossible to quantify data and identify patterns. The work is justified by the absence of evaluation research in the field of history of education and also tries to fill a gap in studies that use theses and dissertations as an object of study. It aims to continue the studies aimed at mapping the area of education in Brazil, and identify what else has been researched, analyze bibliometric indicators and reflect on the distribution of subjects, represented here by lines of research offered in the country. This case study will be exploratory and explanatory because it aims to deepen understanding of the reality of trying to explain why problems. The research is given by the theses and dissertations that are inserted in the CAPES Theses Database. Underscore the role of CAPES as one of the main articulators of the evolution of graduate education in the country. As a tool of analysis used the Vantage Point software, which can transform files in TXT format a list divided into categories, which facilitates the processing and data analysis. Following this line of research we want to better understand not only the course of history in the area of education, but the area of education as a whole. It was possible to identify certain patterns within the scientific theses and dissertations, for example, major themes, key words being used, the main areas of knowledge and historical periods. We also collected quantitative data about type of work, higher education institutions, year, gender, funding, among other things. Thus it was possible to draw a general picture of the current stage of research development in the history of education, with everything and can serve as basis for further studies.

**Keywords:** History of education; Bibliometrics analysis; Theses and dissertations; Scientific production.



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Estrutura da Pesquisa	18
Figura 2 – Distribuição dos cursos de educação por estado	31
Figura 3 – Distribuição dos cursos de educação por região	31
Figura 4 – Processo de Comunicação Científica	51
Figura 5 – Distribuição dos trabalhos por ano	73
Figura 6 – Distribuição dos trabalhos por nível de qualificação	76
Figura 7 – Dependência Administrativa	77
Figura 8 – Distribuição dos trabalhos por região	79
Figura 9 – Distribuição dos trabalhos por estado	80
Figura 10 – Distribuição das temáticas educacionais	88

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Distribuição por ano e nível de qualificação	75
Tabela 2 – Frequência de universidades	78
Tabela 3 – Financiamentos	81
Tabela 4 – Principais agências de fomento a pesquisa	82
Tabela 5 – Distribuição de financiamentos por região do país	82
Tabela 6 – Distribuição dos trabalhos por gênero	84
Tabela 7 – Distribuição dos trabalhos por gênero e faixa etária	84
Tabela 8 – Frequência de palavras-chave	89
Tabela 9 – Frequência de áreas do conhecimento	90
Tabela 10 – Distribuição dos trabalhos sobre o período republicano	102
Tabela 11 – Distribuição dos trabalhos por períodos históricos	104

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 – Os ciclos do pensamento educacional brasileiro	34
Quadro 2 – Principais temas e subtemas da educação	44
Quadro 3 – Métodos bibliométricos	65
Quadro 4 – Comparativo entre tipologias	69

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 Objetivos	16
1.2 Organização da pesquisa	17
1.3 Percorso metodológico	19
2 UNIVERSIDADE E PÓS-GRADUAÇÃO NO BRASIL	22
3.1 A pós-graduação em Educação e o campo da História da Educação	29
3 CIÊNCIA, COMUNICAÇÃO E PRODUÇÃO CIENTÍFICA	47
3.1 Metodologias de análise da produção científica	57
3.1.1 Pesquisa qualitativa	59
3.1.2 Pesquisa quantitativa	60
3.1.2.1 Análise bibliométrica	61
3.1.2.1.2 Análise bibliométrica automatizada	65
3.1.2.2 Cientometria, informetria e webmetria	66
3.1.3 Pesquisa mista	69
4 INDICADORES DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO	72
4.1 Indicadores bibliométricos	72
4.2 Indicadores cientométricos	85
4.2.1 As temáticas	85
4.2.2 Os períodos históricos	92
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	105
6 REFERÊNCIAS	108

# 1 INTRODUÇÃO

É comum hoje afirmar que a ciência vem desempenhando um papel muito importante no desenvolvimento da sociedade, pois de uma forma dinâmica e contínua a ciência parte em buscar de “verdades”, utilizando para isso métodos científicos. Um ponto fundamental dessa dinâmica da ciência é a forma com a qual o cientista é capaz de transmitir as informações levando em consideração a natureza destas e o seu público alvo.

Com o desenvolvimento tecnológico foi possível a sociedade avançar em direção a uma nova revolução, desta vez científica e tecnológica, que colocou em evidencia a informação e o conhecimento por meio das produções científicas.

Entre as varias definições possível sobre produção científica, a formulada por Moura (1997) remete ao contexto na qual ela é produzida - a universidade ou instituição de pesquisa – uma vez que ela é a base para o desenvolvimento e a superação da dependência entre os países e regiões de um mesmo país. Deste ponto de vista, a produção científica normalmente, está localizada nas universidades, especialmente na pós-graduação, o local onde efetivamente é realizada a maioria das pesquisas no país.

Os cursos de pós-graduação são entendidos, literalmente, como aqueles que se realizam após a graduação, condicionados, portanto, ao pré-requisito de que seus alunos tenham previamente concluído algum curso de graduação. Diferentemente dos cursos de graduação que estão voltados para a formação profissional, a pós-graduação se volta para a formação acadêmica traduzida especificamente no objetivo de formação de pesquisadores (SAVIANI, 2000).

Também é importante lembrar que a produção científica não depende somente das pesquisas realizadas nas universidades e nos institutos de pesquisa, e sim, principalmente do apoio de agências financiadoras no processo de investigação científica, das políticas de pesquisa e desenvolvimento do país e a disponibilidade de recursos humanos dedicados, qualificados e capacitados.

Segundo Targino (2000, p.54) *“É a comunicação científica que favorece ao produto (produção científica) e aos produtores (pesquisadores) a necessária visibilidade e possível credibilidade no meio social em que produto e produtores se inserem”*. Dentro do processo de comunicação científica está inserido o papel da divulgação científica, que pode ser feita através dos canais formais e informais de comunicação, neste contexto as teses e dissertações assumem uma grande importância no cenário da divulgação científica.

Teses e dissertações são documentos originados das atividades dos cursos de pós-graduação. Esses cursos visam principalmente a capacitar pesquisadores e profissionais de alta qualificação em vários níveis. (PASSOS; SANTOS E AMARAL, 2002, p.4)

A crescente evolução das tecnologias de informação e as mudanças nos processos de comunicação provocaram mudanças políticas e sociais e foi preciso que a divulgação científica se adequasse as crescentes demandas da sociedade. A evolução muito rápida das informações, associada às novas tecnologias, em especial a informática, levaram a repensar o acervo das bibliotecas.

Diante da evidente necessidade, surgem as bibliotecas digitais, que tem como objetivo, difundir a produção científica, acadêmica e intelectual nas universidades. Para isso disponibiliza em formato digital e on-line as teses e dissertações de todas as áreas do conhecimento.

A idéia original deste trabalho começou em 2004, quando Hayashi propôs estudar como se configurava a área de pesquisa em educação no Brasil, adotando como objeto de estudo a base de dados internacional Francis do *Institut de L'information Scientifique et Technique* do Center National de La Recherche Scientifique. Os resultados obtidos permitiram identificar as tendências e crescimento do conhecimento na área ao caracterizar os periódicos, os temas abordados, as instituições, autores e as parcerias científicas no campo estudado.

Ainda em 2004 iniciou-se um projeto de pesquisa e extensão cadastrado e certificado pelo Diretório de Grupos de Pesquisa/CNPq<sup>1</sup>, coordenado pelo Prof. Dr. Carlos Roberto Massao Hayashi, intitulado “Análise Bibliométrica da produção científica em educação no Brasil”, projeto do qual fiz parte por dois anos, durante a minha graduação em Biblioteconomia e Ciência da Informação, como bolsista de iniciação científica do PIBIC<sup>2</sup>/UFSCar<sup>3</sup>/CNPq.

Simultaneamente, Hayashi (2007) em sua pesquisa de doutorado, estudou os grupos de pesquisa em História da Educação, buscando verificar as configurações dos grupos de pesquisa, com relação às linhas de pesquisa desenvolvidas e suas respectivas produções científicas. Tomou-se como unidade de análise os grupos de pesquisa em educação que se

---

<sup>1</sup> Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

<sup>2</sup> Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica.

<sup>3</sup> Universidade Federal de São Carlos.

encontravam cadastrados e certificados na base censitária de 2004 do Diretório de Grupos de Pesquisa no Brasil/CNPQ. As respostas obtidas permitiram compreender a contribuição desses grupos de pesquisa para o avanço das pesquisas no âmbito da história e filosofia da educação, das políticas educacionais e das instituições escolares.

Transportando conhecimentos adquiridos com a graduação em biblioteconomia para a área de educação, iniciei uma pesquisa no Banco de Teses da CAPES<sup>4</sup>, a fim de identificar o resultado final do que é produzido na pós-graduação em educação sobre o tema história da educação.

Durante o desenvolvimento deste trabalho surgiram questões que auxiliaram o direcionamento da pesquisa buscando dessa forma, compreender melhor o objeto de estudo e avançar com o desenvolvimento científico. Adota-se, assim, como direcionamento da pesquisa a seguinte questão:

- Como se organiza o campo da pesquisa da História da Educação no Brasil quando se pensa em Teses e Dissertações?

Diante da questão colocada, a investigação científica conduz a “possíveis respostas” ou simplesmente a hipótese da pesquisa, expressa pela seguinte afirmação:

- As teses e dissertações que estão inseridas no campo da pesquisa em história da educação se caracterizam como concentrada em determinadas áreas do país, e focada nos objetos de pesquisa.

Este trabalho espera traçar um mapa do atual estágio de desenvolvimento da área de história da educação nas teses e dissertações e dessa forma contribuir para que se tenha um conhecimento mais profundo na área. A justificativa para a realização deste trabalho é a de preencher uma lacuna existente no que tange os estudos que se dedicam a analisar as teses e dissertações.

Foi escolhido como unidade de análise o Banco de Teses da CAPES, visto que, este disponibiliza teses e dissertações defendidas a partir de 1987 e tem o objetivo de facilitar o acesso a informação sobre as produções científicas produzidas nos programas de pós-graduação do país. A proposta é analisar a produção científica com base nos aportes da

---

<sup>4</sup> Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

Ciência da Informação e da Educação, denotando uma pesquisa de configurações multidisciplinar.

Implícita a idéia geral da pesquisa, analisar a produção científica subjaz o conceito de avaliação, que neste trabalho adota a perspectiva apresentada por Vanti (2002) ao assinalar que nas ultimas décadas acompanhando a expansão da ciência e da tecnologia, tornou-se mais evidente a necessidade de avaliar tais avanços e de determinar os desenvolvimentos alcançados pelas mais diversas áreas do conhecimento. A avaliação também funciona como instrumento para tomada de decisão sobre a alocação de recursos e investimentos e a capacitação de recursos humanos, permitindo orientar as pesquisas para o atendimento das necessidades da sociedade.

Com a bibliometria é possível analisar a atividade científica ou técnica pelo estudo quantitativo das publicações tendo como objetivo o desenvolvimento de indicadores cada vez mais confiáveis (HAYASHI et al, 2008).

Com relação à relevância social, destacamos a importância da multidisciplinaridade, devido à necessidade de considerar as diferentes interfaces de uma determinada área na sua relação com outras disciplinas e atuações profissionais, o que resulta em se poder considerar que pesquisas realizadas sob a luz da multidisciplinaridade, muito contribuem para a construção do conhecimento (LEITE; CARDOSO, 2006).

Em termos objetivos o presente trabalho se insere no contexto das temáticas que se enquadram sob a égide da análise de produção científica e tecnológica, no caso específico, na área da educação.

Segundo Velho (1997) a área de educação apresenta um comportamento diferenciado das áreas de exatas e saúde, onde se notam índices elevados de colaboração científica e em sua grande maioria se prioriza a produção de artigos científicos para a publicação em periódicos nacionais e internacionais.

## **1.1 Objetivos**

Durante o desenvolvimento de uma pesquisa surgem questões que auxiliam os pesquisadores no direcionamento de suas pesquisas buscando dessa forma, compreender melhor o objeto de estudo e avançar com o desenvolvimento científico. Acreditando na importância das teses e dissertações como veículo de desenvolvimento de uma bibliografia de referência na área de educação, propõem-se investigar como se organiza o campo da



pesquisa em História da Educação no Brasil tendo como foco as Teses e Dissertações. Como parte do processo os objetivos específicos deste trabalho são:

- Realizar um estudo da produção científica na área de história da educação sob a perspectiva dos estudos bibliométricos;
- Produzir indicadores de produção científica em história da educação;
- Realizar análises cientométricas para verificar os padrões desta produção, com relação a temáticas e períodos históricos.

## **1.2 Organização da pesquisa**

Para um melhor entendimento desta pesquisa, apresentamos como está organizado a distribuição dos capítulos na presente dissertação.

- No capítulo inicial são apresentados os objetivos, a organização da pesquisa e a metodologia adotada.
- No capítulo 2 serão abordados os temas universidade, pós-graduação, pós-graduação em educação e por fim uma análise do atual estágio da pesquisa no campo da educação com relação às temáticas mais abordadas.
- No capítulo 3 apresenta-se um compêndio de estudos relacionados com o processo de evolução do pensamento científico, iniciado com a ciência propriamente dita, passando pela comunicação e divulgação científica, os tipos de publicações (teses e dissertações), além dos tipos de metodologias de análise da produção científica (pesquisa quantitativa, pesquisa qualitativa e pesquisa mista).
- No capítulo 4 serão apresentados os indicadores bibliométricos da produção científica em história da educação, em seguida os indicadores cientométricos com relação a linhas de pesquisa, palavras-chave e áreas do conhecimento;
- No capítulo 5, as considerações finais apresentam a configuração atual do campo da história da educação na pesquisa em teses e dissertações.

Para melhor compreensão do estudo, apresentamos a estrutura do trabalho, conforme a Figura 1:

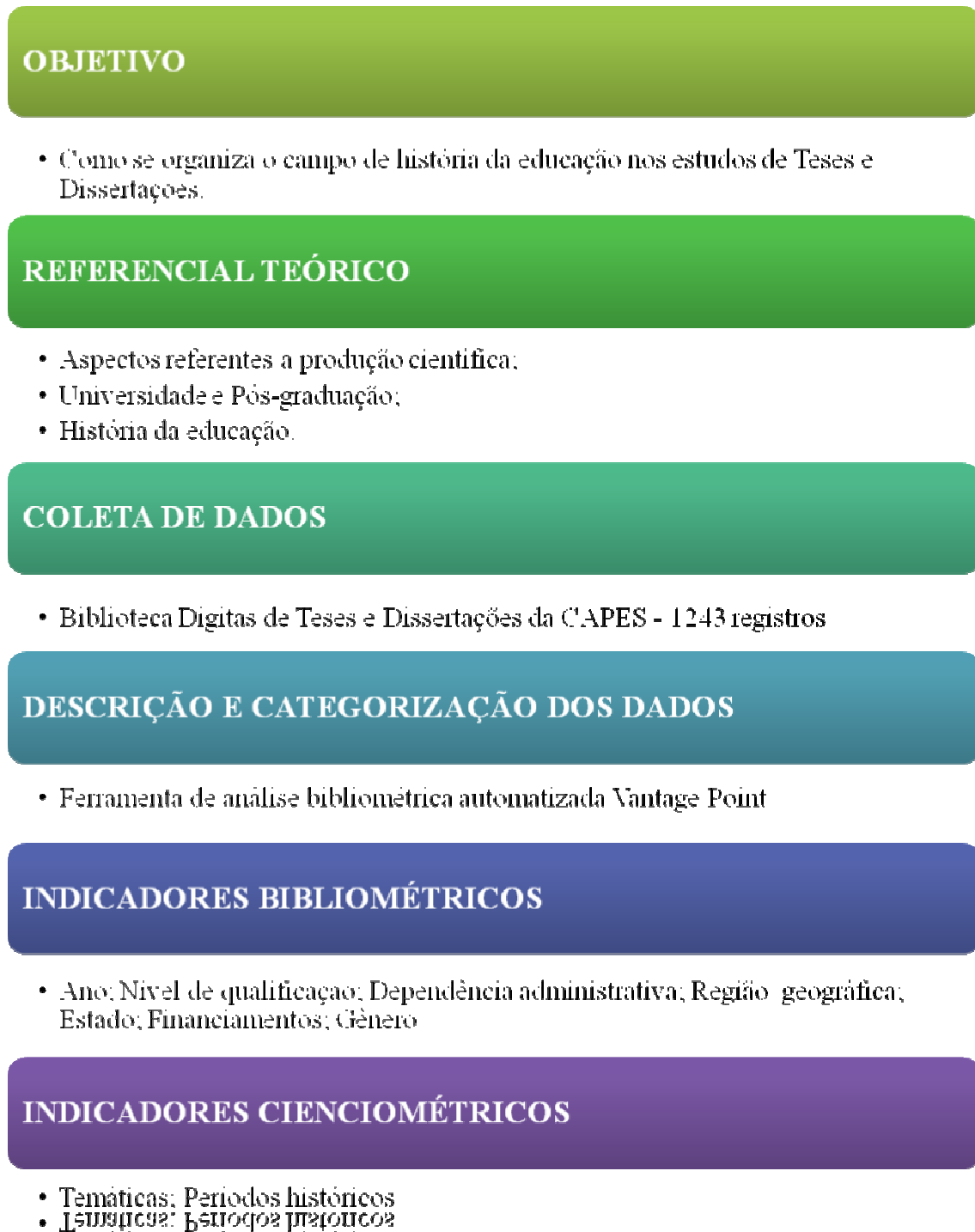


Figura 1- Estrutura da pesquisa.

### 1.3 O percurso metodológico

Pesquisa é um conjunto de ações, propostas para encontrar a solução para um problema, que têm por base procedimentos racionais e sistemáticos. A pesquisa é realizada quando se tem um problema e não se tem informações para solucioná-lo (SILVA; MENEZES, 2001).

Vendo por um prisma mais filosófico, Minayo (1993, p.23) considera a pesquisa como

Atividade básica das ciências na sua indagação e descoberta da realidade. É uma atitude e uma prática teórica de constante busca que define um processo intrinsecamente inacabado e permanente. É uma atividade de aproximação sucessiva da realidade que nunca se esgota, fazendo uma combinação particular entre teoria e dados.

Apresentaremos os procedimentos científicos adotados, destacando o universo, a natureza, as abordagens, os objetivos, os procedimentos técnicos e o método da pesquisa.

Com o objetivo de compreender o perfil da produção científica informal (teses e dissertações) na área de história da educação, optou-se por realizar uma pesquisa de natureza **aplicada**, utilizando a abordagem **qualitativa** e **quantitativa** concomitantemente, pois com o desenvolvimento da pesquisa ficou nítido que a utilização apenas da abordagem quantitativa seria insuficiente para chegar ao objetivo proposto.

A pesquisa terá caráter **exploratório**, uma vez que se pretende obter dados que evidenciem o problema ou que sirva para conhecer profundamente o objeto de estudo e também **explicativa**, identificando os fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência dos fenômenos, aprofundando o conhecimento da realidade porque explica a razão das coisas.

O procedimento técnico será feito através de uma **pesquisa bibliográfica**, pois permite realizar um estudo amplo e profundo de um objeto através de referências bibliográficas. E por fim, foram formuladas hipóteses e deduziu-se conseqüências, utilizando o método **hipotético-dedutivo** como linha de raciocínio a ser empregados na investigação.

A evolução muito rápida das informações, associada às novas tecnologias, em especial da informática, levou a repensar o acesso a Literatura Científica. Um exemplo dessa mudança no fato de que cada vez mais revistas e relatórios estão sendo

disponibilizados na forma digital, permitindo seu acesso através da Internet. Neste contexto as bibliotecas digitais de teses e dissertações têm como objetivo disponibilizar e difundir a produção científica, acadêmica e intelectual das Universidades em formato digital, englobando todas as áreas de conhecimento, de interesse do desenvolvimento científico, tecnológico e social do país. Podemos encontrar nessas bibliotecas digitais de teses e dissertações o conteúdo na forma de resumos e/ou textos completos, no formato de arquivo PDF (*Portable Document Format*) da Adobe.

O Banco de Teses da Capes foi escolhido como objeto de estudo, porque hoje representa o maior banco de dados de teses e dissertações do país. A Capes disponibiliza em seu banco de teses e dissertações, cerca de 200 mil teses e dissertações apresentadas nos programas de pós-graduação no país em um período de 1987 a 2009. Em nossa pesquisa serão analisados os trabalhos relativos ao período que vai de 1990, data do primeiro registro sobre o assunto história da educação, até 2008. Na página de pesquisa <http://servicos.capes.gov.br/capesdw/> é possível realizar a busca através dos campos: autor, título ou instituição, selecionando a busca como “todas as palavras”; “qualquer uma das palavras” ou “expressão exata”. Na página encontra-se também a opção de busca por nível da pesquisa (mestrado, doutorado ou profissionalizante) e também pelo ano.

Na primeira etapa da pesquisa foram recuperados os registros das teses e dissertações, através da busca pelo termo *história da educação* no Banco de Teses da CAPES e transformamos esses dados em um arquivo de texto sem formatação (.txt).

Transferindo os dados para o MS Excel, as informações foram separadas em colunas e transportadas para o Vantage Point, onde sofreram um tratamento bibliográfico, gerando dados quantitativos e identificado os indicadores científicos. Na etapa seguinte, os dados foram analisados e transferidos novamente para o MS Excel, Na etapa final foram confeccionados gráficos e tabelas dos indicadores da produção científica.

Como indicadores a serem analisados destaca-se:

- Ano de defesa do trabalho;
- Nível de qualificação;
- Dependência administrativa dos cursos de pós-graduação em educação;
- Principais universidades;
- Distribuição da produção científica por Estados;
- Distribuição da produção científica por Região do país;

- Financiamentos;
- Principais agências de financiadoras;
- Distribuição dos financiamentos por Região;
- Gênero;
- Temáticas;
- Períodos históricos.

## 2 UNIVERSIDADE E PÓS-GRADUAÇÃO NO BRASIL

A universidade é uma instituição social e como tal exprime de maneira determinada a estrutura e o modo de funcionamento da sociedade como um todo. Sabemos que a função da universidade não é somente a formação de profissionais de nível superior, mas também a criação de conhecimento (MALNIC, 2006), dessa forma, estimular o avanço científico e tecnológico, através da pós-graduação, se faz necessário para formar um número crescente de pesquisadores qualificados, o que resultaria em uma condição suficiente para promover um aumento do bem estar social (DIAS, 2005).

Segundo diversos autores (SAVIANI, 2000; BARRETO, 2006; LEITE FILHO; MARTINS, 2006) a pós-graduação é o setor educacional brasileiro que melhor desempenho obteve ao longo das décadas, devido ao planejamento de médio e longo prazo, além de financiamentos consistentes por parte do Estado. Outro fator determinante para o fortalecimento da pós-graduação foi a incorporação de um sistema de avaliação institucional realizado pela própria comunidade científica das áreas respectivas (BARRETO, 2006).

Ao longo da história, o sistema de pós-graduação variou, em relação ao seu caráter, de predominantemente disciplinar para uma abertura interdisciplinar e multidisciplinar, alterou também sua identidade que passou de uni-institucional para experiências pluri-institucionais e em relação à sua terminalidade, antes voltada para o universo acadêmico hoje se volta à formação de profissionais altamente especializados e capacitados, destinados ao mercado de trabalho.

A história da pós-graduação no Brasil se inicia na década de 30, tendo como plano de fundo a Segunda Grande Guerra que provocou um crescimento na demanda por conhecimento científico. No Brasil, a repercussão deveu-se à implantação das indústrias de substituição de importações, iniciadas no Governo Vargas e base para as transformações do setor nos anos seguintes (ROMÊO; ROMÊO; JORGE, 2004). A pós-graduação neste primeiro momento se apresentava de forma descentralizada, caracterizada pela coexistência de modelos diversificados e sem nenhum tipo de controle ou orientação por parte do Estado.

Um primeiro aspecto importante identificado no estudo da história da pós-graduação no Brasil refere-se à forte influência norte-americana na implantação dos

primeiros cursos, influência essa que se deu principalmente na sua estrutura, ficando os critérios de avaliação mais próximos dos modelos europeus não-anglo-saxões.

Em 1931 se dá o primeiro passo efetivo para a consolidação da pós-graduação no país, com a chamada Reforma Campos. Instituída a partir do Decreto nº 19.890/31, foi o primeiro documento oficial que passou a prever a regulamentação de tais atividades e descrevia normas para o doutoramento tipo europeu, com defesa de tese nas áreas de Direito, das Ciências Exatas e Naturais (SANTOS, 2003).

A Reforma Campos foi a primeira a colocar a universidade como modelo para o desenvolvimento do ensino superior, estabelecendo a organização, composição, competência e funcionamento da administração universitária (reitoria, conselho universitário, assembléia geral universitária, institutos, conselhos técnicos administrativo, congregação, etc) e prevendo a representação estudantil. Pela primeira vez introduziu-se a *investigação científica* como um dos objetivos do ensino superior no Brasil. Sobre o processo histórico da investigação científica, Chauí (2003, p.08) afirma:

(...) De fato, até os anos 1940, a ciência era uma investigação teórica com aplicações práticas, porém, as mudanças no modo de produção capitalista e na tecnologia transformaram duplamente a ciência: em primeiro lugar, ela deixou de ser a investigação de uma realidade externa ao investigador para tornar-se a construção da própria realidade do objeto científico por meio de experimentos e de constructos lógico-matemáticos e em segundo lugar e, como consequência, ela tornou-se uma força produtiva e, como tal, inserida na lógica do modo de produção capitalista.

Apesar das iniciativas governamentais em promover a institucionalização da pós-graduação no país, foi apenas em 1951, com a criação do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) – hoje chamado de Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – e também da Campanha de Aperfeiçoamento de Pessoal em Nível Superior (CAPES), que se consolidou o novo modelo de pós-graduação, iniciado no governo ditatorial de Vargas.

O CNPq foi criado com o objetivo primordial de responder pelas atividades na área de energia nuclear e promover a capacitação científica e tecnológica nacional. Sua criação se deu em razão da convergência de interesses entre militares, técnicos do governo e a comunidade científica nacional (ROMÊO, ROMÊO, JORGE; 2004). Sobre a criação da CAPES e sua relação com a formação do sistema de pós-graduação nacional, Martins (2001, p.296) afirma que:

Sua criação significou a iniciativa do Estado brasileiro de se equipar de órgãos e instrumentos para a regulação de diferentes aspectos da vida nacional e para a execução de políticas que lhe permitissem cumprir um projeto de industrialização intensiva do país. O objetivo principal da Capes era garantir a existência de pessoal especializado em quantidade e qualidade suficientes para atender às necessidades dos empreendimentos públicos e privados que visavam ao desenvolvimento econômico e social do país naquele momento.

Ainda segundo Martins (2001), podemos destacar outras funções da CAPES com:

- Promover o estudo das necessidades do país;
- Mobilizar os recursos existentes para o oferecimento de oportunidades de treinamento para suprir as deficiências identificadas;
- Promover o aproveitamento das oportunidades de aperfeiçoamento oferecidas por programas de assistência técnica e por acordos bilaterais firmados pelo governo brasileiro;
- Promover a instalação e expansão de centros de aperfeiçoamento e estudos pós-graduados.

Vale ressaltar que a CAPES hoje atua em duas esferas dentro da pós-graduação brasileira. Na esfera institucional apresenta os serviços de avaliação da pós-graduação *strictu sensu*, acesso e divulgação da produção científica, investimento na formação de recursos de alto nível no país e exterior e a promoção da cooperação científica internacional. Na esfera social, atuando como agente facilitador na divulgação e acesso as informações produzidas na pós-graduação e apresenta serviços como o Banco de Teses, o Portal de Periódico, a Plataforma Lattes, a Revista Brasileira de Pós-Graduação, além de diversos programas de concessão de bolsas de estudo.

Em 1961, foi aprovada a Primeira Lei de Diretrizes de Base da Educação Nacional, que apenas em seu Artigo 69, letra b, fazia referência a pós-graduação e a definia como:

Nos estabelecimentos de Ensino Superior podem ser ministrados os seguintes cursos: de pós-graduação, abertos a matrícula de candidatos que hajam concluído o curso de graduação e obtido o respectivo diploma. (LDB, 1961, p.12)

Em 1965, o Senado aprovou o Parecer 977, elaborado pelo Senador Newton Sucupira, que definia a natureza e os objetivos dos cursos de pós-graduação, apresentando



as suas características fundamentais, formas de exigência legal e ainda estabelecendo que este nível de ensino na universidade moderna seria a “*cúpula dos estudos*” (BARROS, 1998). Vale ressaltar que o documento tomou como base o modelo americano de pós-graduação e firmou alguns princípios gerais para orientar a organização e funcionamento dos cursos.

Do Parecer 977/65, podemos destacar:

- Em primeiro lugar impõe-se distinguir entre pós-graduação *sensu stricto* e *sensu lato*. No segundo sentido a pós-graduação, conforme o próprio nome está a indicar, designa todo e qualquer curso que se segue à graduação.
- A pós-graduação *sensu stricto* apresenta as seguintes características fundamentais: é de natureza acadêmica e de pesquisa e mesmo atuando em setores profissionais tem objetivo essencialmente científico, enquanto a *sensu lato*, via de regra, tem sentido eminentemente prático-profissional.
- Com base na experiência estrangeira podemos determinar o mínimo de um ano para o mestrado e dois para o doutorado.

O Parecer estabelece ainda como objetivos básicos a formação de um corpo docente competente e capaz de atender a expansão quantitativa do ensino superior, e ao mesmo tempo, garantir a elevação dos atuais níveis de qualidade, estimular o desenvolvimento da pesquisa científica por meio da preparação adequada dos pesquisadores e assegurar o treinamento eficaz de técnicos e trabalhadores intelectuais do mais alto padrão para fazer face às necessidades do desenvolvimento em todos os setores (PARECER Nº 977/65).

Os interesses e apoio do Governo Federal à atividade de pós-graduação a partir de 1965 têm suas razões no próprio modelo de desenvolvimento econômico do país e está relacionado com o movimento militar de 1964, apoiado por setores de classe média, que ampliaram o capitalismo e permitiram a instalação de empresas multinacionais no Brasil.

Em 1968, sob a regência da ditadura militar, o governo Costa e Silva aprovou a Reforma Universitária através da Lei nº 5.540/68, que fixava normas de organização e funcionamento do ensino superior. Juntamente com o Parecer Sucupira se tornou um documento de profundo significado, principalmente no que diz respeito a questão da pós-graduação, como pode ser visto a seguir:

Nas universidades e nos estabelecimentos isolados de ensino superior poderão ser ministradas as seguintes modalidades: (...) de pós-graduação, abertos a matrícula de candidatos diplomados em cursos de graduação que preencham as condições prescritas em cada caso. (LEI nº 5.540, 1968, art.17, p.06)

Destaca ainda que:

O Conselho Federal de Educação conceituará os cursos de pós-graduação e baixará normas gerais para sua organização, dependendo sua validade no território nacional, de os estudos neles realizados terem os cursos respectivos, credenciados por aquele órgão. (LEI nº 5.540, 1968, art.24, p.11)

E finaliza afirmando que:

Os diplomas expedidos por universidade federal ou estadual nas condições do Artigo 15 da lei nº 4.024 de dezembro de 1961, correspondente a cursos reconhecidos pelo Conselho Federal de Educação, bem como os de cursos credenciados de pós-graduação serão registrados na própria universidade, importando em capacitação para o exercício profissional na área abrangida pelo respectivo currículo, com validade em todo o território nacional. (LEI nº 5.540, 1968, art. 27, p.13)

Ainda durante o período militar, o governo Geisel aprovaria a primeira medida política efetiva sobre a pós-graduação no Brasil. Aprovado em 1974, vigorando de 1975-1979 o Primeiro Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG), elaborado sob a regência da CAPES, estabelecia os seguintes objetivos:

- Formar professores para o magistério universitário, a fim de atender a expansão quantitativa deste ensino e a elevação de sua qualidade;
- Formar pesquisadores para o trabalho científico, a fim de possibilitar a formação de núcleos e centros atendendo as necessidades setoriais e regionais da sociedade;
- Preparar profissionais de nível elevado, em função da demanda do mercado de trabalho nas instituições privadas e públicas.

Nota-se que o PNPG pouco se diferenciou do Parecer 977, porém seu objetivo fundamental foi transformar as universidades em verdadeiros centros de atividades criativas permanentes.

Segundo o PNPG:

Transformar as universidades em verdadeiros centros de atividades criativas permanentes, o que será alcançado na medida em que o sistema de pós-graduação exerça eficientemente suas funções formativas e pratique um trabalho constante de investigação e análise em todos os campos e temas de conhecimento humano e da cultura brasileira (PLANO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO, 1974, p.125).

No início dos anos 80, por meio do Decreto nº 88.816/82, a CAPES ampliou substancialmente suas atribuições e passou a subsidiar a Secretaria de Educação Superior (SESU/MEC) na formulação da política de pós-graduação, pesquisa científica e tecnológica, na formação de recursos humanos, na elaboração, acompanhamento e execução dos PNPGs (BARROS, 1998).

O Segundo PNPG vigorou de 1982-1985 e apontou alguns aspectos que tentavam superar os problemas da desordenada expansão da pós-graduação stricto sensu, principalmente em nível de mestrado nos anos 70. De maneira geral, o plano estabelecia três objetivos básicos:

- Aumentar qualitativamente o desempenho global do sistema, pela criação de estímulos e condições favoráveis, bem como acionando mecanismos de acompanhamento e avaliação;
- Compatibilizar pós-graduação e pesquisa com as prioridades nacionais e com a natureza das matérias de formação básica que precedem na universidade;
- Buscar uma melhor coordenação entre as diversas instâncias governamentais que atuam na área da pós-graduação.

Em termos de objetivos, o terceiro PNPG pouco se diferenciou dos planos anteriores. Aprovado em 1985, vigorou de 1986 a 1989, apresentou novas estratégias de ação para o desenvolvimento do sistema de pós-graduação. Dentre as medidas estavam:

- Aperfeiçoar o sistema de acompanhamento e avaliação da pós-graduação;
- Divulgar de forma ampla as informações coletadas pelo sistema de pós-graduação (Banco de Dados da CAPES e SELAP<sup>5</sup>/CNPQ, entre outros);
- Assegurar a diversidade de fontes de financiamento para a pesquisa e pós-graduação;

---

<sup>5</sup> - Sistema em Linha de Acompanhamento de Projetos.

- Rever a política de concessão de bolsas no país, criando novas modalidades e aumentando a oferta;
- Apoiar revistas científicas brasileiras que tenham padrão internacional.

O sistema de formulação dos PNPG foi interrompido em 1990, durante o governo Collor, quando em meio a uma Reforma Administrativa Federal acontece à extinção da CAPES, revogando o disposto pelo Decreto Nº 88.816/82.

Após pressões da comunidade científica e da Direção Superior do MEC junto ao Congresso Nacional, a CAPES foi reabilitada, porém em precárias condições de funcionamento, enfrentando dificuldades como a indefinição e a inflexibilidade orçamentária, a perda da autonomia, a perda significativa de recursos humanos e a impossibilidade de substituição dos mesmos (BARROS, 1998).

O período que vai de 1990 a 2004 é marcado pela inexistência de planejamentos nacionais para o setor, devidamente oficializados e divulgados à comunidade científica. Em 2004 é elaborado o quinto PNPG (em vigor, no período de 2005-2010), que acrescenta uma preocupação especial em relação aos anteriores com relação à desigualdade regional, mostrando a necessidade de que as instituições de ensino e pesquisa da Amazônia recebam maior atenção, sobretudo na formação e fixação de recursos humanos (V PNPG). Esse plano teve ainda como objetivo subsidiar a formulação e implantação de políticas públicas para as áreas de educação, ciência e tecnologia.

Diante de um quadro de assimetrias, o V PNPG contempla a indução de programas visando reduzir as diferenças regionais, intra-regionais e entre estados, bem como estabelecer programas estratégicos buscando a sua integração com políticas públicas de médio e longo prazo (V PNPG).

Sendo assim os objetivos nos próximos anos são:

- O fortalecimento das bases científicas, tecnológicas e de inovação;
- A formação de docentes para todos os níveis de ensino;
- A formação de quadros para mercado não acadêmicos.

Sobre a existência dos PNPGs, podemos concluir que, a política de pós-graduação brasileira em um primeiro momento focou na capacitação dos docentes das universidades, depois se preocupou com o desempenho do sistema e somente após este processo, voltou-se para o desenvolvimento da pesquisa na universidade.

O sistema de pós-graduação brasileiro deve muito ao processo contínuo de integração entre as comunidades científicas, apoiadas pela CAPES. Atualmente tem

desenvolvido quatro linhas de ação que incluem a avaliação da pós-graduação *strictu sensu*, o acesso e divulgação da produção científica, investimentos na formação de recursos de alto nível no Brasil e no exterior e a promoção da cooperação científica internacional (CAPES, 2010).

O sistema de avaliação da CAPES, apesar das críticas, colabora para a busca de um padrão de excelência acadêmica para os mestrados e doutorados nacionais. Os resultados da avaliação servem de base para a formulação de políticas para a área de pós-graduação, bem como para o dimensionamento das ações de fomento (bolsas de estudo, auxílios, apoios) (CAPES, 2010).

## **2.1 A pós-graduação em Educação e o campo da História da Educação**

A produção de pesquisa em Educação data do final dos anos 30 com a criação do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), no entanto, a implantação sistemática de cursos de pós-graduação em educação data apenas de meados da década de 60 (GATTI, 1982). Em 1965 teve início o primeiro Programa de Pós-Graduação em Educação no Brasil em nível de mestrado que foi o da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e em 1968 é instituído o Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Educacional da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Em 1972 já se contabilizavam 12 cursos de pós-graduação em nível de mestrado.

Desencadeia-se, a partir daí, a fase de implantação da pós-graduação em educação *stricto sensu*. Em meio a dificuldades financeiras e de infra-estrutura, aos poucos, porém, - e nesse processo desempenhou importante papel o apoio financeiro e acompanhamento da CAPES - as condições foram sendo preenchidas e os programas passaram a ser implantados em ritmo acelerado rumo à sua consolidação (SAVIANI, 2000).

Pode-se considerar que a fase de implantação se completa em 1976 com a instalação do nível de doutorado da PUC do Rio de Janeiro e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, num claro indício de que se iniciava o período de consolidação da Pós-Graduação em Educação no país (SAVIANI, 2000).

Em decorrência da gestão realizada pela CAPES, tendo em vista a consolidação da pós-graduação, surgiu em 1978, a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (ANPEd). A fase de consolidação se completa no início da década de 1980

quando se reduz o ritmo de abertura de novos programas e se aumenta o número de temáticas abordadas.

Devido ao seu perfil desenvolvimentista, a partir de 1976, a CAPES implanta o Sistema de Avaliação da Pós-graduação que, desde então, vem cumprindo papel de fundamental importância para o desenvolvimento da pós-graduação e da pesquisa científica e tecnológica no Brasil (CAPES, 2010).

Os resultados da avaliação de cada programa são apresentados no que se refere aos vários quesitos e itens avaliados (proposta do programa; corpo docente; corpo discente, teses e dissertações; produção intelectual e inserção social), os atributos a ele consignados, com os respectivos comentários e justificativas da comissão avaliadora, e, ao final, o conceito correspondente ao seu desempenho no triênio, na escala adotada de 1 a 7. São reconhecidos os cursos que obtiveram nota igual ou superior a "3" na avaliação da CAPES e que, portanto, atendem ao requisito básico estabelecido pela legislação vigente para serem reconhecidos pelo Ministério da Educação por meio do Conselho Nacional de Educação (CNE) e, em decorrência, expedirem diplomas de mestrado e/ou doutorado com validade nacional.

Segundo o primeiro relatório de avaliação da CAPES, triênio de 2001 (1998 - 2000), naquele momento o Brasil apresentava 54 cursos de pós-graduação em educação, dos quais 20 ofereciam os cursos em nível de mestrado e doutorado e os outros 34 apenas em nível de mestrado. O segundo relatório, triênio 2004 (2001 - 2003), apresenta uma taxa de crescimento de aproximadamente 26% com relação ao triênio anterior, apresentando um total de 68 cursos de pós-graduação em educação, sendo 27 deles oferecendo os cursos em nível de mestrado e doutorado, e os outros 41 cursos ofereciam apenas a modalidade de mestrado.

Segundo o Relatório Final de Avaliação da CAPES triênio 2007 (2004 - 2006) a pós-graduação em Educação no Brasil conta com 78 cursos reconhecidos. Destes, 42 oferecem o curso em nível de mestrado e outros 36 oferecem o nível de mestrado e doutorado. Os cursos na área de educação estão avaliados da seguinte forma: 19 cursos obtiveram nota 3; 40 cursos nota 4; 13 cursos nota 5; 5 cursos com nota 6 e nenhum com a nota máxima 7.

Na Figura 2 apresentamos a distribuição dos cursos por Estados. Nota-se que a preocupação abordada pelo V PNPG, sobre as diferenças regionais, se expressa claramente na pós-graduação em educação.

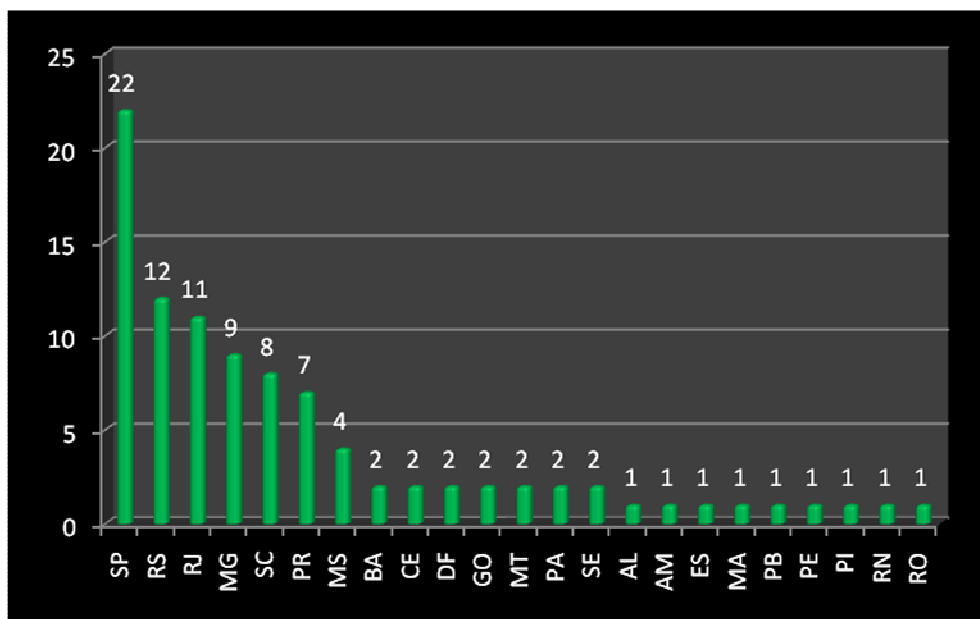


Figura 2 – Distribuição dos cursos de educação por estado.

Pode-se observar na Figura 2 que o estado de São Paulo tem o maior número de cursos reconhecidos, tendo praticamente o dobro do segundo estado com mais cursos, o Rio Grande do Sul. A discrepância entre os estados brasileiros é tamanha que se somarmos o número de cursos de toda a região Nordeste e Centro-Oeste, ainda assim, o estado de São Paulo permaneceria na frente (seriam 22 cursos em São Paulo contra 21 na soma das regiões Nordeste e Centro-Oeste).

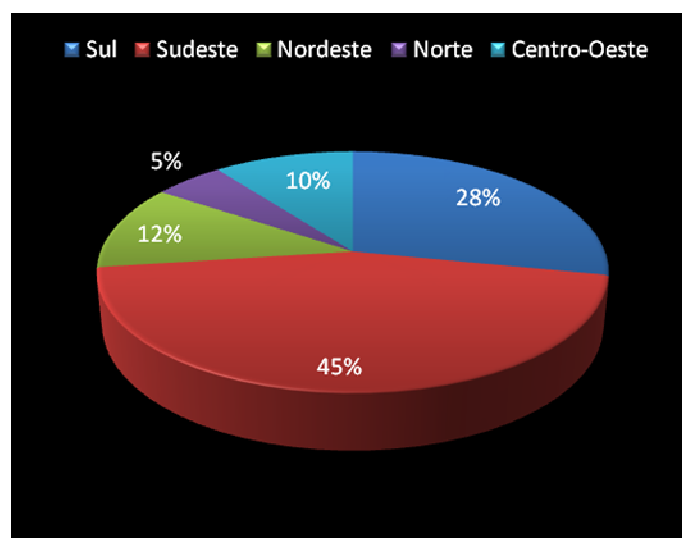


Figura 3 – Distribuição dos cursos de educação por região.

Fonte: elaborado pela autora.

No ano de 1980, o Nordeste contava com cinco cursos de mestrado em educação, em um sistema com alto nível de centralização e concentração no Sudeste, a Figura 3 apresenta a disposição, hoje, dos cursos de pós-graduação em educação pelo país. A fim de tentar compreender como se deu o processo de expansão da pós-graduação nas regiões norte e nordeste, destacam-se três momentos principais.

Em um primeiro momento o 2º PNPG (1982 - 1985) foi responsável pela ênfase à qualidade do ensino superior e da pós-graduação, e buscado adequar o sistema pós-graduado às necessidades do país em termos de produção de ciência e tecnologia, tornando bastante evidente sua vinculação com o setor produtivo. Em sua vigência, foram feitos esforços no sentido de dotar as regiões Norte e Nordeste de uma rede de cursos que reduzisse a dependência regional, no contexto da pós-graduação nacional (RAMALHO; MADEIRA, 2005).

Em um segundo momento com a promulgação das novas Diretrizes e Bases da Educação Nacional (lei nº. 9.394/96), que trazia como conjunto de medidas entre elas, a proposição de ações para reduzir o desequilíbrio regional por intermédio de estratégias que promovessem a fixação de competências acadêmicas e de pesquisa (LDB, 1996).

E por fim o estágio atual de desenvolvimento da pós-graduação no Brasil, contemplado pelo V PNPG do período que vai de 2005 – 2010 têm-se intensificada a idéia de que a educação é uma referência institucional indispensável à formação de recursos humanos altamente qualificados e ao potencial científico-tecnológico nacional (V PNPG, 2005).

Ramalho e Madeira (2005) observam que, de toda forma, houve um amadurecimento no discurso das representações regionais. Antes, o enfoque estava muito mais nas discrepâncias regionais; hoje, volta sua preferência para as políticas públicas da educação.

Outro aspecto importante a ser analisado sobre a pós-graduação em educação, diz respeito à existência de ciclos temáticos, Segundo Gatti (1982) o pensamento educacional brasileiro passou por diversos ciclos, ou convergências temáticas e metodológicas.

As primeiras pesquisas em educação podem ser encontradas no Brasil desde os primeiros anos da década de 20, porém é apenas no final dos anos 30, com a criação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), que a pesquisa em educação começa a se desenvolver de forma sistêmica. Neste momento segundo Gatti



(2010) as pesquisas em educação tiveram um enfoque predominantemente psicopedagógico, em que a temática abrangia estudos do desenvolvimento psicológico das crianças e adolescentes, processos de ensino e instrumentos de medida de aprendizagem.

A partir de meados da década de 50, com a expansão da escolarização da população nas primeiras séries do ensino fundamental devido à ampliação de oportunidades em escolas públicas, o objeto de atenção mais comum nas pesquisas passou a ser, a relação entre o sistema escolar e certos aspectos da sociedade. (GATTI; SILVA; ESPÓSITO, 1990, p.17). O foco desloca-se para as condições culturais e tendências de desenvolvimento da sociedade brasileira.

Na década de 1960, o país passa pelo período de instalação do regime militar, que fez com que as perspectivas sociopolíticas do país tomassem uma nova direção. É nesse momento também que começam a ganhar força os estudos de natureza econômica. Para Gatti (2010) começam a surgir trabalhos sobre educação como investimento, demanda profissional, formação de recursos humanos, técnicas programadas de ensino, etc. Passa-se a privilegiar os enfoques de planejamento, dos custos, da eficiência e das técnicas e tecnologias de ensino e ensino profissionalizante.

Em 1970 os estudos passam a se distribuir de forma mais igual com relação a suas temáticas, entre elas podemos destacar: currículo, caracterização de redes e recursos educativos, avaliação de programas, relação entre educação e profissionalização, características de alunos, famílias e ambiente de que provêm, nutrição e aprendizagem, validação e crítica de instrumentos de diagnóstico e avaliação, estratégias de ensino, entre outros (GATTI, 2010).

Durante a década de 1980, o país vai passar por um processo de transição, marcado pela lutas sociais e políticas, que construíram lentamente a volta do país a democracia. Nesse período segundo Gatti (2010) a pesquisa educacional vai integrar esse movimento social apresentando assim, uma hegemonia do tratamento das questões educacionais, com base em teorias de inspiração marxista.

No final da década de 1980 e por toda a década de 1990 começam a se consolidar os grupos de pesquisa em algumas subáreas, trazendo para o final desse período, sólidos grupos de investigação em temáticas que giram em torno de alfabetização e linguagem, aprendizagem escolar, formação de professores, ensino e currículos, educação infantil, fundamental e média, educação de jovens e adultos, ensino superior, gestão escolar, avaliação educacional, políticas educacionais, trabalho e educação e história da educação.

Portanto segundo Gatti (2010), as temáticas na pesquisa em educação estão divididas da seguinte forma, como pode ser visto no Quadro 1:

Quadro 1 – Os ciclos do pensamento educacional brasileiro.

PERÍODO	TEMÁTICAS	CARACTERÍSTICAS
30 – 40	Psicopedagogia	Abrangia estudos do desenvolvimento psicológico, processo de ensino e instrumentos de medida de aprendizagem
50	Desenvolvimento Social	Relação entre o sistema escolar e certos aspectos da sociedade
60	Economia	Estudos de natureza econômica, sobre educação como investimento, demanda profissional, formação de recursos humanos, etc
70	Temáticas Variadas	Os estudos se distribuía(m) mais equitativamente entre as diferentes temáticas abordadas (currículo, avaliação de programas, caracterização de redes e recursos educativos, relação de educação e trabalho, estratégias de ensino, entre outras)
80 – Atual	Temáticas Variadas	Segue as tendências da década anterior, além do surgimento de estudos sobre políticas educacionais e análise institucional e organizacional. Presença marcante dos grupos de pesquisa

Fonte: elaborado pela autora.

Segundo o Art. 6 da Resolução CFE n. 05, de 10/03/83, determina que o pedido de credenciamento de curso de pós-graduação será acompanhado de relatório suscinto do curso, do qual constará, entre outros, a:

Relação dos docentes responsáveis pela orientação de dissertações, teses ou trabalhos equivalentes, cuja qualificação será comprovada pela formação acadêmica, com a titulação correspondente, e pela produção científica ou atividade criadora, devendo ser explicitadas as **linhas de pesquisa** em que atua cada orientador. (RESOLUÇÃO N°. 5, 1983, p.03)

O que interessa, neste momento, é trazer a tona uma discussão sobre as linhas de pesquisa oferecidas pelos cursos de pós-graduação em educação no Brasil. Segundo Borges-Andrade (2003, p.165), linhas de pesquisa podem ser definidas como aquelas que:

Determina o rumo, ou o que será investigado num dado contexto ou realidade; limita as fronteiras do campo específico do conhecimento em que deverá ser inserido o estudo; oferece orientação teórica aos que farão a busca; e estabelece os procedimentos que serão considerados adequados nesse processo.

A partir dos dados divulgados pelo Relatório de Avaliação da Pós-Graduação (triênio 2007), foi possível ter acesso a todas as linhas de pesquisa que são oferecidas pelo país nos cursos de pós-graduação em educação. Assim como as linhas de pesquisa são responsáveis por determinar as fronteiras do campo do conhecimento, pretende-se realizar um estudo que através da definição das linhas de pesquisa possam apresentar uma dimensão dos campos e temáticas hegemônicas no país. De forma geral, encontram-se dentre as linhas de pesquisa, a predominância de três grandes áreas de interesse que são a psicologia da educação, a economia da educação e os fundamentos da educação.

Segundo o ***Thesaurus Brasileiro da Educação (Brased)*** a psicologia da educação é um campo especial da psicologia que estuda o comportamento do educando. Ela tem como áreas focais:

- o aprendiz: desenvolvimento e maturidade; o aprendiz e sua família; o aprendiz e seu grupo; o desenvolvimento afetivo e problemas de conduta; os excepcionais;
- o processo de aprendizagem: a natureza desse processo; fatores que interferem no processo de aprendizagem;
- a situação de aprendizagem: técnicas centradas no professor; técnicas centradas no aluno; disciplina, métodos didáticos; papéis do professor e do aluno na situação de aprendizagem.

A Psicologia da Educação tem por finalidade o estudo do comportamento humano em situação educativa. Compreende especialmente o crescimento e o desenvolvimento do indivíduo, a aprendizagem, a personalidade e seu ajustamento, a avaliação e relativas medidas, a orientação (SKINNER, 1978).

Através da categorização das linhas de pesquisa foi possível dividir a psicologia da educação em outras 6 subcategorias, sendo elas a pedagogia, epistemologia, psicologia social, educação lingüística , psicologia cognitiva e a psicologia do desenvolvimento.

A pedagogia diz respeito a um conjunto de princípios e métodos que visam tornar a ação educativa eficiente e eficaz, objetivando o educando. Caracterizado pela teoria e prática da educação e do ensino, estuda os ideais da educação e do desenvolvimento da criança e dos meios mais eficientes de educá-la em função dos fins estabelecidos em cada sociedade (DUARTE, 1986). Destacando alguns exemplos de linhas de pesquisa que se encaixa em estudos voltados a pedagogia.

- *Ensino, Aprendizagem Escolar e Desenvolvimento Humano*
- *Aprendizagem e Mediação Pedagógica*
- *Processos de Ensino e Aprendizagem*

Cachapuz (2000) afirma que a epistemologia estuda a evolução dos conceitos e das teorias sobre a natureza da aprendizagem. Pode-se sintetizar a evolução das teorias mais recentes em três fases:

- lógica behaviorista que enfatiza a aprendizagem como produto mensurável, obtido por meio do reforço;
- lógica cognitivista/construtivista que rompe com a behaviorista e dá ênfase à aprendizagem como processo cognitivamente mediado, que consiste na compreensão do que e do como se aprende, valorizando os processos funcionais de como se pensa;
- lógica sócio-construtivista dá ênfase à aprendizagem como processo social e culturalmente mediado.

De maneira geral, a epistemologia da educação analisa e descreve o processo de construção do conhecimento pelo sujeito em interação com os outros e com os objetos. Como exemplo de linhas de pesquisa concentrada na subárea de epistemologia se destaca:

- *Teorias da Educação e Processos Pedagógicos*
- *Teorias de Ensino e Prática Escolares de Educação Especial*
- *Teorias Pedagógicas e dimensões éticas e políticas da educação*

Para Rodrigues (1972) a psicologia social diz respeito ao estudo científico de manifestações comportamentais de caráter situacional suscitadas pela interação de uma pessoa com outras pessoas ou pela mera expectativa de tal interação, bem como dos estados internos que se inferem logicamente destas manifestações. Além disso, se preocupa com as relações familiares, grupais, institucionais, com as interferências socioculturais e econômicas que permeiam a aprendizagem. Destacam-se as seguintes linhas de pesquisa:

- *Educação e Diversidade*
- *Educação, Ambiente e Sociedade*
- *Educação, Sexualidade e Relações de Gênero*
- *Educação e Juventude*
- *Educação, Estado e Sociedade*

Entende-se a educação lingüística, segundo a óptica de Bagno e Rangel (2005) como sendo um conjunto de fatores socioculturais que, durante toda a existência de um indivíduo, lhe possibilitam adquirir, desenvolver e ampliar o conhecimento de/sobre sua língua materna, de/sobre outras línguas, sobre a linguagem de um modo mais geral e sobre todos os demais sistemas semióticos. Traz a compreensão da linguagem, da língua enquanto código disponível aos membros de uma sociedade, como exemplo pode ser visto nos exemplos abaixo:

- *Educação e Linguagens*
- *Educação, Linguagem e Memória*
- *Desenvolvimento, Linguagem e Educação da Criança*
- *Linguagens, Cultura Escrita e Aprendizagens*

O *Thesaurus* Brasileiro da Educação (Brased) traz a psicologia do desenvolvimento como aquela que aborda o mundo do inconsciente, das representações, que se expressa por meio de sintomas e símbolos. É a ciência que compreende estudos das mudanças do comportamento humano do nascimento à velhice, psicologia infantil, da adolescência, desenvolvimento mental, emocional, da personalidade e que descreve e explica o desenvolvimento do ser humano como uma temporal e ordenada sucessão de transformações, com uma diferenciação e complexidade crescentes.

- *Trabalho Educativo: Fundamentos Psicológicos e Educação Especial*
- *Contextos e Processos Psicossociais de Desenvolvimento*
- *Psicologia, psicanálise e educação*

Finalizando, ainda seguindo a definição do *Thesaurus* Brasileiro da Educação (Brased) a psicologia cognitiva trata da ciência que estuda os processos do conhecimento e da aquisição do saber; isto é, como a mente humana percebe e interpreta as impressões do mundo exterior, além de, possibilitar a compreensão dos mecanismos cerebrais que servem de base para o aprimoramento das atividades mentais. Nas linhas de pesquisa, os temas mais comuns nessa área giram em torno de:

- *Cognição, Aprendizagem e Desenvolvimento Humano.*
- *Aprendizagem e cognição de indivíduos com necessidades especiais de ensino.*

Em meados dos anos 1950, nos Estados Unidos, surgiu um grupo de estudiosos do desenvolvimento econômico, inspirados na teoria econômica neoclássica, que estavam ocupados em explicar os ganhos de produtividade gerados pelo *fator humano* na produção, preocupação especialmente forte no período de expansão do capitalismo após a Segunda Guerra Mundial (HISTEDBr, 2010).

Basicamente, buscava-se entender e explicar o *valor econômico* da educação, bem como a possibilidade de mensurá-lo. O pressuposto era o de que acréscimos marginais de instrução, treinamento ou educação do trabalhador, correspondiam a um acréscimo marginal na capacidade de produção, o que levou à sistematização e disseminação da Teoria do capital humano (HISTEDBr, 2010).

Amplamente difundida no Brasil durante os anos 60, influenciada principalmente pela obra de Theodore Schultz (1962), a educação passou a ser vista, simultaneamente, como motor das “etapas do crescimento econômico” e também do atendimento aos planos de desenvolvimento socialista (PAIVA, 2001).

Durante a década de 70 as idéias baseadas na Teoria do capital humano foram perdendo força e segundo Paiva (2001) em parte porque o crescimento inercial do sistema de educação, não apenas terminava por atender à demanda, como também devido ao fracasso das tentativas de planejamento no Ocidente.

Durante a década de 80, apesar dos vícios do planejamento educacional, a economia da educação foi retomada pelo Banco Mundial como ferramenta ainda importante para os países periféricos, visando racionalizar a alocação de recursos no sistema educacional. E Paiva (2001) finaliza afirmando que à proporção que se avançava nos anos 90, trata-se menos de medir a contribuição da educação para o crescimento econômico, mas de pensar como tornar a aprendizagem adequada para responder a um mundo cada vez mais complexo.

Tomando como base os estudos realizados com as linhas de pesquisa, pode-se observar que este tema se divide em outros 4 subtemas, e entre eles estão a tecnologia da educação, política e gestão da educação, formação profissional e currículo.

Segundo o *Thesaurus* Brasileiro da Educação (Brased) a tecnologia da educação pode ser entendida como o modo segundo o qual se combinam os fatores de produção da educação para obtenção dos seguintes produtos finais: alcance, pelo aluno, de mudanças comportamentais esperadas, medido em função de objetivos específicos previamente estabelecidos, diz respeito também a como forma sistemática de planejar, implantar e avaliar o processo total de aprendizagem e de instrução em termos de objetivos específicos, baseados em pesquisas sobre aprendizagem humana e comunicação, congregando recursos humanos e materiais, de modo a tornar a instrução mais efetiva. Destacam-se dentre as linhas de pesquisa em educação alguns exemplos de como é abordado à tecnologia na educação.

- *Novas Tecnologias em Educação*
- *Práticas educativas, linguagens e tecnologia*
- *Educação Comunicação Tecnologia*

O segundo subtema aborda as questões relativas a políticas e gestão da educação, também podendo ser chamada de administração da educação que, segundo Duarte (1986) pode ser entendida como a ciência, técnica ou arte de planejar, de organizar, de coordenar, de dirigir e de controlar todos os empreendimentos e os esforços humanos para a consecução de objetivos educacionais em uma região (município, estado ou país). Essa ciência supõe uma filosofia e uma política educacionais que brotem da vivência da sociedade como comunidade educativa. Veja abaixo alguns exemplos de linhas de pesquisa sob a óptica da administração da educação.

- *Gestão, políticas públicas e avaliação educacional*
- *Estado, Políticas e Gestão Educacional*
- *Políticas públicas de educação: concepção, implementação e avaliação*
- *Educação, Gestão e Desenvolvimento Local Sustentável*

Para compreender o porquê da categoria formação de professores passou a ser enquadrada nos princípios da economia da educação e não mais como um estudo psicopedagógico, como era feito na década de 60, é necessário destacar alguns momentos importantes da história da formação de professores no Brasil.

Em 1962, foi emitido o Parecer CFE 251/62, de autoria do Professor Valnir Chagas que estabelecia para o curso de pedagogia o encargo de formar professores para os cursos normais e “profissionais destinados às funções não-docentes do setor educacional”, os técnicos de educação ou especialistas de educação, e anuncia a possibilidade de, no futuro, formar o “mestre primário em nível superior”.

Já em 1969, a emissão do Parecer CFE 252/69, também de autoria do Professor Valnir Chagas, traz uma resolução normativa que estabelece com mais precisão a função desse curso: formar professores para o ensino Normal e especialistas para as atividades de orientação, administração, supervisão e inspeção no âmbito das escolas e dos sistemas escolares. Permite também ao licenciado exercer o magistério nas séries iniciais, dentro da habilitação para o ensino Normal. E Silva (2003, p.25) destaca ainda que

Com a aprovação da Lei da Reforma Universitária, triunfam os princípios de racionalidade, eficiência e produtividade no trato do Ensino Superior. A tradição liberal de nossa universidade fica interrompida e nasce o que alguns irão passar a chamar de universidade tecnocrática, ainda que mesclada de nuances do pensamento liberal.

O último documento elaborado a fim de formular reformas curriculares, princípios norteadores de formação, novas competências profissionais, novos eixos curriculares, base comum nacional foi a LDB nº 9.394/96 que propunha em outros pontos a criação de

Cursos de graduação e pós-graduação em pedagogia para formar profissionais da educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional. (LDB, 1996, p.20)

A fim de elucidar a afirmação acima, destacam-se algumas linhas de pesquisa:



- *Formação, Saberes e Desenvolvimento Profissional*
- *Formação docente, currículo e avaliação*
- *Produção científica e formação de recursos humanos em Educação Especial*
- *Formação Docente e Políticas para a Educação Agrícola*

O último dos subtemas encontrado dentro da economia da educação foi a questão dos currículos, que acabou por se tornar um ponto complexo da análise em razão das mais variadas definições. Seguindo a proposta do trabalho, entende-se como a mais completa a definição feita por Duarte (1986, p.175) sobre a questão dos currículos na educação.

Em sentido restrito e tradicional, é considerado apenas como o rol de disciplinas e práticas educativas e a que se acham obrigados, com freqüência e trabalhos, os alunos de determinada escola. Em sentido amplo e moderno, é a soma total de situações de aprendizagem que permitem ao aluno a aquisição de experiências. Esse sentido é dinâmico, flexível, abrangente e individualizado, pois leva em conta as possibilidades reais do aluno (necessidades e interesses, condicionados pela idade ou desenvolvimento) e do ambiente sócio-econômico (condições da família e da comunidade). Não apenas o que se faz na sala de aula, mas tudo o que se faz na escola, ou sob a sua influência, compõem o currículo; daí porque não tem sentido, dentro dessa acepção, falar-se de atividades extracurriculares.

Tendo como base a afirmação acima se destacam as seguintes linhas:

- *Currículo, Cultura e Práticas Escolares*
- *Currículo funcional: implementação e avaliação de programas alternativos de ensino especial*
- *Currículo e Formação de Professores.*

O último dos grandes temas encontrado na pesquisa sobre as linhas de pesquisa foi a área de Fundamento da educação que compõem um campo de estudo que inclui História, Filosofia, Sociologia e Trabalho, entre outras áreas do saber, que fundamentam a essência da educação e o processo educativo. Muitas das linhas de pesquisa em educação trazem a área de fundamentos de uma forma geral, sem subdividi-las, como podemos observar nos exemplos abaixo:

- *Fundamentos da Educação*
- *Fundamentos da Educação Ambiental*
- *História, Filosofia e Sociologia da Educação*

De uma maneira geral, a filosofia da educação busca orientar o homem segundo a razão, inferindo um pensamento pedagógico que busca a compreensão da realidade, com fundamentos e objetivos voltados aos entendimentos da tradição. Saviani (1983), porém, vai mais além quando afirma que existem quatro concepções fundamentais da filosofia da educação, que são a concepção “humanista” tradicional; a concepção “humanista” moderna; a concepção analítica e a concepção dialética, que resumidamente são descritas como:

- A concepção “humanista” tradicional é marcada pela visão essencialista do homem. O homem é encarado como constituído por uma essência imutável, cabendo a educação conformar-se à essência humana.
- A concepção “humanista” moderna esboça uma visão do homem centrada na existência, na vida, na atividade. Não se trata mais de encarar a existência como uma mera atualização das potencialidades contidas na essência, ao contrário, aqui a existência precede a essência.
- A concepção analítica não pressupõe explicitamente uma visão de homem nem um “sistema filosófico” geral. Pretende que a tarefa da filosofia da educação é efetuar a análise lógica da linguagem educacional.
- A concepção dialética também recusa colocar no ponto de partida determinada visão do homem. Interessa-lhe o homem concreto, isto é, o homem como conjunto das relações sociais, considerando como sua principal tarefa explicitar os problemas educacionais

Dentre as várias linhas de pesquisa apresentadas destacam-se as seguintes:

- *Filosofia e Educação*
- *Filosofia da Educação*
- *Filosofia e Natureza*
- *Filosofia, Educação e Sociedade*

Em outro texto, Saviani (2007) aborda outra das subtemáticas da área de fundamentos da educação, que é a relação entre educação e trabalho. Segundo ele o desenvolvimento da produção conduziu à divisão do trabalho e, daí, à apropriação privada da terra, provocando a ruptura da unidade vigente nas comunidades primitivas, essa divisão dos homens em classes irá provocar uma divisão também na educação.

Cria-se então, duas modalidades distintas e separadas de educação, a primeira centrada nas atividades intelectuais, na arte da palavra e nos exercícios físicos de caráter lúdico ou militar e a segunda assimilada ao próprio processo de trabalho. Introduce-se, assim, uma cisão na unidade da educação, antes identificada plenamente com o próprio processo de trabalho (SAVIANI, 2007).

Essa complexa relação entre educação e trabalho é abordada pelos programas de pós-graduação em educação a partir de linhas de pesquisa como:

- *Educação, Trabalho e Emancipação*
- *Educação, Trabalho e Formação Humana*
- *Trabalho e Educação*
- *Educação, Trabalho e Movimentos Sociais*

Deixado o sub-tema história da educação para o final, pois este se constituirá o universo desta pesquisa, em síntese a história da educação é responsável por articular estudos e pesquisas que abordam a educação escolar e não escolar, a constituição e análise dos fenômenos educacionais, a partir de uma perspectiva histórica.

Segundo Lombardi (2003), a história da educação só pode se constituir uma disciplina diferenciada, isto é, um campo de conhecimento próprio e que se reivindica científico, na perspectiva de ampliação e aprofundamento da concepção e classificação de ciência característica à matriz positivista e suas variantes.

E complementa:

Creio que o mais adequado é considerar que a História da Educação está indicando o estudo do objeto de investigação - a educação -, a partir dos métodos e teorias próprias à pesquisa e investigação da Ciência da História. (LOMBARDI, 2003, p.7)

Abaixo destacamos algumas das linhas de pesquisa:

- *História da educação, memória e sociedade*
- *História da Educação na Região Amazônica*
- *História da Educação: intelectuais, instituições e práticas escolares*

Diante do percurso da pesquisa educacional descrito por Gatti (2010), juntamente com a análise das linhas de pesquisa em educação a partir dos referenciais teóricos, propõem-se a seguinte estrutura para a pesquisa educacional a partir de 2007 (último censo CAPES), mostrada no Quadro 2.

Quadro 2 – Principais temas e subtemas da educação.

TEMAS	SUBTEMAS
<b>Economia da educação</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Tecnologia da educação</li> <li>- Administração da educação</li> <li>- Formação profissional</li> <li>- Currículo</li> </ul>
<b>Psicologia da educação</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Pedagogia</li> <li>- Epistemologia</li> <li>- Linguística</li> <li>- Psicologia social</li> <li>- Psicologia do desenvolvimento</li> <li>- Psicologia cognitiva</li> </ul>
<b>Fundamentos da educação</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Filosofia da educação</li> <li>- História da educação</li> <li>- Sociologia da educação</li> <li>- Educação e Trabalho</li> </ul>

Fonte: elaborado pela autora.

Dessa forma a pesquisa educacional vem compreendendo uma vasta diversidade de questões, de diferentes conotações, embora todas relacionadas complexamente com o desenvolvimento das pessoas e das sociedades. Têm abrangido perspectivas filosóficas, sociológicas, psicológicas, políticas, biológicas, administrativa, etc. (GATTI, 2010).

Para Pereira e Andrade (2005) assim como os demais campos, o educacional tem suas próprias normas, valores, interesses, instituições, órgãos de divulgação, instâncias de

consagração, hierarquias de legitimidade e critérios de divisão social, além de possuir mecanismos internos por meio dos quais, os agentes a ele vinculados obtêm lucros, embora não necessariamente econômicos.

Vidal e Faria Filho (2003) apontam para três momentos fundamentais para a estruturação do campo da História da Educação no Brasil. O primeiro momento começa a partir do fim dos anos 1960 e início dos 70, com o surgimento dos Programas de Pós-Graduação em Educação no país.

Nos anos 1980, com a criação do Grupo de Trabalho “História da Educação” da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), a produção de trabalhos em História da Educação cresceu substantivamente, tendo seu ápice em 1986 com a criação do Grupo de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil” (HISTEDBR, 2010).

O crescimento no número de trabalhos em história da educação possibilitou a consolidação da realização de Eventos Científicos – Encontros, Semanas, Congressos e Seminários – em nível regional, nacional e até mesmo internacional.

Segundo Men e Neves (2009), estes eventos científicos vêm se firmando como veículos de divulgação dos debates e discussões travados, de forma direta ou indireta, entre os membros da comunidade interpretativa da História da Educação Brasileira.

Men e Neves (2009, p. 01) completam:

A criação e ampliação destes espaços de intercâmbio de saberes têm proporcionado um aumento quantitativo, mas, sobretudo, qualitativo da produção do campo da História da Educação. Multiplicam-se os recortes temáticos e temporais das pesquisas, podendo variar entre o específico e o geral. Neste cenário, os pesquisadores, não deixam de escolher temas recortados a partir da história política tradicional brasileira, como o período Colonial, Imperial e Republicano.

Vale a ressalva feita por Vidal e Faria Filho (2003) quando afirmam que a História da Educação vem travando diversas interlocuções com uma variada gama de disciplinas acadêmicas — sociologia, lingüística, literatura, política, antropologia, geografia, arquivística —, bem como para o fato de a história da educação ser, ao mesmo tempo, uma subárea da educação e uma especialização da história.

Com o desenvolvimento e a consolidação do campo, segundo Men e Neves (2009) a História da Educação adquiriu um novo status, um novo perfil, se afastando, definitivamente, do campo da Filosofia da Educação e aproximando-se de outros campos

disciplinares, dentre eles o da História. Esta desvinculação, ainda segundo Men e Neves (2009), entre a Filosofia da Educação e a História da Educação deflagrada e denunciada por volta dos anos 1980 chega a seu ápice nos anos 1990.

A partir deste momento, esta disciplina começa a ser reconhecida, pela comunidade interpretativa, como um campo disciplinar, de estudos e de pesquisas com contornos e objeto próprio.

### 3 CIÊNCIA, COMUNICAÇÃO E PRODUÇÃO CIENTÍFICA

Ciência. O que é ciência? Palavra originada do latim *Scientia* que significa “conhecimento”.

A Ciência tem uma função específica que consiste em servir de condutor para a descoberta de novos conhecimentos através de um ciclo complexo que incluem a pesquisa, comunicação e produção científica. A produção científica será o foco principal dessa pesquisa, porém seria demasiado simplório dizer que a Ciência gera novos conhecimentos, mas não entender como esse desenvolvimento se desenvolve. Faz-se necessário ir muito mais fundo na Ciência da Ciência.

O conceito de pesquisa é muito antigo e no século XVII Sir Francis Bacon relata em seu texto “O progresso do conhecimento”:

A mente é o homem, e o conhecimento, a mente. O homem é apenas aquilo que ele conhece [...] A verdade de ser e a verdade de saber são uma só [...] Será estéril a verdade? Não conseguimos desse modo produzir efeitos meritórios e dotar a vida do homem com infinitas comodidades? (BACON, 1965, p.13)

Kuhn (2006), em seu livro *A estrutura das revoluções científicas*, afirma que a evolução da Ciência se dá através da quebra de paradigmas, em um processo metaforicamente similar ao que acontece nas revoluções políticas.

Sendo assim, entendamos paradigma como um conjunto de crenças, valores e técnicas compartilhadas pelos membros de uma comunidade científica que envolve “realizações suficientemente sem precedentes para atrair um grupo de partidários, afastando-os de outras formas de atividade científicas dissimilares” (KUHN, 2006.)

Simplificando, quando Kuhn afirma que no momento em que surge uma série de novas evidências e pesquisas que levam a um questionamento do paradigma vigente, mesmo não ocorrendo uma renúncia imediata ao paradigma atual, inicia-se um novo processo de formulação do modelo científico.

Segundo Kuhn (2006) a evolução científica é um processo cíclico, contínuo e infinito. Para que um novo paradigma se estabeleça é necessário que ele tenha a capacidade de formular e resolver uma maior quantidade de problemas ou superar dificuldades que o paradigma anterior não conseguiu resolver.

Assim, Kuhn (2006, p.30) afirma que:

Quando, pela primeira vez no desenvolvimento de uma ciência da natureza, um indivíduo ou grupo produz uma síntese capaz de atrair a maioria dos participantes de uma ciência da geração seguinte, as escolas mais antigas começam a desaparecer gradualmente.

Porém, Bourdieu ultrapassa as barreiras da teoria de Kuhn que, a grosso modo, se restringe a estudar a gênese das ciências entendidas como exatas e da natureza, quando questiona se seria possível desenvolver uma ciência social da produção da ciência, capaz de descrever e orientar os usos sociais da ciência.

Em seus estudos, Bourdieu (2004) aponta para dois caminhos distintos praticados na pesquisa em ciências sociais. O primeiro diz respeito ao grupo de pesquisadores que insistem em afirmar que para compreender a literatura ou a filosofia basta apenas ler os textos, em oposição, existe um grupo que quer relacionar o texto ao contexto e propõem-se a interpretar as obras colocando-as em relação com o mundo social ou econômico. Em alternativa a esses dois movimentos, elabora a noção de campo e afirma que:

Minha hipótese consiste em supor que, entre esses dois pólos, existe um universo intermediário que chamo de campo literário, artístico, jurídico ou científico, isto é, o universo no qual estão inseridos os agentes e as instituições que produzem, reproduzem ou difundem a arte, a literatura ou a ciência. Esse universo é um mundo social como os outros, mas que obedecem a leis sociais mais ou menos específicas. (BOURDIEU, 2004, p.20)

De maneira geral Bourdieu (2004) afirma que o campo científico é um mundo social, relativamente independente das pressões do mundo social global que o envolve, sendo capaz de refratar as pressões externas ao campo manifestando certa autonomia. Afirma ainda que quanto mais autônomo for o campo, as imposições externas serão transfiguradas, ao ponto de se tornarem irreconhecíveis.

Hayashi (2007) afirma que os pesquisadores estão vinculados a um determinado “campo científico”, ao passo que, exercem seu trabalho e suas escolhas científicas (teorias, metodologias, etc) e formam uma espécie de comunidade em que valores, crenças e práticas comuns são compartilhados.

Para Bourdieu (1983) o campo científico é um espaço social como outro qualquer, cheio de relações e disputas, que visa beneficiar interesses específicos dos participantes desse campo, e afirma ainda que o objeto de disputa do campo científico é a posse



exclusiva da autoridade científica, fazendo com que, somente cientistas engajados no mesmo jogo, detenham os meios para aprimorar, simbolicamente, a obra científica e de avaliar seus méritos.

O primeiro passo para que um cientista possa alcançar a autoridade científica dentro do campo é transmitir os resultados do conhecimento produzido pela sua pesquisa. Para tanto, se faz necessário o uso de veículos de comunicação científica (publicações, apresentação de trabalhos em eventos, etc) para que suas informações alcancem seu público alvo e se transformem em créditos científicos (HAYASHI, 2007).

Segundo Meadows (1999) o processo de acumulação do conhecimento surge quando novas observações podem ser acrescentadas a um conhecimento que pré existia criando um conhecimento em nível mais alto. Dessa forma, o processo de acumulação do conhecimento envolve trocas de informações a fim de fomentar novos conhecimentos e para isso, além da acumulação é necessária a comunicação desse conhecimento de uma forma durável e prontamente acessível.

Le Coadic (2004) afirma que uma das funções da comunicação na ciência é de assegurar o intercâmbio de informações entre cientistas. Podemos dizer ainda que a comunicação científica é um processo que envolve a construção, comunicação e uso do conhecimento, o que possibilita a evolução do campo científico.

Os gregos, sem dúvida, foram os primeiros a se utilizarem da comunicação científica para propagar e perpetuar o conhecimento produzido em suas Academias. Desde Aristóteles, os debates eram precariamente conservados em manuscritos e copiados repetidas vezes. Tais manuscritos foram fundamentais para o desenvolvimento primeiro da cultura árabe, depois da Europa Ocidental. Com a queda do Império Romano, os textos gregos foram conservados por sábios do período Bizantino e durante a Idade Média foram copiados a mão por monges e escondidos em mosteiros.

A introdução da imprensa de Gutenberg, durante o século XV, facilitou o acesso a informação, e novas análises e interpretações levaram a um reavivamento do saber dando origem ao que durante o século XIV ao XVI chamamos de Renascimento.

Para entender melhor a comunicação científica, sua evolução e a como seu desenvolvimento desemboca no cenário atual da produção científica na pós-graduação, foco deste trabalho, é preciso destacar a evolução e afirmação das universidades a partir do século XV.

A Universidade emergiu da exigência de vida em comum daqueles que, como mestres e aprendizes, se dedicavam às ciências e à vida intelectual. Na origem da universidade estava a transição da humanidade de uma etapa para a outra: da vida rural para a vida urbana, do pensamento dogmático para o racionalismo, do mundo eterno e espiritual para o mundo temporal e terreno, da Idade Média para a Renascença. A universidade é filha da transição e elemento dos novos tempos e de novo paradigma. Até 1460 o número de instituições dobrava a cada 100 anos, entre os anos de 1460 até 1610, o crescimento das universidades se dava a cada 66 anos. A partir da revolução Industrial pode-se verificar um crescimento ainda maior.

Além das condições históricas inerentes a evolução humana, é possível afirmar que exista uma relação paralela e simbiótica entre o advento das universidades, o desenvolvimento da comunicação científica e o aumento da produção científica.

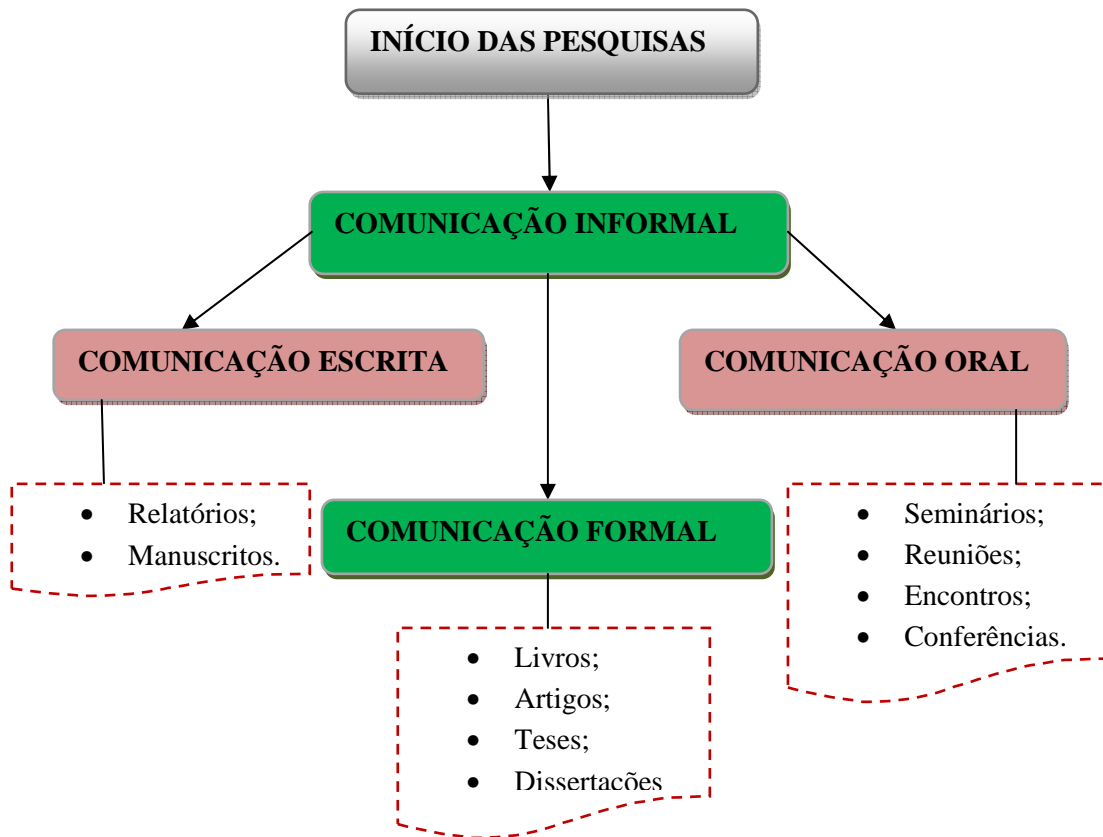
A comunicação científica depende fundamentalmente de um grupo social formado por pessoas, cuja profissão baseia-se na pesquisa científica, chamados de comunidade científica, cujo sua função é, sobretudo, a de organizar redes de comunicações e relações sociais formais e informais que desempenham várias funções, da qual a principal é a comunicação entre os cientistas.

Segundo Le Coadic (2004, p.33):

A formalização da comunicação científica data de mais de trezentos anos. Ocorreu em resposta às necessidades de comunicação dos resultados da pesquisa entre os cientistas. [...] Para que os novos dados que obtém e os novos conceitos que formula se tornem contribuições científicas reconhecidas, devem ser comunicados em uma forma que permita sua compreensão e comprovação por outros cientistas e, posteriormente, sua utilização na abertura de outros caminhos de pesquisa.

A comunicação científica pode ser compreendida por dois processos distintos: um processo escrito, chamado de formal e outro processo oral chamado de informal. Os dois processos, tanto o escrito quanto o oral, servem para fins distintos no que tange o trabalho do cientista e o funcionamento do conjunto do sistema de informação. Ambos os processos são indispensáveis, porém são utilizados em momentos distintos, como pode ser visto na Figura 4.

Figura 4 – Processo de comunicação científica.



Fonte: elaborado pela autora.

No que diz respeito às diferenças entre a comunicação formal e a comunicação informal, podemos destacar que os elementos desse processo de comunicação se diferem basicamente no que diz respeito, a audiência, armazenamento, atualidade e autenticidade da informação, orientação, redundância e interatividade (LE COADIC, 2004). Os processos formais e informais distinguem-se na medida em que os canais formais caracterizam-se pelo público potencialmente grande, informação armazenada e recuperável, informações relativamente antiga, direção e fluxo direcionado pelo usuário, redundância moderada, avaliação prévia e o feedback irrisório para o autor. Os canais informais apresentam um público restrito, informação armazenada e não recuperável, informações recentes, direção do fluxo direcionada pelo produtor, redundância, às vezes, significativa, sem avaliação prévia e feedback significativo para o autor

Meadows (1999) diz que a realização de pesquisas e a comunicação de seus resultados são atividades inseparáveis. Durante as etapas iniciais de um projeto de

pesquisa, a maior parte da comunicação é informal, começando com as conversas face a face. À medida que o trabalho avança, são feitos relatos orais, normalmente por seminários de pesquisa. Próximo à conclusão do trabalho começam a ser feitos relatos em congressos e conferências e concluindo o projeto, os resultados são descritos e submetidos à publicação. Weitzel (2006) afirma que para que as atividades de comunicação tenham condições de garantir sua eficiência no fomento de novos conhecimentos, pressupõem também que esta seja publicada em veículos de ampla audiência.

Os canais formais de divulgação científica têm a característica de ser amplamente difundido fazendo com que dessa forma os documentos resultantes de trabalhos de pesquisa tornem-se livros ou artigos, o que facilita seu acesso e podem ser adquiridos pelos mecanismos usuais de compra. Ao lado dessa literatura formal existe outro conjunto de documentos que tem pouca ou nenhuma probabilidade de ser adquirida. Durante as décadas de 1980 e 1990 ocorreu uma maior ênfase na pesquisa aplicada, o que levou ao crescimento de outra forma de literatura chamada de Literatura Cinzenta.

O passar do tempo, o aumento no número de pesquisas e a necessidade em se agilizar a comunicação dos resultados obtidos levou os cientistas a criarem novas formas para a divulgação de suas pesquisas. A forma convencional, ou seja, o documento impresso (livro e revista) sempre se constituiu um eficiente recurso, disponível para todo o tipo de produção, nas mais diversas áreas do conhecimento. Porém, a formalidade desse documento implica, muitas vezes, em um tempo considerado inaceitável por parte de cientistas cujos achados necessitam ser ampla e rapidamente divulgados. Em outra extremidade, temos a informalidade da comunicação oral que mostra não ser capaz de garantir a efetivação e o reconhecimento dos achados científicos.

Em meio à necessidade de criar um meio que pudesse ao mesmo tempo permitir um registro impresso da descoberta e também oferecesse condições de ser mais rapidamente consumido, surgiu um tipo de literatura paralela a convencional, chamada de Literatura Cinzenta, que pretendia suprir as necessidades de ampliação de recursos informacionais existentes (FUNARO; NORONHA, 2006). Pode ser encontrada também com o nome de Literatura Não-Convencional ou Literatura Fugitiva e está no centro das discussões sobre disponibilidade na busca por informação pelos cientistas e estudiosos das mais diferentes áreas.

Segundo Funaro e Noronha (2006), a literatura cinzenta tem uma característica que a distingue das demais, marcada especialmente pela cor, representando a névoa que

obscurece a sua localização e obtenção. Por maior visibilidade que apresente, sempre terá certo obstáculo na sua obtenção.

Para Currás (1996), o conteúdo da Literatura Cinzenta não é convencional, sua publicação não é bem controlada, não é acessível pelos canais normais de distribuição, o que faz com que seja difícil a sua obtenção e localização. São documentos de tipos variados, que vão desde as publicações não revisadas até documentos de conteúdo não muito concreto.

Literatura Cinzenta pode ser definida como uma espécie de material liberadamente acessível (open source) de caráter nacional ou local e que é comumente disponível por meios de canais especializados e que não fazem parte dos canais dos sistemas de publicação, de distribuição, de controle bibliográfico ou de aquisição por parte das bibliotecas ou intermediários.

Segundo Almeida (2001) é uma literatura produzida em todos os níveis de governo, acadêmico e industrial em formato impresso ou eletrônico, mas que não é controlada por editores comerciais.

Gomes et al (2007) caracteriza como documentos que têm pouca probabilidade de serem adquiridos através dos canais usuais de venda de publicações, já que nas origens de sua elaboração o aspecto comercialização se contrapõe aquela que designa os documentos convencionais ou formais, ou seja, a Literatura Branca.

Moura, Matos e Silva (2002) enxergam a literatura cinzenta como sendo vetor importante para a consolidação do conhecimento nas áreas do saber. A universidade é, portanto, o lócus por excelência onde essa produção é gerada, advinda das pesquisas e estudos desenvolvidos no meio acadêmico, nos vários campos do conhecimento.

A seguir, observam-se quais são os tipos de literatura cinzenta e suas definições.

- **ATLAS DE CONGRESSO:** São compilações de conferências, palestras, comunicações, workshops ou atividades de caráter similar.
- **BOLETINS:** Publicações em série editadas por entidades oficiais ou organizações privadas.
- **DISSERTAÇÃO DE MESTRADO:** Resultado de uma pesquisa, versando sobre um tema igualmente único e bem delimitado. Difere da Tese em relação à originalidade.

- **LITERATURA COMERCIAL:** Material produzido por empresas e outras organizações, com o objetivo de promover a venda de produtos e serviços. São catálogos de fabricantes e de produtos, na forma de folheto, folder ou brochura.
- **NORMAS:** Documento que reflete a consolidação de uma tecnologia; nela podem encontrar-se a definição dos parâmetros de um produto, sua provável padronização e os métodos para sua certificação; também pode definir as especificações de projetos, as características das matérias-primas, os procedimentos de fabricação e os métodos de ensaio e inspeção.
- **PATENTES:** É um título de propriedade temporária sobre uma invenção ou modelo de utilidade, outorgados pelo Estado aos inventores ou autores ou outras pessoas físicas ou jurídicas detentoras de direitos sobre a invenção.
- **PUBLICAÇÕES OFICIAIS:** É qualquer item produzido por meios reprográficos ou outros, editado por uma organização que é um organismo oficial, e disponível para uma audiência mais larga que a daquele organismo.
- **RELATÓRIAS TÉCNICOS:** Documentos que descrevem os resultados ou andamento de pesquisas para serem submetidos à instituição financiadora ou àquela para qual o trabalho foi feito.
- **TESES DE DOUTORADO:** Trabalho científico que trata da abordagem de um único tema, exigindo pesquisa própria à área científica em que se situa, com os instrumentos metodológicos específicos.

O fato de a Literatura Cinzenta apresentar pouca ou quase nenhuma divulgação e ser de difícil acesso não a torna uma literatura duvidosa ou de fonte não confiável. Pelo contrário, as informações contidas nesse tipo de trabalho podem ser de valor inestimável para o desenvolvimento de novas pesquisas e de novos avanços nas áreas do conhecimento.

A cor cinzenta desse tipo de literatura não pode ser considerada uma conotação negativa, pelo contrário em muitos dos casos pesquisadores e consumidores de informação utilizam esse tipo de literatura, porque estas trazem originalidade e privacidade, quando se tratando de relatórios científicos, documentos secretos e também do mais conhecido tipo de Literatura Cinzenta, que são as Teses e Dissertações, e dessa forma contribuindo significativamente para o desenvolvimento da área acadêmica.

Funaro e Noronha (2006) atentam para o fato de que vários países estão envolvidos em projetos específicos sobre literatura cinzenta e que vários grupos de estudiosos têm

congregado associações voltadas especificamente para o seu estudo, com o objetivo de controlar esse tipo de literatura, encontrando espaços para que a mesma se torne os mais amplamente conhecidos e utilizados.

Dissertações e Teses podem ser estudadas por diferentes perspectivas (LOPES; ROMANCINI, 2006) e tem por objetivo analisar os mais diversos problemas a respeito de um determinado campo de estudo, que pode ser de um período específico ou pode estar inserido em uma determinada trajetória de uma área de conhecimento. São considerados acervos científicos importantes, pois são capazes de transmitir as preocupações dos cientistas a partir de um estado do conhecimento mais atualizado, apontam os problemas pertinentes a sua disciplina e as teorias metodológicas utilizadas.

Sobre as Teses e Dissertações podemos dizer que correspondem a um momento de aprendizado do pesquisador. Estas correspondem a etapa final de um longo processo de treinamento para que dessa forma o pós-graduando possa executar plenamente suas atividades científicas, em específico o desenvolvimento de pesquisas.

Ao analisarmos historicamente a evolução das Teses e Dissertações encontramos sua origem nas universidades medievais do século XII, pois devido ao aumento das universidades deu-se a necessidade de estabelecer um processo de avaliação do conhecimento dos professores e assegurar a competência dos profissionais que atuavam nas ditas universidades (SANTOS; PASSOS; AMARAL, 2002).

Quando a pós-graduação foi regulamentada no Brasil através do Parecer CES no. 977/1965 trazia como base o modelo americano, onde se compreendia o *college* como base comum de estudos e as diferentes escolas graduadas que geralmente requerem o título de bacharel como requisito de admissão. Assim, em virtude dessa organização a Universidade acha-se dividida em dois grandes planos que se superpõe hierarquicamente: o *undergraduate* e o *graduate*. No primeiro encontram-se os cursos ministrados no *college*, e o segundo abrange os cursos pós-graduados, principalmente aqueles que correspondem a estudos avançados das matérias do *college* visando os graus de Mestre o Doutor.

No Brasil, são oferecidas duas modalidades de pós-graduação, a *stricto sensu* – que compreende os programas de Mestrado e Doutorado – e a *lato sensu* – que compreende os Cursos de Especialização e Aperfeiçoamento. Segundo Saviani (2007), a estrutura organizacional da pós-graduação *stricto sensu*, é centrada em dois níveis hierarquizados, o *mestrado* e o *doutorado*, sem que o primeiro seja requisito indispensável para o segundo.

O trabalho de pesquisa de um Mestrado é apresentado na forma final de *Dissertação de mestrado*, onde se supõem que seja realizado um trabalho relativamente simples, expresso num texto logicamente articulado, com o objetivo de dissertar, discorrer, expor, abordar determinado assunto. Já o trabalho de pesquisa de um Doutorado é apresentado na forma de Tese que significa posição, sugerindo que a defesa de uma tese é a defesa de uma posição diante de determinado problema. A tese pressupõe, em consequência, os requisitos de autonomia intelectual e de originalidade, já que estas são condições para que alguém possa expressar uma posição própria sobre determinado assunto.

Segundo Saviani (2007, p.185):

Supõe-se, antes, que é a conclusão do mestrado que propiciará o preenchimento desses requisitos, uma vez que, tendo realizado, com o apoio do orientador, um trabalho completo de investigação, esse exercício nas lides da pesquisa lhe permitirá adquirir um domínio teórico e prático do processo, atingindo, assim, a desejada autonomia intelectual que lhe facultará a formulação original de novos objetos de investigação. Dessa forma, enquanto para o mestrado a autonomia intelectual e a originalidade constituem ponto de chegada, um resultado, para o doutorado esses requisitos se põem no ponto de partida como condições prévias para a realização da etapa final do processo de formação do pesquisador, levado a cabo pelos programas de pós-graduação *stricto sensu*...

Em suma, a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) define *Dissertação* como sendo um documento que representa o resultado de um trabalho experimental ou exposição de um estudo científico retrospectivo, de tema único e bem delimitado em sua extensão, com o objetivo de reunir, analisar e interpretar informações. Deve evidenciar o conhecimento da literatura existente sobre o assunto e a capacidade de sistematização do candidato. É feito sob a coordenação de um orientador (doutor), visando à obtenção do título de Mestre.

Já a Tese, ainda segundo a ABNT, pode ser descrita como um Documento que representa o resultado de um trabalho experimental ou exposição de um estudo científico de tema único e bem delimitado em sua extensão, com o objetivo de reunir, analisar e interpretar informações. Deve ser elaborado com base em investigação original, constituindo em real contribuição para a especialidade em questão. É feito sob a coordenação de um orientador (doutor), visando à obtenção do título de Doutor ou Livre-docência.



São considerados materiais não convencionais porque não integram um sistema de publicação formal e comercial, porém o grau de detalhamento dos assuntos e a bibliografia apresentada geralmente são extensas, característica que tornam esse tipo de documento uma importante fonte de informação.

### **3.1 Metodologias de Análise da Produção Científica**

A necessidade de mensurar e quantificar os fenômenos sempre acompanhou o Homem desde sua origem: a altura, o peso, a temperatura, à distância, entre outros, todos com escalas de medidas e padrões de normalidade. Com o passar do tempo, a necessidade de aprimorar os instrumentos de medida, de criar novos instrumentos crescia e as exigências quanto às suas características de mensuração devidamente comprovadas com dados, ficava cada vez presente.

Dentro do cenário científico criou-se um contexto sócio-cultural que reivindicava avaliações mais formais e cuidadosas em todas as fases da produção do conhecimento, dos projetos à publicação. Esta situação gerou a necessidade da avaliação, da definição de critérios, da criação de instrumentos para medir a própria ciência. Muitos foram os recursos e instrumentos de avaliação da ciência que foram criados, entre eles, existe desde a simples contagem com enfoque mais externo, quantitativo, até aspectos mais internos, qualitativos.

Muitas vezes costuma-se enquadrar as técnicas qualitativas e quantitativas de formas opostas, e até mesmo excludentes. A origem dessa questão reside no surgimento de cada uma das técnicas, que se deram ao mesmo tempo, porém ligadas a correntes de pensamentos diferentes e acabaram ganhando prestígio por atenderem as necessidades de áreas distintas.

O século XVII assistiu ao surgimento do Empirismo, que consistia na idéia de que as teorias científicas deveriam ser baseadas na observação do mundo, ao invés da intuição ou da fé. No século seguinte, viu-se emergir um movimento chamado Iluminismo, que propunha uma mudança radical de pensamento. Immanuel Kant definiu o Iluminismo como sendo:

(...) a saída dos seres humanos de uma tutela que estes mesmos se impuseram a si. Tutelados são aqueles que se encontram incapazes de fazer uso da própria razão independentemente da direção de outrem. É-se

culpado da própria tutela quando esta resulta não de uma deficiência do entendimento mas da falta de resolução e coragem para se fazer uso do entendimento independentemente da direção de outrem. Sapere aude! Tem coragem para fazer uso da tua própria razão! - esse é o lema do Iluminismo (KANT, 1974, s.p.).

Inspirada no empirismo e ligada ao positivismo Comtiano, a pesquisa quantitativa propõe o rigor científico voltado mais para as áreas das ciências físicas e naturais. Já o Iluminismo, permitiu o advento das Ciências Sociais, e junto dela a Antropologia e a Sociologia, e a partir desse momento a área de humanidades passou a reivindicar seu status de ciência, buscando a objetividade e a neutralidade já utilizada nas ciências duras. A pesquisa qualitativa propôs uma técnica onde todos os fatos e fenômenos são significativos e relevantes, aplicados através de procedimentos como: entrevistas, observações, análise de conteúdo, estudo de caso e estudos etnográficos.

A utilização de métodos e técnicas está associada aos objetivos, hipóteses e aos fundamentos teóricos do objeto de estudo. Esse procedimento exige uma escolha criteriosa e sistemática para se fazer a descrição, explicação e análise de fatos e fenômenos. Esse procedimento se faz através da abordagem qualitativa e da abordagem quantitativa, ou ainda com a aplicação simultânea dessas duas abordagens.

Os métodos qualitativos e quantitativos não se excluem, embora difiram quanto a forma e à ênfase, os métodos qualitativos trazem como contribuição ao trabalho de pesquisa uma mistura de procedimento de cunho racional e intuitivo capazes de contribuir para a melhor compreensão dos fenômenos, enquanto o método quantitativo caracteriza-se pelo emprego da quantificação por meio de técnicas estatística, desde a mais simples como percentual, média, desvio-padrão, até as mais complexas como coeficiente de correlação, análise de regressão, etc. (RICHARDSON, 1999). Pode-se distinguir o enfoque qualitativo do quantitativo, mas não seria correto afirmar que guardam relação de oposição (POPE; MAYS, 1995).

Duffy (2007, p.31) indicou como benefício do emprego conjunto dos dois métodos:

- Possibilidade de congregar controle dos vieses (quantitativo) com a compreensão da perspectiva dos agentes envolvidos no fenômeno (qualitativo);
- Possibilidade de congregar identificação de variáveis (quantitativo) com uma visão global do fenômeno (qualitativa);

- Possibilidade de completar um conjunto de fatos e causas associados ao emprego de metodologia quantitativa com uma visão da natureza dinâmica da realidade;
- Possibilidade de enriquecer constatações obtidas sob condições controladas com dados dentro do contexto natural de sua ocorrência;
- Possibilidade de reafirmar validade e confiabilidade das descobertas pelo emprego de técnicas diferenciadas.

A combinação de métodos qualitativos e quantitativos pode estabelecer ligações entre as descobertas obtidas por diferentes fontes, ilustrá-las e torná-las mais compreensíveis e da mesma forma pode conduzir a novos paradoxos, modificando a direção dos problemas a serem pesquisados.

### **3.1.1 Pesquisa qualitativa**

Hartmut (2003) afirma que a primazia do “*compreender a vida mental*” reaparece em todas as discussões sobre a natureza da pesquisa qualitativa, sendo assim, a pesquisa qualitativa caracteriza-se como um conjunto de diferentes técnicas interpretativas que visam a descrever e a decodificar os componentes de um sistema complexo de significados. Tem por objetivo traduzir e expressar o sentido dos fenômenos do mundo social; trata-se de reduzir a distância entre indicador e indicado, entre teoria e dados, entre contexto e ação (MAANEN, 1979).

A pesquisa qualitativa é permeada de dúvidas e divergências com relação à divisão correta e etapas de produção da pesquisa. Após a análise de vários textos, de diversos autores, nas mais variadas épocas, pode-se observar que alguns conceitos têm ocorrência maior que outros e baseando-se nesses conceitos se destaca quatro etapas fundamentais para a composição da pesquisa qualitativa.

A etapa número 1 trata da definição das características específicas da pesquisa com relação ao objeto, objetivo, método e técnica, a etapa número 2 corresponde à definição da coleta de dados, a etapa número 3 define de que forma será feita a transcrição dos dados e a quarta e última etapa é responsável por definir de qual forma será feita a interpretação dos dados.

Apropriando-se de algumas considerações feitas por Martinelli (2003), concluímos que o caráter inovador da pesquisa qualitativa se insere na busca de significados atribuídos

pelos sujeitos às suas experiências sociais, além de alcançar uma dimensão política, como construção coletiva que parte da realidade dos sujeitos e a eles retorna de forma crítica e criativa, e por ser uma construção coletiva, não se coloca de forma excludente ou hermética se aproximando mais de uma pesquisa que se realiza pelas vias da complementaridade.

### **3.1.2 Pesquisa quantitativa**

Diferente da pesquisa qualitativa, a abordagem quantitativa caracterizava-se pelo emprego de instrumentos estatísticos, tanto na coleta quanto no tratamento dos dados (RAUPP; BEUREN, 2006). Tem a intenção de garantir a precisão dos resultados a fim de evitar possíveis erros de análise e interpretações, o que possibilita uma margem de segurança quanto a inferências feitas.

A abordagem quantitativa é aplicada em estudos descritivos que procuram descobrir e classificar a relação entre as variáveis e a relação de causalidade dos fenômenos. Emergiu como método através da tradição das ciências naturais e exatas, onde as variáveis são poucas, objetivas e medidas em escalas numéricas.

Segundo Wainer (2007), filosoficamente a pesquisa quantitativa baseia-se em uma visão positivista onde:

- As variáveis a serem observadas são consideradas objetivas, isto é, diferentes observadores obterão os mesmos resultados em observações distintas;
- Não há desacordo do que é melhor e o que é pior para os valores dessas variáveis objetivas;
- Medições numéricas são consideradas mais ricas que descrições verbais, pois elas se adéquam a manipulação estatística.

Na pesquisa quantitativa, as variáveis podem ser medidas objetivamente, porém o que é medido pode variar.

Segundo Oliveira (1997) esse tipo de abordagem significa quantificar dados obtidos por meios de informação coletadas através de questionários, entrevistas, observações, assim como o emprego de recursos e técnicas estatísticas. Os dados obtidos por uma abordagem quantitativa são estanques, isolados, sem que haja interação entre o objeto de pesquisa e o pesquisador.

Dentre as mais diversas definições, a utilizada por Chizzotti (1995, p. 12-13) ilustra sinteticamente o conceito geral da pesquisa quantitativa.

(...) Caracterizada pela adoção de uma estratégia de pesquisa modelada nas ciências naturais e baseada em observações empíricas para explicitar fatos e fazer previsões. Está relacionada aos postulados teóricos da matriz positivista, cujo paradigma analisa a realidade e o processo de conhecimento com o uso de técnicas que buscam a objetividade através de uma lógica formal com neutralidade no processo de investigação: a realidade é exterior ao indivíduo e a apreensão dos fenômenos é feita de forma fragmentada (...).

Examinando a evolução das ciências verifica-se que o problema da medida científica tem sido objeto de atenção há tempos. Desde o século XIX a análise estatística de informação bibliográfica e a formulação de modelos e leis para a mensuração da produção científica têm atraído a atenção de várias áreas da ciência, que enxergavam neste tipo de pesquisa uma ferramenta fundamental para o direcionamento de novas pesquisas.

As técnicas quantitativas de avaliação da produção científica podem ser divididas em: Bibliometria; Cientometria; Informetria e mais recentemente a Webmetria, todas apresentam funções semelhantes, porém, cada uma delas propõe medir a difusão do conhecimento científico e o fluxo da informação sob enfoques diversos (VANTI, 2002).

### **3.1.2.1 Análise Bibliométrica**

A análise bibliométrica é feita através de indicadores que podem ser entendidos como parâmetros utilizados no processo de avaliação de qualquer produção científica relevante, permitindo mapear as potencialidades de determinados grupos e instituições e dessa forma o estabelecer novas políticas nacionais de ensino e pesquisa.

O princípio da bibliometria é analisar a atividade científica ou técnica pelo estudo quantitativo das publicações. Segundo Rostaing (1997) a bibliometria é a aplicação de métodos estatísticos ou matemáticos sobre um conjunto de referências bibliográficas.

Macias-Chapula (1998) define a bibliometria como os estudos dos aspectos quantitativos da produção, disseminação e uso da informação registrada, pois desenvolve padrões e modelos matemáticos para medir processos, fazendo com que os resultados obtidos possam servir como base para elaborar previsões e apoiar tomadas de decisão. A bibliometria é, acima de tudo, uma disciplina com alcance multidisciplinar e analisa um

dos aspectos mais relevantes e objetivos da comunidade científica, a comunicação formal (SPINAK, 1998).

Ao contrário do que se pensa, o uso de métodos estatísticos e matemáticos no mapeamento dos registros bibliográficos não constitui fato novo. Por volta de 1917, Cole e Eales realizaram o primeiro estudo bibliográfico quando efetuaram uma análise das publicações sobre anatomia comparada. Em 1923, o bibliotecário da British Patent Office, Edward Wyndham Hulme, apresentou uma análise estatística sobre a história da ciência em uma conferência na Universidade de Cambridge, passando a usar para definir seu trabalho o termo “bibliografia estatística” e logo em 1927, Gross e Gross analisaram as referências encontradas em artigos de uma revista de química indexada no Journal of the American Chemistry Society, sendo considerada a primeira análise de citação (SPINAK, 1998).

Em 1934, Paul Otlet propõe em seu livro *Traité de Documentación* a mudança do termo bibliografia estatística para Bibliometria, pois achava o termo anterior inapropriado para a dimensão dos estudos. Quatorze anos após a publicação do *Traité de Documentación*, Ranganathan sugere a necessidade dos bibliotecários desenvolverem a “bibliotecomia” devido à quantidade grande de informação bibliográfica depositada nas bibliotecas, porém apenas em 1969, Ranganathan apresentou um trabalho onde demonstrava a aplicabilidade da estatística dentro da biblioteconomia.

Após os estudos de Otlet e os trabalhos de Ranganathan com os bibliotecários, a bibliometria popularizou-se e desde a década de 1980 tem evoluído para uma disciplina científica distinta com vários subcampos e estruturas de comunicação científica correspondentes. Dentro desta disciplina, há três nomes que se destacaram por suas importantes descobertas: Lotka, Zipf e Bradford.

A Lei de Lotka está relacionada à produtividade de autores e fundamentada na premissa básica de que poucos pesquisadores publicam muito e muitos publicam pouco. (VOOS, 1974). Em 1926, Lotka aponta para a medição da produtividade dos autores, mediante a um modelo de distribuição tamanho-frequência dos diversos autores em um conjunto de documentos, ou seja, a Lei do Quadrado Inverso afirma que o número de autores que fazem  $x$  contribuições em um determinado campo científico é aproximadamente  $1/x^2$  daqueles que fazem uma única contribuição e que a proporção daqueles que fazem uma única contribuição é de mais ou menos 60%, o que significa que em um dado período de tempo, analisando um número  $x$  de artigos, o número de cientistas

que escrevem dois ou mais artigos seria igual a  $\frac{1}{4}$  do que o número de cientistas que escreveram um.

Vale ressaltar que a lei de Lotka já foi testada em muitas compilações de dados, porém seu ajuste nem sempre é eficaz, isso se dá porque existem três formas possíveis de se realizar a contagem na coleta de dados relativos à autoria.

Bradford em 1934, com sua Lei de Dispersão, sugere que através da medição da produtividade dos periódicos, pode-se estabelecer o núcleo principal e as áreas de dispersão de um determinado assunto. Bradford (1934), em seu livro **Soucers of information on specific subjects**, afirma que se os periódicos forem ordenados em uma ordem de produtividade decrescente de artigos sobre um determinado tema, poderão ser distribuídos em um núcleo de periódicos mais devotados a esse assunto e em diversos grupos ou zonas contendo o mesmo número de artigos que o núcleo, sempre que o número de periódicos e das zonas sucessivas for igual a **1: n: n<sup>2</sup>: n<sup>3</sup>: ... n<sup>n</sup>**.

O que lhe interessava, na época, era determinar o núcleo dos periódicos que melhor se concentrassem em determinado tema. Essa lei resultou de estudos que visavam propor critérios de seleção de periódicos para uma dada coleção, de modo a equilibrar custo x benefício (SANTOS, 2009).

Logo em seguida, em 1935, Zipf postula a Lei do Mínimo Esforço, que nada mais é do que a frequência de ocorrência de palavras em um dado texto, enriquecida pelo Ponto de Transição de Goffman<sup>6</sup>. Baseada na lei fundamental da natureza humana, Zipf extraiu sua lei no princípio geral do esforço mínimo, que consiste em destacar as palavras cujo custo de utilização seja pequena ou que sua transmissão demande esforço mínimo e estas são frequentemente utilizadas em textos grandes (SANTOS, 2009).

Para Zipf, em um texto muito extenso, existia uma relação entre a frequência entre uma dada palavra e a sua posição em uma lista de palavras. Essa lista era feita levando em conta a frequência decrescente de ocorrências, a palavra de maior frequência de ocorrência tem ordem de série 1, a de segunda de ordem 2 e assim por diante. Zipf observou que o produto da ordem de série (r) de uma palavra, pela sua frequência de ocorrência (f) era aproximadamente uma constante (c).

---

<sup>6</sup> O Ponto T de Goffman determina graficamente a localização onde ocorre a transição das palavras de baixa frequência para as de alta frequência. Existe uma determinada região, ao redor deste ponto, com probabilidade de concentrar as palavras de alto conteúdo semântico e, portanto, aquelas que seriam usadas para indexação de um texto em questão.

É importante destacar que a Lei do Mínimo Esforço se aplica apenas a palavras de alta frequência, sendo assim, para as palavras de baixa frequência Zipf propôs uma segunda lei que mais tarde viria a ser modificada por Booth em 1967, que afirmava que em um texto grande, várias palavras de baixa frequência apresentam frequências semelhantes. Essa ficou conhecida como Lei de Zipf-Booth ou Segunda Lei de Zipf.

Assim, é razoável esperar uma região crítica, na qual é feita a transição do comportamento das palavras de alta frequência para as de baixa frequência. O ponto de transição de Goffman admite a hipótese que nessa região de transição estariam às palavras de maior conteúdo semântico.

O Quadro 3 a seguir relaciona as principais leis, foco de estudo e as principais aplicações de cada uma dentro da disciplina da bibliometria.



Quadro 3 – Métodos bibliométricos.

<b>BIBLIOMETRIA</b>		
<b>Leis e Princípios</b>	<b>Focos de Estudo</b>	<b>Principais Aplicações</b>
Lei de Bradford	Periódicos	Estimar o grau de relevância de periódicos, em dada área do conhecimento
Lei de Lotka	Autores	Estimar o grau de relevância de autores, em dada área do conhecimento
Lei de Zipf	Palavras	Indexação automática de artigos científicos e tecnológicos
Ponto de transição (T) de Goffman	Palavras	Indexação automática de artigos científicos e tecnológicos
Colégios invisíveis	Citações	Identificação da elite de pesquisadores, em dada área do conhecimento
Fator de imediatismo ou de impacto	Citações	Estimar o grau de relevância de artigos, cientistas e periódicos científicos, em determinada área do conhecimento
Acoplamento Bibliográfico	Citações	Estimar o grau de ligação de dois ou mais artigos
Co-citação	Citações	Estimar o grau de ligação de dois ou mais artigos
Obsolescência da Literatura	Citações	Estimar o declínio da literatura de determinada área do conhecimento
Vida Média	Citações	Estimar a vida média de uma unidade da literatura de dada área do conhecimento
Teoria Epidêmica de Goffman	Citações	Estimar a razão de crescimento e declínio de determinada área do conhecimento
Lei do Elitismo	Citações	Estimar o tamanho da elite de determinada população de autores
Frente de pesquisa	Citações	Identificação de um padrão de relação múltipla entre autores que se citam
Lei dos 80/20	Demanda de informação	Composição, ampliação e redução de acervos

Fonte: elaborado pela autora.

### 3.1.2.2 Análise bibliométrica automatizada

Nos últimos anos foram criadas ferramentas automatizadas, não para substituir, mas para melhorar as teorias propostas por Zipf, Lotka e Bradford, dessa forma poupando muito tempo do pesquisador. Dentre as diversas ferramentas criadas, destaca-se a atuação do software *Vantage Point*.

Segundo o site oficial do *Vantage Point*, ele foi desenvolvido por Allan Porter que fazia parte do *Institute of Technology from University of Georgia*, em parceria com a empresa *Search Technologie* e também o *Technologie Policy and Assessment Center*.

O objetivo principal do *Vantage Point* é utilizar o gerenciamento tecnológico e desenvolver uma ampla avaliação da ciência e tecnologia por meio do uso de softwares para monitoramento tecnológico, utilizando como fonte de informação dados bibliográficos. O *Vantage Point* trabalha através de uma análise de dados textuais extraídos de bases de dados bibliográficas. O software é conhecido como um programa usado pela bibliometria, para o tratamento bibliométrico e para o tratamento automatizado da informação ou *text mining*<sup>7</sup> (SILVA, 2004).

O *Vantage Point* a partir de um arquivo texto contendo registros bibliográficos, é capaz de produzir indicadores de uma ou duas dimensões, além de representar gráficos através de mapas estatísticos, pode ainda atuar na administração de tecnologias, análises de patentes, análise de indicadores, estudos de futuro e mapeamentos de relações sociais.

Hayashi (2007, p.99) afirma que:

O *Vantage Point* é um software que extrai conhecimento de bases de dados textuais, possibilitando a descoberta de novas tecnologias, pessoas e organizações; realizando mapeamento e decomposição de dados através da identificação de suas relações de dependência. É uma ferramenta de mineração de texto usada para transformar informação em conhecimento extraído de bases de dados. Além disso, é uma ferramenta analítica flexível, que pode ser configurada em qualquer tipo de base de dados estruturada em texto.

### 3.1.2.3 Cientometria, informetria e Webmetria

A partir da década de 60, Derek de Solla Price se valeu das propostas de Lotka, Bradford e Zipf, para formular suas leis cientométricas, onde os estudos quantitativos adquiriram novos contornos concentrando-se no estudo da atividade científica, incluindo tanto os produtos quanto os produtores da ciência. Seu pioneirismo se manifesta na elaboração de um novo modelo que integrou a bibliometria ao estudo da atividade científica.

---

<sup>7</sup> Text mining é definido como um processo que utiliza métodos para navegar, organizar, achar e descobrir informação em bases textuais escritas em linguagem natural.

Em 1963, Price publicou sua obra intitulada *Little Science, Big Science*, obra vista como um clássico da área, que sintetiza idéias sobre análises estatísticas e sociométricas da bibliografia científica.

Segundo a definição de Macias-Chapula (1998, p.134), a cientometria pode ser descrita como:

O estudo dos aspectos quantitativos da ciência enquanto disciplina ou atividade econômica. A cientometria é um segmento da sociologia da ciência, sendo aplicada no desenvolvimento de políticas científicas. Envolve estudos quantitativos das atividades científicas, incluindo a publicação e, portanto, sobrepondo-se a bibliometria

Através de indicadores quantitativos de uma determinada área da ciência, a análise das publicações pode, além de levar ao desenvolvimento de políticas públicas, medir os incrementos de produção e produtividade de uma disciplina a fim de delinear o crescimento de uma determinada área dentro da ciência (STUMPF et al, 2006).

De uma maneira geral os objetivos da cientometria são:

- Analisar quantitativamente a ciência, através de indicadores científicos por país, língua, assunto, etc;
- Identificar as relações entre várias disciplinas;
- Avaliar a pesquisa científica por instituição, país, pesquisadores, etc;
- Estudar a dispersão e obsolescência da literatura científica;
- Prever a produtividade de autores individuais, organizações e países;
- Medir o crescimento de determinada área e o surgimento de novos temas;
- Medir o grau e padrões de colaboração entre os pesquisadores;
- Analisar o processo de co-citação e co-ocorrência de palavras para traçar o perfil de cada área do conhecimento;
- Servir de parâmetro para a distribuição de recursos destinados à pesquisa científica e para a definição de políticas de desenvolvimento em CT e I.

E Spinak (1998, p.142) vai mais além:

A cientometria aplica técnicas bibliométricas à ciência, mas vai mais além das técnicas bibliométricas, pois também examina o desenvolvimento e as políticas científicas. A cientometria pode estabelecer comparações entre as políticas de investigação entre os países analisando seus aspectos econômicos e sociais (...).

No final da década de 80, mais precisamente em 1987, a Federação Internacional de Documentação (FID), propôs a utilização do termo informetria para designar o conjunto das atividades métricas relativas à informação, cobrindo tanto a bibliometria quanto a cientometria.

Seu surgimento é posterior aos outros dois termos, além de apresentar um escopo mais distinto e abrangente que a bibliometria e a cientometria e segundo Macias-Chapula (1998, p.134), a informetria pode ser definida como:

O estudo dos aspectos quantitativos da informação em qualquer formato e não apenas em registros catalográficos e bibliográficos, referente a qualquer grupo social e não apenas aos cientistas. A informetria pode incorporar, utilizar e ampliar os muitos estudos de avaliação da informação que estão fora dos limites da bibliometria e cientometria

A informetria se distingue claramente da bibliometria e da cientometria no que diz respeito ao universo de objetos e sujeitos que estuda, não se limitando apenas à informação registrada, ao passo que pode analisar também os processos de comunicação informal, inclusive falada e dedica-se a pesquisar os usos e necessidades de informação dos grupos sociais desfavorecidos e não só das elites intelectuais (VANTI, 2002).

Com os avanços tecnológicos as análises quantitativas encontram novos e estimulantes campos de atuação. É o caso dos estudos que estão sendo desenvolvidos atualmente sobre o conteúdo e a estrutura das homepages.

A webmetria consiste, segundo Almind e Ingwersen (1997), na aplicação de métodos informétricos à World Wide Web, se tornando cada vez mais, um importante meio de comunicação para a ciência e a academia, pelo qual os estudos quantitativos se estendem também a este ambiente.

Abaixo podemos observar o Quadro 4, comparativo das aplicações dos distintos métodos:

Quadro 4 – Comparativo entre as tipologias.

TIPOLOGIA	BIBLIOMETRIA	CIENTOMETRIA	INFOMETRIA	WEBMETRIA
OBJETO DE ESTUDO	Livros, documentos, revistas, artigos, autores, usuários	Disciplina, assunto, área e campo científicos e tecnológicos. Patentes, dissertações, teses	Palavras, documentos, bases de dados, comunicação informal, <i>homepages</i> na WWW	Sítios WWW (URL, título, tipo, domínio, tamanho e <i>links</i> ), motores de busca
VARIÁVEIS	Número de empréstimos e de citações, frequência, extensão de frases	Fatores que diferenciam as disciplinas. Como os cientistas se comunicam	Difere da cientometria no propósito das variáveis, por exemplo, medir a recuperação, a relevância e a revocação da informação	Numero de páginas por sítio, número de <i>links</i> por sítio; número de <i>links</i> que remetem a um mesmo sítio; número de sítios recuperados
MÉTODO	Ranking, frequência, distribuição	Análise de conjuntos e de correspondência; co-ocorrência de termos, expressões, palavras-chave, etc.	Modelo vetor-espaço; modelos booleano de recuperação, modelos probabilísticos; linguagem de processamento; abordagens baseadas no conhecimento, tesouros	Fator de impacto da Web (FIW); densidade dos <i>links</i> ; “citações”; estratégias de busca
OBJETIVOS	Alocar recurso: pessoas, tempo, dinheiro, etc.	Identificar domínios de interesse; onde os assuntos estão concentrados; compreender como e quanto os cientistas se comunicam	Melhorar a eficiência da recuperação da informação; identificar estruturas e relações dentro dos diversos sistemas de informação	Avaliar o sucesso de determinados sítios; detectar a presença de países, instituições e pesquisadores na rede e melhorar a eficiência dos motores de busca na recuperação das informações

Fonte: elaborado pelo autora.

### 3.1.3 Pesquisa mista

Para compreender a heterogeneidade crescente e a diversidade de interesses presentes nas investigações científicas, é pertinente se valer da combinação de estratégias

de investigação capazes de apreender as dimensões qualitativas e quantitativas da temática. O método misto é o uso de duas ou mais estratégias, quantitativa e/ou qualitativa, dentro de um único projeto de pesquisa. Dito de outra forma, métodos mistos se refere a um único estudo que utiliza estratégias múltiplas ou mistas para responder às questões de pesquisa e/ou testar hipóteses. Tais estratégias são implantadas concomitantemente ou sequencialmente.

Existem cinco objetivos principais para usar mais de um método quando estudando um fenômeno de interesse. Estes incluem: 1) triangulação, 2) complementaridade, 3) desenvolvimento, 4) iniciação, e 5) expansão.

Triangulação é o mais conhecido destes cinco objetivos. Refere-se à convergência ou corroboração dos dados coletados e interpretados a respeito do mesmo fenômeno. A abordagem ou forma de coletar dados e/ou interpretar podem variar.

Segundo Minayo (1999), a triangulação em sentido estrito é definida como a estratégia metodológica que abrange o objeto de investigação sob, pelo menos, três ângulos distintos que se articulam a partir da:

- 1) cooperação de distintos pesquisadores, substituindo a hierarquia a priori dos campos científicos por uma visão cooperativa entre eles e o mundo da vida;
- 2) integração de distintos métodos, permitindo o aprofundamento teórico-metodológico em relação ao conhecimento do objeto;
- 3) integração coerente e criativa de distintas técnicas para a construção dos dados, seja no âmbito quantitativo, ou qualitativo.

O termo “triangulação” começa a ser construído na área da psicologia por Campbell e Fiske em 1959, que se propuseram completar ou testar empiricamente os resultados obtidos utilizando diferentes técnicas quantitativas e defendiam que estas matrizes deveriam funcionar como forma de determinar o grau de convergência e como indicador da validade dos resultados de investigação (DUARTE, 2009).

Em 1970, Denzin argumenta que uma hipótese testada com o recurso de diferentes métodos podia ser considerada mais válida do que uma hipótese testada unicamente com o uso de um único método. A partir de 1989, Denzin amplia conceito de triangulação, e descreve quatro tipos diferentes de triangulação – a triangulação de dados, a triangulação do investigador, a triangulação teórica e a triangulação metodológica.

Neste caso, apenas o estudo da triangulação metodológica será relevante, e tal consiste em utilizar múltiplos métodos para estudar um determinado problema de investigação. Denzin distingue dois subtipos:

- triangulação intramétodo – que envolve a utilização do mesmo método em diferentes ocasiões.
- triangulação intermétodos – que significa usar diferentes métodos em relação ao mesmo objeto de estudo.

Dessa forma os métodos mistos prometem um novo *insight* e uma nova perspectiva de entendimento dos fenômenos na pesquisa científica, onde o uso de mais de um método oferece o potencial de entendimento mais profundo dos problemas complexos da área científica.

## **4 INDICADORES DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO**

Neste capítulo serão apresentados os resultados obtidos a partir da análise bibliométrica e cientométrica dos 1244 trabalhos compreendidos entre teses e dissertações sobre o tema da história da educação, encontrados na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da CAPES, no período que vai de 1990 a 2008.

Os resultados estarão divididos em duas partes, sendo elas, a análise bibliométrica dos trabalhos e a análise cientométrica das temáticas abordadas e dos períodos históricos.

Sobre a transformação de informação bibliográfica em indicadores bibliométricos, Mugnaini; Jannuzzi; Quoniam (2004) afirmam que não é uma tarefa simples, exigindo trabalho minucioso e cautela em cada passo. Ressaltam ainda que, a maior parte do tempo é despendida no reconhecimento da forma em que os dados estão estruturados na base e no tratamento efetivo na cadeia de transformação da informação bibliográfica em dados quantitativos. Invariavelmente, a informação não se encontra perfeitamente padronizada, exigindo reprocessamento e retorno às etapas anteriores da cadeia.

A partir da definição de indicadores cientométricos no Manual de Frascati (2002) pode-se considerar que mostram um aspecto particular de uma questão complexa e de múltiplas facetas. É necessário dispor de um modelo explícito que descreva de uma só vez o sistema científico e a forma com a qual se relaciona com o resto da sociedade e da economia.

Pode-se verificar que as atividades da produção de indicadores científicos vêm crescendo no país na última década, pela necessidade, por parte dos governos estaduais e federal, e também da comunidade científica nacional, de dispor de instrumentos para definição de diretrizes, alocação de investimentos e recursos, formulação de programas e avaliação de atividades relacionadas ao desenvolvimento científico e tecnológico no país (MUGNAINI; JANNUZZI; QUONIAM, 2004).

### **4.1 Indicadores Bibliométricos**

Neste tópico serão apresentados os indicadores bibliométricos das teses e dissertações depositadas no Banco de Teses da Capes, definidas a partir do tema história da educação.

Sobre indicadores entende-se:



É uma ferramenta de avaliação entre outras; para captar-se todo o seu sentido, devem ser interpretados de maneira científica e política. Devem, com a devida frequência, ser completados com outras informações qualitativas e científicas, sobretudo para explicar factores que se encontram na origem de uma modificação do valor de um indicador que serve de base a uma avaliação. (MANUAL DE FRASCATI, 2002, p.204)

A análise será feita a partir da avaliação dos seguintes indicadores: trabalhos publicados por ano, ano e nível de qualificação; dependência administrativa; principais universidades; distribuição por região; distribuição por estado; financiamentos; principais agências financiadoras; financiamentos por região e gênero.

A busca no Banco de Teses da Capes resultou em 1244 trabalhos. Na Figura 4 encontra-se a distribuição das teses e dissertações<sup>8</sup> por ano, em um período estudado que vai de 1990 a 2008.

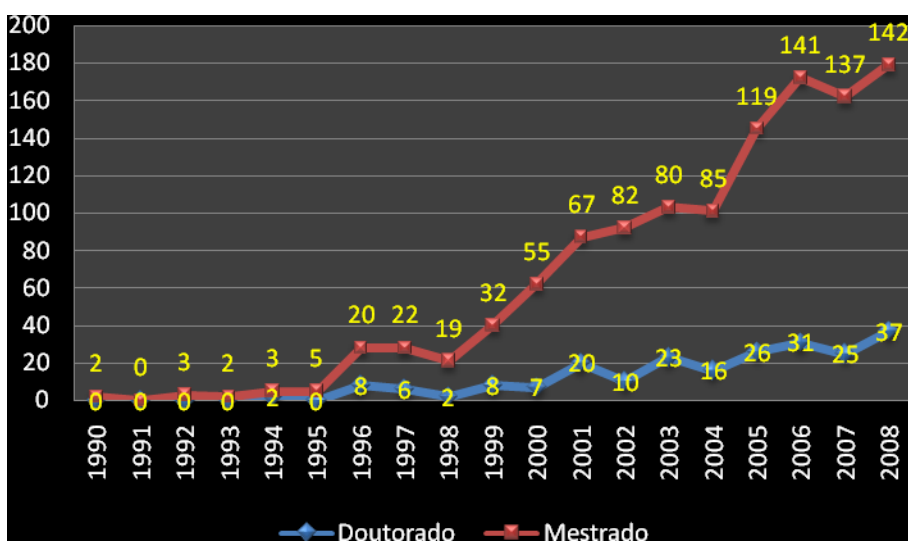


Figura 5 – Distribuição de registros por ano.

Fonte: elaborado pela autora.

Os resultados mostram um aumento significativo, de quase 90%, no número de trabalhos depositados na base sobre o tema história da educação. Analisando o padrão do gráfico nota-se que os anos de 1990 até 1995 apresentaram um percentual baixo de trabalhos.

<sup>8</sup> Foram encontrados outros 7 trabalho classificados como de nível profissionalizante, não fazendo parte da análise. Contabiliza-se dessa forma 1244 trabalhos.

A partir de 1995, o Estado brasileiro passou por uma reestruturação e assumiu uma postura voltada para a racionalidade, espelhando e refletindo a imagem das empresas capitalistas, dessa forma, as ações e políticas públicas passaram a ser orientadas a partir de um novo paradigma.

Na esfera educacional, as mudanças promovidas pelo governo Fernando Henrique Cardoso, segundo Silva Jr. e Sguissardi (1999) inauguraram um momento predominado pela racionalidade do capital conduzindo a inequívoca subsunção da esfera educacional à esfera econômica, reestruturando-a segundo a sua finalidade precípua – a acumulação -, em um processo chamado mercantilização da educação.

Ainda segundo Silva Jr. e Sguissardi (1999, p.267):

As políticas públicas para a educação superior brasileira e as reações dos diferentes setores (público e privado), realizadas de formas distintas, acabam por promover um reordenamento nesse espaço social em uma mesma direção: a do fortalecimento do processo de mercantilização de tal esfera e a transformação das identidades dos Institutos de Ensino Superior.

Nota-se no gráfico acima, que é exatamente a partir de 1996 que ocorre um salto no número de trabalhos recuperados na base de dados, reflexo do conjunto de medidas adotadas pelo governo federal que tinham como objetivo avaliar a produtividade dos pesquisadores e Institutos de Ensino Superior através das produções científicas.

Na Tabela 1 a seguir pode-se encontrar a distribuição dos trabalhos por ano e nível de qualificação.

Tabela 1 – Distribuição das teses e dissertações por ano e nível de qualificação.

<b>Ano</b>	<b>Mestrado</b>	<b>Doutorado</b>	<b>Profissionalizante</b>	<b>Total</b>
<b>1990</b>	2	0	0	2
<b>1991</b>	0	0	0	0
<b>1992</b>	3	0	0	3
<b>1993</b>	2	0	0	2
<b>1994</b>	3	2	0	5
<b>1995</b>	5	0	0	5
<b>1996</b>	20	8	0	28
<b>1997</b>	22	6	0	28
<b>1998</b>	19	2	0	21
<b>1999</b>	32	8	0	40
<b>2000</b>	55	7	0	62
<b>2001</b>	67	20	0	87
<b>2002</b>	82	10	0	92
<b>2003</b>	80	23	0	103
<b>2004</b>	85	16	0	101
<b>2005</b>	119	26	2	147
<b>2006</b>	141	31	0	172
<b>2007</b>	137	25	2	164
<b>2008</b>	142	37	3	182
<b>Total</b>	<b>1016</b>	<b>221</b>	<b>7</b>	<b>1244</b>

Fonte: elaborado pela autora.

O nível de qualificação do trabalho envolve uma complexa gama de fatores que influenciaram na composição do quadro acima. Assim como já foi visto anteriormente, durante a década de 70 houve uma expansão desordenada dos cursos de pós-graduação, principalmente em nível de mestrado no Brasil, o que refletiu diretamente no campo da história da educação. Cresce o número de dissertações enquanto as teses se restringem a números muito baixos.

Outro fator importante a ser destacado é o novo perfil econômico adotado pelo país que, influenciado pela teoria do capital humano, vê na educação o principal fator de

desenvolvimento econômico somente alcançado através da constante qualificação profissional, inaugurando um perfil tecnicista na pesquisa educacional.

Finalizando, a partir do momento que o nível de mestrado não serve mais como fator de diferenciação dentro do campo científico, o nível de doutorado ganha força, levando ao que muitos chamam de período de consolidação da pós-graduação no Brasil.

Os resultados mostram que na história da educação é a partir de 1996 que o nível de doutorado toma força e passa a crescer praticamente de forma constante. A distribuição relativa do número de trabalhos por nível de qualificação se encontra da seguinte forma, na Figura 6:

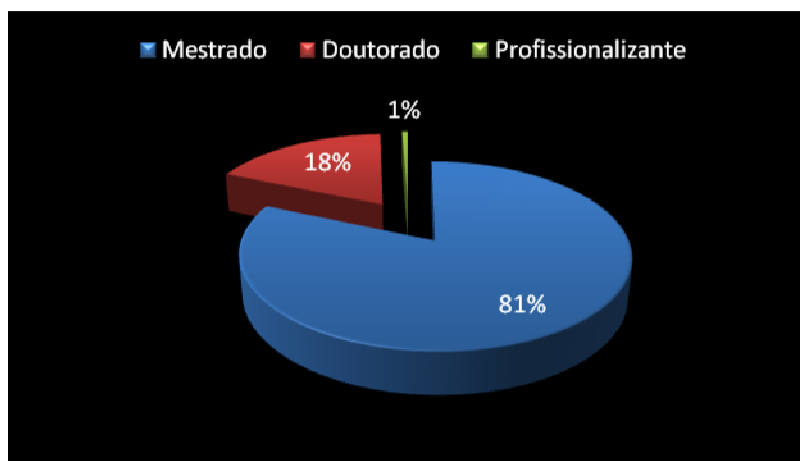


Figura 6 – Distribuição dos registros por nível de qualificação.  
Fonte: elaborado pela autora.

Gradativamente, ao longo das últimas três décadas observou-se um dilema entre a universidade estatal pública versus a universidade privado. Segundo Sguissardi (2004), as discussões teóricas sobre se o conhecimento provido mediante o ensino, em especial o de nível superior, é um bem público ou privado ocupam espaço cada dia maior na produção documental dos organismos multilaterais financeiros (BM<sup>9</sup>, BID<sup>10</sup>, OMC<sup>11</sup>) e educacionais (UNESCO<sup>12</sup>), assim como nas linhas e entrelinhas dos discursos governamentais nacionais ou multinacionais (OCDE<sup>13</sup>, UE<sup>14</sup>, NAFTA<sup>15</sup>). Em grande medida, esse debate se tem atrelado em especial ao desenvolvimento de teorias econômicas neoclássicas do “capital

<sup>9</sup> Banco Mundial.

<sup>10</sup> Banco Interamericano de Desenvolvimento.

<sup>11</sup> Organização Mundial do Comércio.

<sup>12</sup> Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

<sup>13</sup> Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico.

<sup>14</sup> União Européia.

<sup>15</sup> Tratado Norte-Americano de Livre Comércio.

humano” e do “capital social”. Para Sader (2003), “na realidade, ‘o estatal não é um pólo, mas um campo de disputa, que nos nossos tempos é hegemonizado pelos interesses privados’”.

Assim como:

O privado não é a esfera dos indivíduos, mas dos interesses mercantis – como se vê nos processos de privatização, que não constituíram processos de desestatização em favor dos indivíduos, mas das grandes corporações privadas, aquelas que dominam o mercado –, a verdadeira cara por trás da esfera privada no neoliberalismo. (SADER, 2003, p.03)

A partir de 1994, no Brasil, se inicia um consistente processo de redução de gastos públicos federais para o conjunto das instituições federais de ensino superior (IFES) e se desencadeia a retomada, em grau muito mais aprofundado que na década de 1970, sob a ditadura militar, da privatização desse nível de ensino.

Reflexo de todo esse processo, as teses e dissertações em história da educação, apresentam o atual quadro de vínculo institucional da pós-graduação em educação no Brasil (Figura 7).

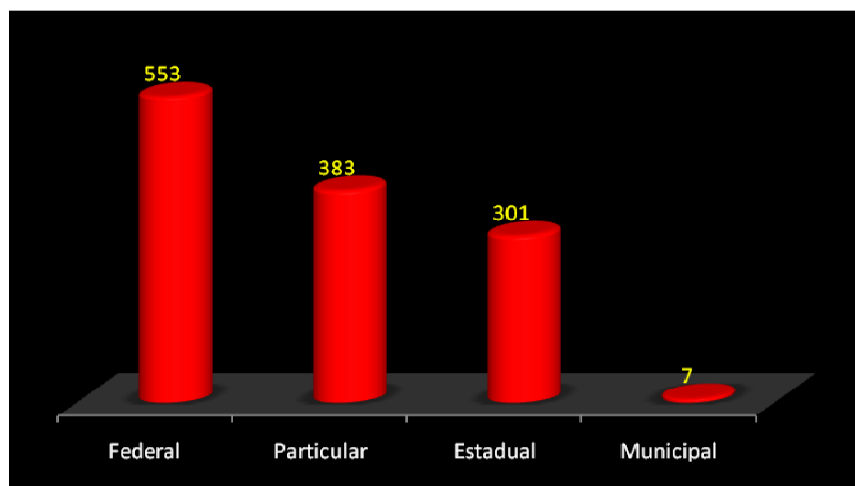


Figura 7 – Dependência Administrativa.  
Fonte: elaborado pela autora.

Como este tipo de produção científica – teses e dissertações – está diretamente atrelado aos Institutos de Educação Superior (IES), na Tabela 2 abaixo se encontra o ranking e a frequência com que as universidades foram encontradas no banco de teses da Capes.

Tabela 2 – Frequência de trabalho com relação às universidades.

<b>INSTITUIÇÃO</b>	<b>FREQUÊNCIA</b>
Universidade de São Paulo	84
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	84
Universidade Estadual de Campinas	69
Universidade Federal de Uberlândia	50
Universidade Estadual de Maringá	41
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	35
Universidade Metodista de Piracicaba	33
Universidade Federal de Santa Catarina	32
Universidade Federal do Rio Grande do Norte	30
Universidade Federal do Paraná	28
Universidade Federal de Pelotas	28
Universidade Federal do Sergipe	24
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro	24
Universidade Federal de São Carlos	24
Universidade Federal do Piauí	24
Universidade Federal de Santa Maria	23
Universidade Federal do Mato Grosso	22
Universidade Federal do Espírito Santo	21
Universidade Federal do Ceará	20
Universidade Estadual Paulista – Marília	20
Universidade Federal da Bahia	19
Universidade do Vale do Rio dos Sinos	19
Universidade Federal Fluminense	18
Universidade Estadual do Rio de Janeiro	18
Pontifícia Universidade Católica do Paraná	18
Universidade Federal de Pernambuco	17
Universidade São Francisco	16
Universidade Federal do Rio de Janeiro	16
Universidade Federal do Amazonas	15
Universidade Federal da Paraíba	15
Universidade de Brasília	15
Instituições com frequência menor que 15	342
<b>Total</b>	<b>1244</b>

Fonte: elaborado pela autora.

A partir de 2004, com a elaboração do V PNPG, tornou-se ainda mais evidente um problema recorrente dentro da pesquisa em educação, reflexo de suas origens na década de 1930, é a questão da disparidade geográfica entre as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste com relação às regiões Sul e Sudeste.

Segundo o V PNPG (2004, p.31):

Apesar do crescimento apontado, persiste uma distribuição desigual entre as regiões do Brasil, uma vez que a região Sudeste concentra 54,9% dos cursos de mestrado e 66,6% dos de doutorado, seguida da região Sul (19,6% e 17,1%), Nordeste (15,6% e 10,3%), Centro-Oeste (6,4% e 4,1%) e Norte (3,5% e 1,8%).

Na Figura 8 é possível visualizar como se dá a distribuição das teses e dissertações sobre história da educação por região. Pode-se observar que foram encontrados registros em todas as regiões, mas é na região Norte que se encontra a maior diferença, pois os cinco Estados que não aparecem na pesquisa (Acre, Amapá, Roraima, Tocantins e Rondônia) pertencem a região Norte. As regiões Nordeste e Centro-Oeste apresentaram registros em todos os seus Estados, porém ainda estão longe de apresentar números significativos nas pesquisas em história da educação. A região sudeste concentrou mais de 50% da produção de teses e dissertações no banco de dados da CAPES, seguida da região sul que apresentou 24% da produção brasileira. Em outros dois registros não foi possível determinar o estado ou região dos trabalhos.

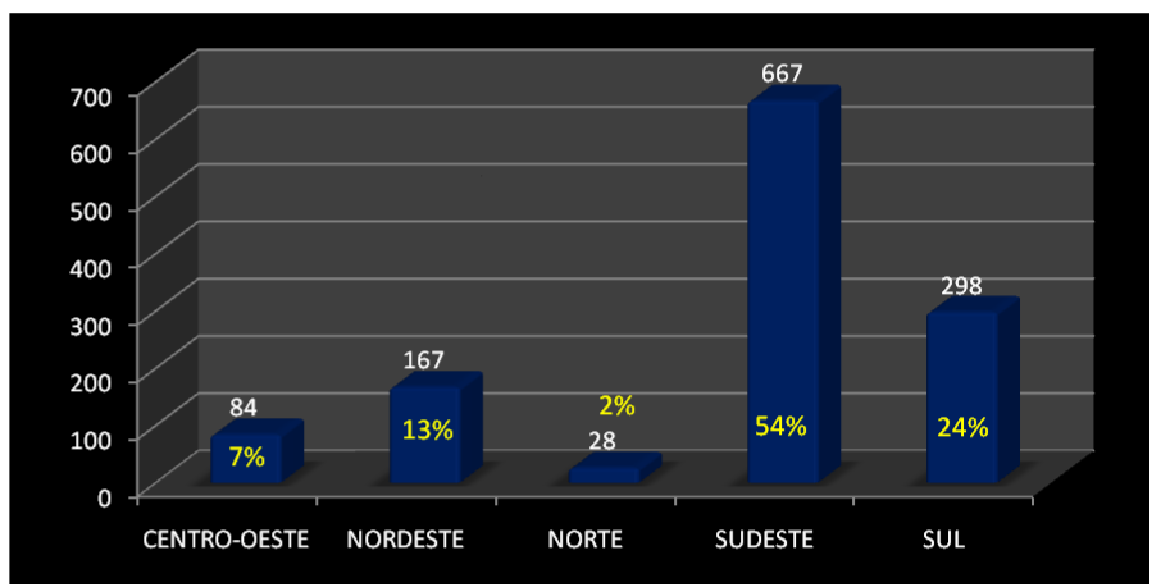


Figura 8 – Distribuição dos trabalhos por região.  
Fonte: elaborado pela autora.

O V PNPG (2004, p.32) ainda completa:

A análise das taxas de crescimento mostra que o crescimento foi maior na região Norte (15% ao ano), seguida das regiões Centro-Oeste (12%), Sul (12%), Nordeste (9,6%) e o Sudeste (6,3%). Esse crescimento não foi

suficiente para alterar as assimetrias existentes entre as regiões e, sobretudo, entre os estados.

Por Estado a distribuição das teses e dissertações ficou assim (Figura 9):

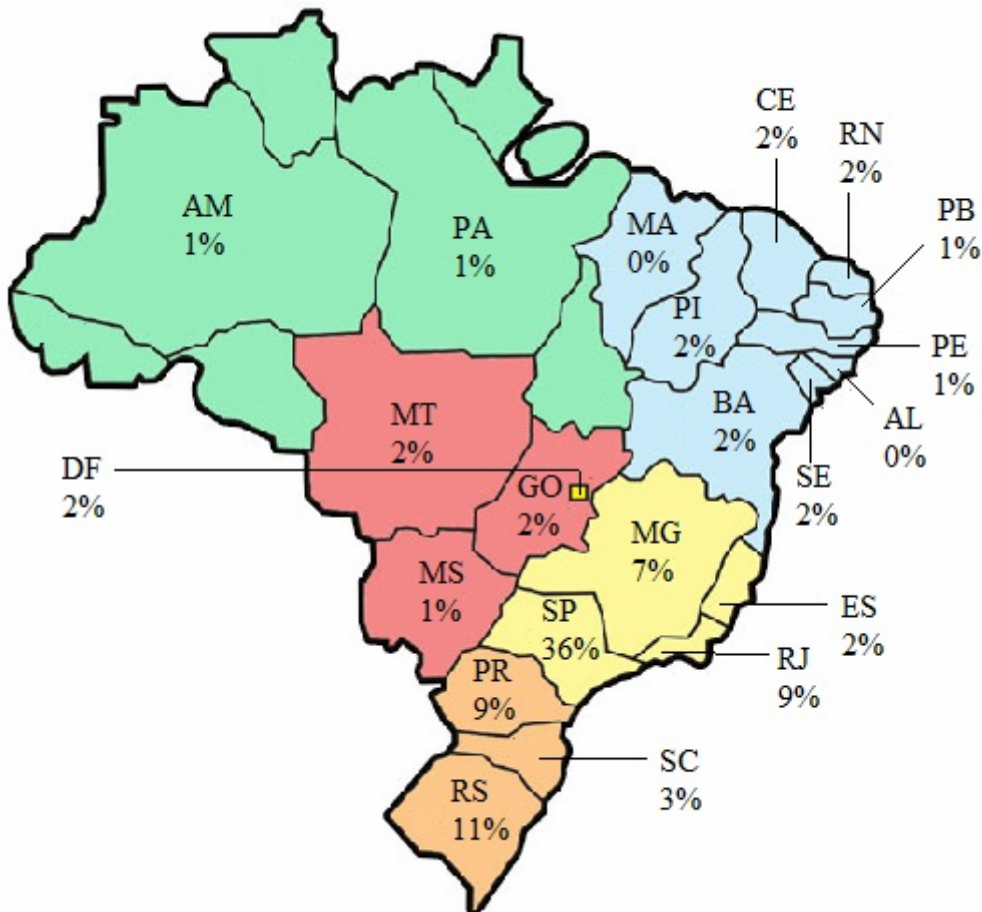


Figura 9 – Distribuição dos trabalhos por estado.  
Fonte: elaborado pela autora.

Seguindo dados fornecidos pelo Diagnóstico da Pós-Graduação elaborado pelo V PNPG, outro problema fundamental encontrado pela pós-graduação é a questão dos financiamentos e bolsas de estudo. O V PNPG (2004, p.34) afirma que:

Os dados da CAPES e do CNPq evidenciam, entre 1991 e 2003, que a concessão de bolsas de doutorado no país não sofreu nenhuma inflexão no período, aumentando continuamente de 6.000, em 1991, para cerca de 14.500 em 2003, o que representa um significativo acréscimo de 142% (crescimento anual médio de 7,6% ao ano).



Em contrapartida a concessão de bolsas de mestrado, mesmo apresentando um aumento no número de bolsas concedidas no ano 2000 (5.572) para 2003 (6.000), não conseguiu suprir o decréscimo apresentado com relação a concessão de bolsas no ano de 1995 que era de cerca de 10.960 bolsas. Em 1991, a relação de bolsas concedidas e o total de alunos matriculados nos programas de pós-graduação eram de 35%, porém desde meados dos anos 90 vem ocorrendo uma queda, que em 2003 apresentou se percentual mais baixo, cerca de 25%.

O cenário dentro do campo da história da educação não é diferente do que foi apresentado no V PNPG, apenas  $\frac{1}{3}$  dos trabalhos recebem algum tipo de financiamento, enquanto os  $\frac{2}{3}$  restantes não recebem nenhum tipo de incentivo publico ou privado para realizarem suas pesquisas, como pode ser observado na tabela a seguir:

Tabela 3 – Número de trabalhos financiados e não financiados.

	Valor Total	Valor Relativo
<b>Trabalhos Financiados</b>	420	34%
<b>Trabalhos Não Financiados</b>	824	66%
<b>Total</b>	<b>1244</b>	<b>100</b>

Fonte: elaborado pela autora.

Segundo dados recolhidos a partir das teses e dissertações, ao todo são 69 as agências que financiam a pesquisa em história da educação no Brasil. Na Tabela 4, podemos observar as principais agências financiadoras do país e o número total de financiamentos, com um destaque para a CAPES que disponibiliza 8 modalidades diferentes de bolsa (CAPES, CAPES – DS, CAPES – PROSUP, CAPES – PICDT, CAPES – PROEX, CAPES - PROSUP mod. II, CAPES – PQI, CAPES – OUTROS) todas de âmbito nacional. As agências que apareceram apenas uma vez na base de dados, foram agrupadas na categoria outros.

Tabela 4 – Principais agências de fomento a pesquisa.

<b>Agências Financiadoras</b>	<b>Valor Total</b>	<b>Valor Relativo (%)</b>
<b>Capes</b>	250	58,2
<b>CNPQ</b>	98	24,1
<b>Fapesp</b>	9	2,2
<b>SEE – SP</b>	8	2,0
<b>Unesp</b>	7	1,7
<b>Fapemig</b>	4	1,0
<b>Unijuí</b>	4	1,0
<b>Mackpesquisa</b>	4	1,0
<b>Proicad – UGF</b>	3	0,7
<b>Puc – PR</b>	3	0,7
<b>Uniso</b>	3	0,7
<b>Fapeam</b>	2	0,5
<b>Outros</b>	25	6,2
<b>Total</b>	<b>420</b>	<b>100</b>

Fonte: elaborado pela autora.

A fim de compreender melhor o perfil das políticas públicas de incentivo a pesquisa, a Tabela 5 mostra como se dá a distribuição dos financiamentos por região do país.

Tabela 5 - Distribuição de financiamentos por região do país.

<b>Região</b>	<b>Valor Total</b>	<b>Valor Relativo (%)</b>
<b>Nacional<sup>16</sup></b>	349	83,1
<b>Sudeste</b>	50	11,9
<b>Sul</b>	12	2,8
<b>Nordeste</b>	4	1,0
<b>Norte</b>	4	1,0
<b>Centro-Oeste</b>	1	0,2
<b>Total</b>	<b>420</b>	<b>100</b>

Fonte: elaborado pela autora.

<sup>16</sup> O item *Nacional* corresponde às agências que atuam no Brasil de forma geral, como por exemplo, a Capes.

Neste estudo verificamos a composição do quadro de pesquisadores com relação ao gênero. Considerando que as teses e dissertações constituem-se como ponto de partida para uma futura carreira acadêmica, pode-se a partir dos dados analisados criar uma estimativa de como se desenhará o quadro de professores e pesquisadores daqui a alguns anos, além disso, esse números poderão servir como parâmetro para futuras pesquisas.

González Garcia (1998) afirma que os estudos sobre ciência e gênero, compartilham de um objetivo político que é a oposição ao sexismo e ao androcentrismo que se observam na prática científica. Ressalta ainda que estes estudos vem sendo feitos a partir de diversas abordagens, como a filosofia geral, o pensamento político e da filosofia da ciência, porém todas as abordagens reconhecem um passado comum, vinculado a segunda onda do movimento feminista, o movimento de libertação da mulher dos anos de 60 e 70.

Segundo o relatório final da IV Conferência Mundial das Nações Unidas sobre a Mulher, realizado em 1995, a participação da mulher na ciência, apontam, em geral, à estabilização (em alguns casos, inclusive a regressão) da participação das mulheres nas atividades científicas e tecnológicas, em comparação com 1985, ano da III Conferência de Nairobi. Essa participação encontra-se, globalmente, ao redor de 30% e corresponde, em geral, a níveis baixos de responsabilidade. Em altos postos, são encontradas apenas entre 5% e 10% de mulheres, e ainda menos em ramos considerados mais masculinos, como as engenharias.

Na América Latina o cenário é um pouco diferente, observa-se uma maior participação feminina na ciência, para Velho e Prochazka (2003, s.p.)

Graças ao crescimento da participação das mulheres na educação superior e na pós-graduação, hoje elas representam entre 35 e 50% do total de pesquisadores dos países latino-americanos. Tais proporções encontram-se bem acima daquela exibida pelas mulheres nos países da União Européia onde, em média, mais de 2/3 dos pesquisadores em institutos públicos de pesquisa e 3/4 daqueles nas instituições de ensino superior são homens; ou nos Estados Unidos, onde em cada 5 pesquisadores se encontra apenas 1 mulher.

Hayashi et al (2007) aponta para o fato de que a pesquisa no Brasil é um reflexo da história de um país que teve suas bases na sociedade patriarcal, escravocrata, onde a elite letrada era pequena e a voz feminina era baixa. Mesmo com o panorama descrito por

Hayashi et al, através dos dados fornecidos pelo ultimo censo de avaliação da Capes, juntamente com os dados coletados a partir das teses e dissertações em história da educação, pode-se traçar um panorama da relação entre a área de história da educação com o restante de teses e dissertações produzidas pelo país.

Tabela 6 – Distribuição dos trabalhos por gênero.

Tese/Dissertações	Homens		Mulheres		Total
	Valor total	Valor relativo	Valor total	Valor relativo	
<b>História da educação</b>	371	30,0%	873	70,0%	1244

Fonte: elaborado pela autora.

Os dados da Tabela 6 acima sobre as teses e dissertações apontam para um forte crescimento da participação da mulher na pesquisa, em especial na história da educação, em que o número de mulheres chega a 70% do total. Porém segundo dados do CNPq, relatório de 2008, em geral o número de teses e dissertações apontam para uma participação feminina de cerca de 50%.

Segundo dados fornecidos pelo CNPq, no seu último relatório em 2008, a distribuição de pesquisadores por sexo e faixa etária no Brasil pode ser visualizada na Tabela 7.

Observando a Tabela 7, nota-se que na faixa etária de 24 a 34 anos, existe uma predominância maior no número de mulheres pesquisadoras, porém a partir dos 35 anos passa-se a ter uma hegemonia do sexo masculino. Considerando que, em geral, a produção de teses e dissertações é realizada por pessoas na faixa de idade dos 24 aos 34 anos, os dados apresentados a partir dos 35 anos podem ser entendidos como um momento em que as mulheres se afastam da carreira acadêmica para se dedicarem à vida familiar.

Tabela 7 – Distribuição dos trabalhos por gênero e faixa etária.

Faixa etária	Masculino	Feminino	Percentuais	
			Masculino	Feminino
Até 24	261	370	41,4	58,6
25 a 29	2.607	3.106	45,6	54,4
30 a 34	6.243	6.494	49,0	51,0
35 a 39	8.031	8.077	49,9	50,1
40 a 44	9.061	8.654	51,1	48,9
45 a 49	8.400	8.508	49,7	50,3
50 a 54	6.823	6.920	49,6	50,4
55 a 59	5.694	4.838	54,1	45,9
60 a 64	3.331	2.529	56,8	43,2
65 ou +	2.504	1.501	62,5	37,5
<b>Total</b>	<b>52.955</b>	<b>50.997</b>	<b>50,9</b>	<b>49,1</b>

Fonte: elaborado pela autora.

Outra possível resposta para essa mudança no quadro de pesquisadores a partir dos 35 anos, pode ser a afirmação de Bagdassarian (2006), pois quando se analisa a presença da mulher na ciência tem-se que levar em consideração duas classes de segregação, a vertical e a horizontal, onde a vertical diz respeito ao fato de que a maioria das cientistas se concentra nas ciências biológicas e médicas, enquanto nas disciplinas consideradas duras sua representação é baixa. Por outro lado, na segregação horizontal que se refere ao avanço na carreira acadêmica as mulheres se caracterizam por ocupar postos não permanentes e como consequência acabam por abandonar o sistema.

#### 4.2 Indicadores Cientométricos

A análise das teses e dissertações proporcionou a oportunidade de compreender melhor o campo da história da educação, não apenas através dos dados quantitativos, mas também com a identificação das temáticas apresentadas pelos trabalhos, feitas através do estudo das palavras-chave, área do conhecimento e linhas de pesquisa, foi possível determinar ainda os períodos históricos abordados. Os resultados serão apresentados a seguir.

#### 4.2.1 As temáticas

A partir da definição das temáticas abordadas pela educação brasileira, feita através da análise das linhas de pesquisa dos programas de pós-graduação, foi possível categorizar os 1244 trabalhos dentro das três grandes temáticas da educação, a psicologia da educação, a economia da educação e fundamentos da educação. Dessa forma, os trabalhos ficaram divididos da seguinte forma.

A psicologia da educação obteve o maior número de trabalhos totalizando 576 trabalhos, dos quais se destacam alguns como exemplos<sup>17</sup>.

- CARDOSO, Maria Luiza. História da educação de crianças e jovens carentes nas instituições militares: do Brasil colônia até o final do segundo reinado. 2001. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual do Rio De Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.
- REIS, Fábio Pinto Gonçalves dos. Cidadania e educação nos projetos de educação do negro na sociedade brasileira: séc XIX e início do XX. 2005. Dissertação (Mestrado) - Universidade São Francisco, São Paulo, 2005.
- CAMPOS, Paula Regina Moraes Martins. O ensino da leitura e da escrita em Mato Grosso na passagem do Império para República (1888-1910). 2007. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Mato Grosso, Mato Grosso, 2007.

Os trabalhos que foram incluídos nesta categoria enquadram-se nos estudos da história da educação, pois se referem a períodos específicos da história da educação, porém abordam temas relativos às temáticas próprias da psicologia da educação, como **educação de crianças e jovens, educação de negros** e o **ensino da leitura e da escrita e instituições escolares**

A economia da educação, como foi visto anteriormente, o campo mais recente da pesquisa em educação, obteve 240 resultados, dos quais se destacam:

- SOUSA, Francisco Alencar de. O ensino técnico no final do império: o debate educacional no Congresso Agrícola de 1978 - Rio de Janeiro. 2001. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.

---

<sup>17</sup> Os títulos destacados na pesquisa, após separação em categorias, foram escolhidos de forma aleatória como exemplos.

- NUNES, Antonietta D'aguiar. Política educacional no início da república na Bahia: duas versões do projeto liberal. 2003. Tese (Doutorado) - Universidade Federal da Bahia, Bahia, 2003.
- DOMINSCHKEK, Desirê Luciane. O escudo: a alma do Senai - PR (1949-1962). 2008. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Paraná, 2008.

Tal como foi visto nos estudos classificados na categoria de psicologia da educação, os estudos fazem referência a períodos específicos da história da educação, porém desta vez com objetos de estudos ligados a economia da educação. São nesses trabalhos que podem ser encontrados temas como **ensino técnico** e de instituições voltadas apenas para esse tipo de ensino, como é o caso do Senai<sup>18</sup>, além de trabalhos sobre **políticas educacionais, currículo e formação de professores**.

A terceira grande categoria é a de fundamentos da educação, que obteve 428 resultados. Esta categoria enquadra trabalhos que tem como base de seus estudos a filosofia, a história, a sociologia, a antropologia entre outras áreas abrangidas pelos fundamentos da educação. Destacam-se alguns títulos.

- NERY, Ana Clara Bortoleto. A sociedade de educação de São Paulo: embates no campo educacional (1922-1931). 1999. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.
- CRUZ, André Silverio da. O pensamento filosófico e o ensino de filosofia na escola secundária: uma interpretação dos planos de curso do Colégio Pedro II (1837-1951). 2006. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal De Uberlândia, Uberlândia - MG, 2006.

Entre os títulos destacados, observa-se que o primeiro trata-se de um estudo historiográfico, ou seja, remete a trajetória histórica de um determinado objeto dentro da história da educação (**jesuítas, colégios jesuíticos, datas**), no segundo título observa-se o estudo de um determinado grupo social a “sociedade de educação”, estudo esse que pode ser entendido como parte da sociologia da educação (**sociedade, campo educacional**) e o terceiro exemplo faz uso do pensamento filosófico para a compreensão de um determinado objeto, podendo ser entendido como um estudo da filosofia da educação (**pensamento filosófico, filosofia**).

---

<sup>18</sup> Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial.

Durante a categorização dos títulos, 20 trabalhos apresentaram uma constituição distinta das descritas acima, todos os trabalhos enquadravam-se na história da educação, porém abrigavam em seus estudos elementos das três temáticas abordadas anteriormente. Neste trabalho, esta nova categoria foi classificada como multi-temática e pode ser mais bem compreendida com os exemplos a seguir.

- CINTRA, Erica Piovam de Ulhôa. Ensino profissional feminino em Curitiba: a escola técnica de comércio em São José (1942-1955). 2005. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Paraná, 2005.
- FERREIRA, Hedmar de Oliveira. Colégio “Dom Lustosa”: história da educação católica masculina em Patrocínio/MG, 1927-1962. 2000. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Franca - SP, 2000.
- RESENDE, Karla Patrícia. História da educação profissionalizante: práticas e representações sociais da Escola Américo Renê Giannetti, 1977-1996. 2005. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal De Uberlândia, Uberlândia - MG, 2005.

Nos exemplos acima nota-se a presença de elementos da psicologia da educação (**feminino, educação católica, masculino, práticas e representações sociais**), assim como da economia da educação (**ensino profissional, escola técnica, educação profissionalizante**) e também de fundamentos da educação (**história da educação, datas, períodos**).

Outros 50 títulos não faziam parte da grande área de educação, dessa forma não fizeram parte da análise. Gráficamente a distribuição dos títulos por temáticas fica assim (Figura 10):



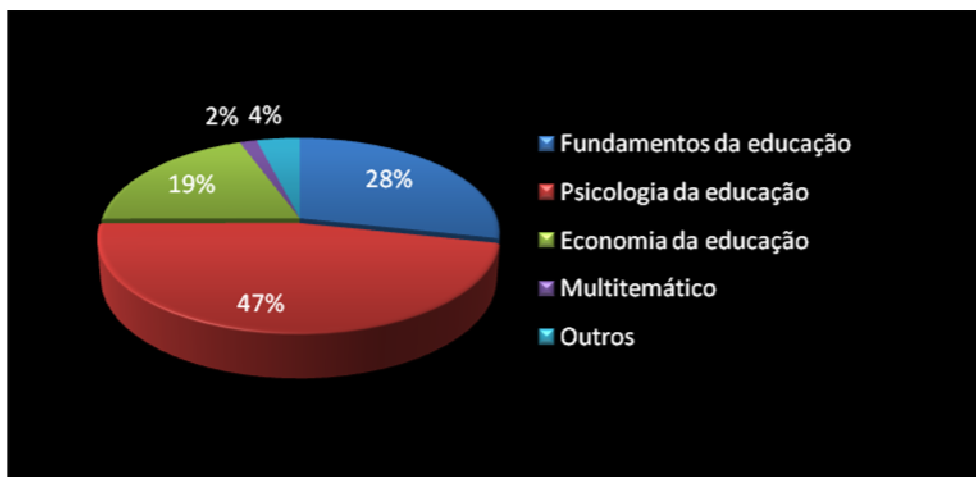


Figura 10 – Distribuição das temáticas educacionais.  
 Fonte: elaborado pela autora.

Nos exemplos acima, algumas palavras foram destacadas, pois, para Vanti (2002) é importante determinar a temática dos documentos através de busca por palavras, expressões ou termos mais adequados para a recuperação do documento. Esse procedimento é chamado de indexação e de acordo com os "Princípios de indexação", formulados pelo World Information System for Science and Technology (1981), consiste no ato de descrever ou identificar um documento em termos de seu conteúdo. Existe também a definição da International Standardization for Organization (ISSO) de 1985, que em sua norma 5693 define a indexação como sendo:

A representação do conteúdo dos documentos por meio de símbolos especiais quer retirados do texto original, quer escolhidos numa linguagem de informação ou de indexação. (INTERNATIONAL STANDARDIZATION FOR ORGANIZATION, 1985, p.02)

Existem cinco formas predominantes de indexação, com divisão equilibrada de uso, são: thesaurus, palavras-chave, vocabulário controlado, catalogação na fonte e cabeçalho de assunto. Na Tabela 8 se encontra a lista das palavras-chave que mais apareceram, juntamente com sua frequência.

Tabela 8 – Frequência de ocorrência das palavras-chave.

Palavras-chave	Frequência	(%)	Palavras-chave	Frequência	(%)
Educação	594	17%	Memória	44	1%
História	474	13%	Política Educacional	40	1%
História da Educação	335	9%	Professores	32	1%
Ensino	159	4%	Políticas Públicas	30	1%
Formação	126	3%	Pedagogia	22	1%
Escola	56	2%	Currículo	21	1%
Cultura	48	1%	Frequencia menor que 10	1596	45%
<b>TOTAL</b>				<b>2075</b>	<b>100</b>

Fonte: elaborado pela autora.

A palavra-chave **educação** obteve o maior número de ocorrência nos trabalhos, porém o fato da segunda palavra com maior ocorrência ser história e não a expressão história da educação retoma o que foi dito anteriormente sobre uma possível tendência da pesquisa em distanciar-se da filosofia e se aproximar da história.

A organização do conhecimento é reconhecida como área de interesse de estudo e pesquisa sob óticas diferentes por estudiosos e profissionais de diversos campos do saber.

Segundo Souza (2004, s.p.)

No Brasil, as áreas do conhecimento tem sido tema de discussão envolvendo gestores e administradores, as agências de fomento e avaliação, as sociedades científicas, os institutos de pesquisa e a própria comunidade científica.

Ainda segundo Souza (2004) no final da década de noventa, por iniciativa do CNPq, ocorreram discussões em torno da "revisão" da tabela de áreas do conhecimento em vigor, trabalho este que resultou numa versão preliminar que, por razões circunstanciais à época, não chegou a ganhar uma versão final para implantação.

Para Langridge (1977), a construção de uma tabela de áreas do conhecimento, envolve aspectos básicos de 'organização', portanto, necessariamente de 'classificação' e aponta três pontos fundamentais para a construção de uma classificação.

- A classificação transforma impressões sensoriais isoladas e incoerentes em objetos reconhecíveis e padrões recorríveis.
- Toda classificação está relacionada a um propósito.

- Os mesmos objetos podem ser classificados de maneiras diferentes dependendo do propósito a que se destinam.

A partir dos dados fornecidos pelas teses e dissertações, foi possível classificar as áreas do conhecimento<sup>19</sup> usando como critério de classificação a frequência de ocorrência nos resultados. Foram identificadas 133 áreas do conhecimento, classificadas e reagrupadas como podem ser observadas na Tabela 9, juntamente com suas respectivas frequências.

Tabela 9 – Frequência de áreas e subáreas do conhecimento.

Áreas do conhecimento	Frequência	(%)
Educação	839	61,4
Multidisciplinar	197	14,4
Fundamentos da educação	193	14,2
Ensino-Aprendizagem	88	6,4
Economia da educação	21	1,5
Ciências humanas	15	1,1
Políticas educacionais	7	0,5
Tecnologia	7	0,5
<b>Total</b>	<b>1367<sup>20</sup></b>	<b>100</b>

Fonte: elaborado pela autora.

Dessa forma, a partir dos dados obtidos com a análise dos títulos, palavras-chave e áreas do conhecimento, o panorama atual da pesquisa encontra-se dentro da grande área das Ciências Humanas, na área de Educação. A área de educação apresenta outras 4 subáreas que são Fundamentos da Educação, Psicologia da Educação, Economia da Educação e um novo perfil de pesquisa Multitemático.

Na subárea de Fundamentos da Educação, o tema mais recorrente entre os estudos foi a história da educação, seguida pela filosofia da educação. O tema história da educação apresentou subtemas como períodos históricos (império), lugares (Brasil, Maranhão, Uberaba, Pernambuco, Pelotas, Portugal), disciplinas (música, matemática, física, educação física), nível (superior, infantil, profissional), memória e historiografias.

<sup>19</sup> As áreas de conhecimentos destacadas são resultados dos dados analisados sobre as teses e dissertações, dessa forma, podem não seguir um padrão de classificação usual.

<sup>20</sup> Valor total considerado válido, visto que, na base de dados o campo *área do conhecimento* admite até três itens.

A subárea de Psicologia da Educação apresenta uma predominância dos estudos voltados ao tema de ensino-aprendizagem, tendo como principais subtemas o ensino (à distância, de jovens e adultos, privado, formal, informal), escola (pública, Normal, Nova, indígena, rural), cultura, professor (primário, normalistas, negras, pesquisador), pedagogia (freiriana, libertária, moderna).

A Economia da Educação não apresentou predominância maior de um único tema, apenas as políticas educacionais apresentaram uma leve superioridade, acompanhada de formação profissional, políticas públicas, currículo e tecnologia.

E por último, a subárea Multitemática, utilizando-se de uma tendência crescente da pesquisa faz uso da multidisciplinaridade, agregando conceitos de outras várias áreas do conhecimento. A história se apresenta como elemento principal desse tipo de pesquisa, seguida de outras tantas como, matemática, lingüística e música.

É importante ressaltar que, segundo Silva (2008, p.113)

O processo educacional não pode ser engessado ao dividi-lo em pesquisas que analisam os fatores extra-escolares e pesquisas que analisam fatores intra-escolares. Não se deve fazer a análise de fatores internos sem considerar aspectos externos que, certamente, influenciaram o cotidiano escolar. Nesse sentido não se deve pensar em educação universal, nem em pesquisas universais de educação, já que as pesquisas são desenvolvidas em contextos diferenciados.

Dessa forma entende-se que essa análise não serve com verdades absolutas e sim como indicadores que traduzem as características da pesquisa em história da educação realizada pelos estudantes de pós-graduação em educação do país. Os resultados de uma pesquisa como essa podem variar conforme as amostras coletadas, a literatura utilizada como apoio, assim como o seu propósito.

#### **4.2.2 Os períodos históricos**

O modelo de pós-graduação em educação adotado no Brasil seguiu deliberadamente a experiência dos Estados Unidos, entretanto, se a estrutura organizacional se inspirou no modelo americano, o espírito com que se deu a implantação dos programas foi em grande parte influenciado pela experiência européia, particularmente da Europa continental (SAVIANI, 2000).

A pesquisa em educação vem sendo realizada no Brasil, incorporando marcas históricas e tendência mais influentes de cada época. Dessa forma dividimos os trabalhos encontrados na base de dados da Capes em três períodos históricos. O primeiro deles corresponde ao período de colônia, que no âmbito educacional corresponde a 1549, data da chegada dos jesuítas ao Brasil e vai até 1808, data da vinda da família real portuguesa ao Brasil. O segundo período abarca os anos de Império que vai de 1808 até 1889, data da proclamação da república. E por fim o período republicano que agrega os trabalhos correspondentes ao período que vai de 1889 até hoje.

Segundo Bittar (2006) a produção científica brasileira sobre o período colonial não se dá na mesma intensidade dos outros períodos históricos, mesmo sabendo que a presença hegemônica dos jesuítas no Brasil durou cerca de 210 anos. Sobre esse assunto Villalta (1997) destacou que “até 1759, a Companhia de Jesus foi o principal agente da educação, possuindo várias escolas, voltadas para a formação de clérigos e leigos”.

Ainda que exista uma lacuna sobre o tema nos estudos de pós-graduação sobre o Brasil colonial, tal afirmação é reiterada pelo fato de que dos 1244 registros que foram analisados, apenas 9 dos trabalhos correspondem ao período do Brasil colônia, sendo cerca de 1% do total de trabalhos.

- PEREIRA, Maria Aparecida. Colégios jesuíticos no Brasil Colonial na produção científica de Teses e Dissertações. 2008. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos - SP, 2008.

Para Bittar e Ferreira Junior (2001, p.20) o número restrito de pesquisadores sobre o tema da educação jesuítica se deve a vários fatores:

A especificidade do próprio tema, que, por ser tão recuado no tempo, requer a inserção na gênese societária brasileira, implicando afinidade com a história dos nossos primeiros séculos; a questão das fontes de pesquisa, que implica gosto e disciplina para trabalhar com documentos antigos; a própria constituição do campo em pesquisa educacional, caracterizado por influências temáticas capazes de exercer maior interesse e projeção aos seus membros e a abordagem metodológica da pesquisa que exige um tratamento epistemológico que impõem a necessidade de se relacionar o particular com o geral de forma sistêmica.

Carvalho (2001) salienta que com a expulsão dos jesuítas inicia-se um processo de secularização do ensino de acentuado feitiço regalista. Este processo não sofre nenhum

abalo institucional até o advento do regime de separação do Estado e da Igreja, introduzido na Constituição Republicana de 1891. Esboça-se assim, no período que vai da expulsão dos jesuítas do Brasil (1759) até a proclamação da república (1889), um esforço autônomo de desenvolvimento educacional que não alterou substancialmente as tendências de nossa herança colonial.

O aumento da produção científica voltada para o século XIX e para o período de transição para o século XX se deve segundo Xavier (2000), dentre outros fatores, a busca da gênese da ciência da história através do estudo de instituições que promoveram seu desenvolvimento.

A produção científica em educação no período imperial geralmente é feita, segundo Schelbauer (2005) mediante a definição do objeto de estudo, sobressaindo os estudos delimitados entre as últimas décadas do império (1870 - 1889) e também os que enfocam o fim do século XIX e início do século XX (1870 - 1920), privilegiando os estudos sobre as transformações econômicas, sociais, políticas e educacionais ocorridas neste período.

O estudo das teses e dissertações vem a corroborar com a afirmação de Schelbauer, pois mesmo apresentando um número pequeno de trabalhos sobre o tema, apresenta uma tendência nítida nos estudos entre o final do século XIX e início do XX. Dos 53 trabalhos sobre o período (4% do total), 21 abordam o período da metade e final do século XIX, 9 trabalhos tratam sobre o período de transição entre os séculos e outros 5 trabalhos fazem referência as cinco primeiras décadas do século XIX. O restante dos trabalhos não apresentou data específica.

As temáticas abordadas nos trabalhos, na sua grande maioria estão ligadas aos estudos psicopedagógicos, tendência observada na pesquisa em educação desde os seus primórdios na década de 1930. Podemos destacar trabalhos que abordam como tema:

- **Gênero**

- CALSAVARA, Eliane de Lourdes. Tornem-se estimáveis por vossa sabedoria e vossos costumes: a proposta de educação para mulheres no Jornal O Mentor das Brasileiras (São João Del Rey, Minas Gerais, 1829-1832). 2007. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal De Minas Gerais, Minas Gerais, 2007.
- PAIÃO, Ilza Dias. Professoras de pena, papel e tinta: trabalho feminino entre representações e práticas de gênero em Mato Grosso (1870-1892). 2006. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal De Mato Grosso, Mato Grosso, 2006.

- GUIMARÃES, Maria Beatriz Monteiro. Saberes consentidos, conhecimentos negados: o acesso a instrução feminina no início do século XIX em Pernambuco. 2002. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal De Pernambuco, Pernambuco, 2005.
- **Raça**
  - REIS, Fábio Pinto Gonçalves dos. Cidadania e educação nos projetos de educação do negro na sociedade brasileira: séc XIX e início do XX. 2005. Dissertação (Mestrado) - Universidade São Francisco, São Paulo, 2005.
  - FONSECA, Marcus Vinicius. Pretos, pardos, crioulos e cabras nas escolas mineiras do século XIX. 2007. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
  - SILVA, Marcilene Da. Índios civilizados e escolarização em Minas Gerais, século XIX: a produção de uma outra condição de etnicidade. 2003. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2003.
- **Instituições escolares**
  - VASCONCELOS, Maria Inez Bandeira de. Liceu Piauiense (1845-1970): desvendando aspectos de sua história e memória. 2007. Dissertação (Mestrado) - Fundação Universidade Federal Do Piauí, Piauí, 2007.
  - DIAS, Marcia Hilsdorf. Professores da Escola Normal de São Paulo (1846-1890): a história não escrita. 2002. Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.
  - SILVA, Vêlor Pereira Carpes Da. A Escola de Aprendizes Marinheiros e as crianças desvalidas - Desterro/SC, 1857-1889. 2002. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal De Santa Catarina, Santa Catarina, 2002.

O advento da república marca a ruptura da linha de desenvolvimento que, com a identificação do Estado com a Igreja, condicionara a estruturação das instruções escolares. As reformas de Benjamin Constant (1890-1892) imbuídas pelas doutrinas pedagógicas e filosóficas do positivismo comtiano, segundo Carvalho (2001) constituem um exemplo eloqüente das possibilidades que se abriram com a separação da Igreja e Estado A se destacar que com o surto de desenvolvimento cafeeiro e o incipiente incremento industrial, o sul e principalmente São Paulo, abrem caminho para a escalada do progresso educacional.

Dentre todos os períodos analisados, o republicano foi o que obteve maior número de trabalhos, 320, cerca de 26% do total. Devido ao número de trabalhos e buscando

compreender melhor o panorama da pesquisa em educação no período republicano, dividiu-se o período republicano em mais cinco subperíodos.

O primeiro período se inicia em 1889 e se estende até 1930, onde em âmbito nacional inicia-se um ciclo revolucionário com a semana de arte moderna, paralelamente a fundação da Associação Brasileira de Educação e as reformas de ensino que se realizaram através dos estudos de educadores que mais tarde viriam a integrar o movimento dos pioneiros da educação nova, constituíram na década de 1920 um movimento de periferia para o centro que alcançou com a revolução de 1930, os fundamentos legais para sua institucionalização em dimensões nacionais (CARVALHO, 2001).

Tal efervescência política se reflete nos 88 trabalhos sobre o primeiro período republicano, com as temáticas ainda fortemente ligadas as tendências do período anterior, apresentando como tema novamente colégios normais, gênero, raça, entre outros. Porém, é nesse período que começam a surgir trabalhos sobre o ensino profissionalizante, apontando para uma mudança no perfil da pesquisa, antes majoritariamente psicopedagógica, agora vê emergir uma nova postura que busca entender a educação sob a óptica da economia. Destacamos:

- MARQUES, Jucinato de Sequeira. Os desvalidos: o caso do Instituto Profissional Masculino (1894-1910) – uma contribuição à história social das instituições educacionais na cidade do Rio de Janeiro. 1996. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996.

A Revolução de 1930, juntamente com a criação do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), tornou-se um marco inicial no período de expansão e consolidação do sistema escolar brasileiro, polarizando tendências inovadoras que se manifestaram nos últimos anos da década de 1910 e, particularmente, ao longo de toda a década de 1920.

O segundo período se estende de 1930 até 1954, apresentando 44 trabalhos sobre o período republicano. As temáticas ainda fortemente influenciadas por períodos anteriores, porém desta vez com uma diferença, começam a surgir trabalhos buscando a integração de vários temas, na maioria das vezes ligados a religião como é o caso de:

- CARVALHO, Fermina Cassemira de Paula e Silva. Igreja Católica e educação feminina: o instituto de educação do Colégio Sagrado Coração de Jesus (Canoinhas – SC, 1936-1956). 2004. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Paraná, 2004.



- GONÇALVES, Ana Maria. Educação secundária feminina em Goiás: intramuros de uma escola católica (Colégio Sant'ana - 1945/1937). 2004. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Araraquara - SP, 2004.

Encontramos também trabalhos sobre gênero e ensino profissional:

- CINTRA, Erica Piovam De Ulhôa. Ensino profissional feminino em Curitiba: a escola técnica de comércio em São José (1942-1955). 2005. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Paraná, 2005.

Nota-se que os trabalhos começam a apresentar uma preocupação com a região Amazônica e com políticas educacionais, provavelmente reflexo do decreto nº. 19.815/31 e também da criação do CNPQ e da CAPES em 1951. Destacam-se os seguintes trabalhos:

- NASCIMENTO, Afonso Welliton de Souza. Educação na Amazônia: um estudo sobre o desenvolvimento das políticas educacionais de 1930 a 1945. 2000. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista, Marília - SP, 2000.

Bittar (2009) afirma que uma nova etapa nasceria em 1959 quando foram criados, pelo próprio INEP, o Centro Brasileiro e os Centros Regionais de Pesquisa. Ainda segunda a autora em termos de influência teórica, fechando um primeiro ciclo de pesquisas em psicopedagogia, com a criação dos centros regionais as pesquisas assumiram um caráter funcionalista e foram influenciadas pela Teoria do Capital Humano, ou seja, uma pesquisa emanada pelo Estado. Essa tendência foi mantida com o golpe militar de 1964, que, além disso, acrescentou caráter tecnicista a pesquisa educacional brasileira.

Mesmo com as mudanças apontadas por Bittar, nos 32 trabalhos encontrados sobre o período republicano, não ocorreram grandes mudanças nas temáticas com relação a períodos anteriores, colégios normais tornam-se uma constante e trabalhos com aspectos psicopedagógicos como gênero, raça e processos de ensino e aprendizagem se intensificam. Neste período vale destacar os trabalhos relativos à importância da imprensa no processo educacional, buscando compreender a educação por meio dela ou usando-a como veículo de divulgação política.

- ZANLORENZI, Cláudia Maria Petchak. Educação e ideologia na imprensa de Irati (1954-1959). 2006. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual De Ponta Grossa, Paraná, 2006.

- GOUVÊA, Fernando César Ferreira. Tudo de novo no Front: O impresso como estratégia de legitimação do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (1952-1964). 2008. Tese (Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.
- MOURA SOBRINHO, Vicente Batista De. Massificação do ensino em Uberlândia: a fala da imprensa 1949-1960. 2002. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia - MG, 2002.

Segundo Barbosa (2007) a imprensa atua como força dirigente superior, mesmo que em função de objetivos específicos, se liguem a um ou outro grupo e, dessa forma, exercendo papel de estado maior intelectual dos partidos orgânicos, daí ser fundamental a construção da imagem de independência e neutralidade.

Gramsci (1991) desenvolve a idéia de imprensa atuando como “partido” ou como um “estado maior” dos partidos orgânicos, quando destaca a freqüência com que esses veículos reafirmam a sua independência para serem reconhecidos pelo público como força superior dirigente, e completa afirmando que um jornal (ou conjunto de jornais) pode ser também “partido”, “frações de partido” ou “de um determinado partido”.

Em 1965, com a criação do primeiro programa de pós-graduação em educação, segundo Bittar (2009) trouxe para o âmbito da universidade a pesquisa que até então se realizava fora dela. Ainda segundo a autora as características gerais da pesquisa dessa época são:

- A pós-graduação retirou a educação do “pedagogismo” em que se encontrava;
- Criou uma bibliografia de referência, oriunda das primeiras dissertações e teses, algumas de autores como: Luiz Antônio Cunha, Carlos Jamil Cury, Ester Buffa, Paolo Nosella e Demerval Saviani;
- Trouxe para a pesquisa vieses teóricos como o idealismo, economicismo, reprodutivismo e etc;
- Rejeitou a escola pública como aparelho ideológico de um Estado ditatorial, portanto, ela mesma autoritária;
- Com a luta contra a ditadura, a escola começou a ser valorizada como objeto de pesquisa e a educação a ser vista em seu papel transformador, o que coincidiu com a influência do pensamento de Antonio Gramsci.

Foram encontrados 48 trabalhos relativos ao período de 1964 a 1985, dos quais se destacam:

- SOUZA, Cassio Pereira de. Educação e Memória: uma história do Colégio Normal de Araranguá no período de 1964 a 1980. 2007. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma - Sc, 2007.
- PINHEIRO, Cristiane Feitosa. História e memória da Escola Normal Oficial de Picos (1967-1987). 2007. Dissertação (Mestrado) - Fundação Universidade Federal do Piauí, Piauí, 2007.
- RESENDE, Karla Patrícia. História da educação profissionalizante: práticas e representações sociais da Escola Estadual Américo Renê Giannetti, 1977-1996. 2005. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia - MG, 2005.
- SIQUEIRA, Maria Lucia. A implantação da escola da Fundação Instituto Tecnológico de Osasco: História da instituição nas suas duas primeiras décadas de funcionamento (1969 - 1989). 2007. Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica de Santos, Santos - SP, 2007.
- MUNDIM, Maria Odete Pereira. O ensino vocacional no Brasil: a experiência da Escola de Aprendizagem Industrial Américo Renê Giannetti (Uberlândia 1962-1982). 2005. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia - MG, 2005.

Bittar (2009) destaca que a obra dessa geração guardava similaridades com a produção realizada antes da criação dos programas de pós-graduação, o que se deve a linha de continuidade no padrão de formação desses pesquisadores. Na análise foram encontrados também trabalhos que apresentavam relação direta entre educação e ditadura militar, como é o caso dos títulos abaixo:

- VIANNA, Gilberto de Souza. O saber e o livro: trajetórias históricas do Colégio Militar de Curitiba (1959-1988). 2001. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Paraná, 2001.
- ROCHA, Aristeu Castilhos da. O regime militar no livro didático de história do ensino médio: a construção de uma memória. 2008. Tese (Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica Do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2008.
- PINHEIRO, Cláudio. Educação e ditadura militar: relatos da história oficial e a memória de professores (1964-1985). 2006. Dissertação (Mestrado) - Universidade Metodista de São Paulo, São Paulo, 2006.

- HAUER, Licia Maciel. Colégio Pedro II no período da ditadura militar: subordinação e resistência. 2007. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2007.

A partir de 1985, segundo Goergen (1985), com a abertura política, inicia-se uma nova fase da pesquisa educacional brasileira que, precedida pelas novas perspectivas políticas, abre espaço para ações transformadoras também na educação. A pesquisa passa a ver com certo realismo a escola e, sobretudo, as aspirações populares com relação ao ensino.

Tal mudança de postura se deve em muito a alguns aspectos históricos ocorridos durante o período, entre eles estavam a crise do sistema socialista, o conseqüente fim da União Soviética e a queda do Muro de Berlim. No Brasil, assistia-se ao fim da ditadura militar e a construção do Estado democrático. Segundo Bittar (2006), as novas contradições inerentes a sociedade brasileira que se reorganizava nos marcos de um capitalismo urbano-industrial, resultado da chamada mundialização do capital.

Os acontecimentos externos iniciaram uma nova fase na pesquisa em educação que, ligada a elementos próprios da economia e influenciada pela atual fase do capitalismo, trazia como elemento central a discussão sobre a Teoria do Capital Humano, que surgiu da preocupação em explicar ganhos de produtividade gerados pelo “fator humano” na produção. A conclusão de tais esforços redundou na concepção de que o trabalho humano, quando qualificado por meio da educação, era um dos mais importantes meios para a ampliação da produtividade econômica, e, portanto, das taxas de lucro do capital (HISTEDBR, 2010).

O quarto período analisado se estende de 1985 até 2010, onde 44 trabalhos correspondem ao último período republicano, porém, devido a acontecimentos externos descritos acima, rejeitando o perfil psicopedagógico dos períodos anteriores, observa-se uma avalanche de trabalho que focam seus estudos para a economia da educação. Dos 44 trabalhos, 23 trazem estudos sobre políticas públicas, gestão educacional, privatizações, cursos técnicos, ensino a distância, entre outros. Apresentam-se os seguintes títulos:

- BIOTO, Patrícia Aparecida. Aspectos econômicos e políticos na municipalização do ensino: o caso do estado de São Paulo nos anos de 80 e 90. 2000. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal De São Carlos, São Carlos - SP, 2000.

- LIMA, Kátia Regina De Souza. Reforma da educação superior nos anos de contra-revolução neoliberal: de Fernando Henrique Cardoso a Luis Inácio Lula da Silva. 2005. Tese (Doutorado) - Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2005.
- GUIMARÃES, Gustavo Pires. Estado do conhecimento sobre a formação de professores (2003-2004): a educação a distância e o uso de TIC democratizam o saber?. 2007. Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica de Goiás, Goiás, 2007

Restaram 64 trabalhos que apresentavam temas relativos ao período republicano, algumas traziam estudos sobre todo o século de uma maneira geral e outros não apresentavam datas definidas, como por exemplo:

- TANAKA, Heiji. Os profetas da educação no século XX e a redenção do homem do terceiro milênio. 2001. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Rio de Janeiro, 2001.

Warde (1990) aponta para um aspecto importante dessa nova fase da pesquisa, da qual, segundo ela, lamentavelmente a grande maioria das dissertações não consiste em trabalho de pesquisa. Isto porque, o conceito foi tão alargado que nele passou a caber tudo: folclore, senso comuns, relatos de experiência, para não computar os desabafos emocionais e os cabotanismos. Para Saviani (1995), devido a uma nova onda neoliberal, as pesquisas sofreram um impacto dessa tendência e nesse sentido, como essas tendências são desagregadoras, a idéia de totalidade se perde, emergem pesquisas interdisciplinares, multidisciplinares, cotidiano. Para elucidar as afirmações acima, destaca-se:

- MOURA, Maria Lenúcia de. Memórias de quem têm muito a contar: os protagonistas e a história da educação em Tabuleiro do Norte - CE. 2006. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Ceará, 2006.
- SILVA, Raquel Pereira da. Historiografia da história da educação: aproximações. 2004. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas - SP, 2004.
- SAMPAIO, Marco Antônio. Considerações sobre a evolução do ensino superior no Brasil. 2005. Dissertação (Mestrado) - Universidade Brás Cubas, São Paulo, 2005.

Nos dois primeiros casos chama a atenção o fato de a pesquisa voltar-se para a narrativa das memórias de uma determinada instituição de ensino localizadas em pequenas

idades no interior dos estados, fazendo com o que, ao que parecem, as pesquisas não contribuam de forma efetiva para o desenvolvimento do campo da educação. Os dois últimos títulos trazem palavras como *aproximações* e *considerações*, que não são próprias da ciência, pois dão a idéia de *estimativa* e *reflexão* e não de algo empírico, próprio da ciência.

De forma sintética o período republicano ficou dividido da seguinte forma (Tabela 10).

Tabela 10 – Distribuição dos trabalhos sobre o período republicano.

<b>Período Republicano</b>	<b>Número total de trabalhos</b>	<b>Valor relativo (%)</b>
<b>Período I (1889 - 1930)</b>	88	27,6
<b>Período II (1930 - 1954)</b>	44	13,7
<b>Período III (1954 - 1964)</b>	32	10,0
<b>Período IV (1964 - 1985)</b>	48	15,0
<b>Período V (1985 - 2010)</b>	44	13,7
<b>Período VI – todo século XX</b>	64	20,0
<b>Total</b>	320	100

Fonte: elaborado pela autora.

Durante a categorização dos trabalhos, notamos que um número considerável da trajetória acadêmica e/ou políticas de diversas personalidades ligadas a área de educação. Foram encontrados 66 trabalhos que se tratavam de estudos biográficos, estes foram enquadrados nos respectivos períodos históricos, e os principais nomes foram destacados como exemplo, tendo como critério de destaque o fato de ter dois ou mais trabalhos sobre a mesma pessoa. Os mais estudados foram:

- GALLO, Anita Adas. Introdução ao pensamento de Anísio Teixeira: uma perspectiva democrática em educação. 2003. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Araraquara - SP, 2003.
- TEDESCHI FILHO, Armando. Descentralização da educação: uma abordagem histórica com enfoque em Anísio Teixeira. 2002. Dissertação (Mestrado) - Universidade São Francisco, São Paulo, 2002.
- GOUVÉA, Fernando Cesar Ferreira. Um percurso com os boletins da Capes: a contribuição de Anísio Teixeira para a institucionalização da pós-graduação no

Brasil. 2001. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica Do Rio De Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

Anísio Teixeira foi educador, propôs e executou medidas para democratizar o ensino brasileiro, defendeu a experiência do aluno como base do aprendizado. Considerado idealizador das grandes mudanças que marcaram a educação brasileira no século XX, foi pioneiro na implantação de escolas públicas de todos os níveis, que refletiam seu objetivo de oferecer educação gratuita para todos, além de ser um dos principais nomes do Movimento dos Pioneiros da Educação Nova (HISTEDBR).

- BARÃO, Gilcilene de Oliveira Damasceno. As contribuições educacionais de Florestan Fernandes: debate com a pedagogia Nova e a centralidade da categoria Revolução. 2008. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas - SP, 2008.
- OLIVEIRA, Marcos Marques De. O articulista Florestan: ciência e política como base de uma pedagogia socialista. 2006. Tese (Doutorado) - Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2006.

Florestan Fernandes marcou os estudos em educação durante os anos 1950 com uma perspectiva teórico-metodológica da sociologia. Seu comprometimento intelectual com o desenvolvimento da ciência no Brasil, entendido como requisito básico para a inserção do país na civilização moderna, científica e tecnológica, situa sua marcante atuação na campanha de defesa da escola pública, em prol do ensino público, laico e gratuito enquanto direito fundamental do cidadão.

- SOUZA, José Donizeti De. A instrução religiosa nos pareceres de Rui Barbosa (1882-83) e seus desdobramentos na laicização educacional pública nas reformas da primeira república. 2005. Dissertação (Mestrado) - Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba - SP, 2005.

Rui Barbosa elaborou dois importantes diagnósticos sobre a educação, que se intitulava Reforma do Ensino Secundário e Superior (1942) e a Reforma do Ensino Primário e várias Instituições Complementares da Instrução Pública (1947). Em seus pareceres colocava a necessidade do Estado assumir total responsabilidade para com a oferta da educação, desde o jardim da infância até o ensino superior, buscando garantir o acesso as camadas mais populares. Para a universalização do ensino, defendeu a

gratuidade, a laicidade do ensino e a sua obrigatoriedade, organizando a primeira proposta de um sistema de ensino (HISTEDBR, 2010).

- FRANÇA, Maria do P. S. G. De Souza A. De. José Veríssimo e a educação brasileira republicana (1857 - 1916): Raízes da renovação escolar conservadora. 2004. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas - SP, 2004.
- DINIS, Rosimeri Birck. O atraso do país na visão de Luiz Agassiz (1817-1873) e José Veríssimo (1857-1916): da perplexidade a proposta de mudança. 2003. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá - PR, 2003.
- PEREIRA, Márcio Roberto. José Veríssimo: crítica, história e educação. 2003. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Assis - SP, 2003.

José Veríssimo trata-se de um crítico literário profundamente preocupado com a educação, articulava cultura e educação em meio à possibilidade desta última “eliminar” as heranças genéticas das etnias negra e indígena que, para ele, inviabilizavam o desenvolvimento da sociedade brasileira. Não são raros, no campo da educação, os estudos sobre sua obra e sua importância na história social e educacional do Brasil, apesar de seu pensamento explicar as práticas de negação e exclusão que tem como base a discriminação e o preconceito (FÁVERO; BRITTO, 1999).

Foram encontrados também 720 trabalhos que abordavam temas da grande área da Educação, porém não se enquadravam na subárea de história da educação. Os títulos foram agrupados e a eles foi dado o nome de ‘Outras subáreas’. Ainda foram encontrados 76 trabalhos que não se enquadravam na área de Educação e foram desconsiderados.

De uma maneira geral, a área de história da educação, quando dividida em períodos históricos se encontra da seguinte maneira, conforme mostrada na Tabela 11.



Tabela 11 – Distribuição dos trabalhos por períodos históricos.

<b>Períodos históricos</b>	<b>Número total de trabalhos</b>	<b>Valor relativo (%)</b>
<b>Colônia (1549 - 1808)</b>	15	1,0
<b>Império (1808 - 1889)</b>	61	5,0
<b>República (1889 - 2010)</b>	372	30,0
<b>Outras subáreas</b>	720	58,0
<b>Desconsiderados</b>	76	6,0
<b>Total</b>	1244	100

Fonte: elaborado pela autora.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegando ao final da pesquisa é necessário primeiramente refletir sobre alguns pontos importantes que surgiram no decorrer do trabalho. O primeiro deles diz respeito a coleta de dados que por diversas vezes teve de ser interrompida ou modificada devido a imprecisão das informações fornecidas. O Banco de Teses da Capes apresenta características abertas, onde todas as informações fornecidas são de inteira responsabilidade dos autores e dos programas de pós-graduação, e sendo assim, eventuais erros no preenchimento dos campos podem ocasionar anomalias durante a recuperação e posteriormente no tratamento desses dados recuperados.

O segundo ponto a ser destacado traz a tona a questão da fragilidade na estruturação dos programas de pós-graduação do país no que diz respeito as temáticas abordadas. Alguns fatores influenciam diretamente nesta questão, como por exemplo a elaboração de linhas de pesquisa que por vezes apresentam definições confusas e imprecisas e outras vezes apresentam conceitos genéricos demais, dificultando a compreensão de seu real objetivo. A falta de uma definição precisa sobre o conceito de área do conhecimento e suas divisões, também fazem parte do conjunto de fatores responsáveis pela fragilidade na estrutura dos programas de pós-graduação.

Dos 1244 registros, 9 deles foram descartados em um primeiro momento pois apresentavam imprecisões em campos fundamentais como autor e/ou título, dessa forma se tornando impossível sua posterior análise. No decorrer do processo foram identificados outros campos com imprecisões e o descarte geral dos dados chegou a aproximadamente 6% do total.

Após o tratamento dos dados e eventuais descartes foi possível então, compreender o real estágio de desenvolvimento das pesquisas em história da educação e a partir dos indicadores bibliométricos foi possível perceber que no ano de 1996 houve um aumento considerável no número de trabalhos sobre história da educação. Em 1995, a base de dados apresentava 5 trabalhos de mestrado e nenhum de doutorado, e em 1996, a base apresentou 20 trabalhos de mestrado e 8 de doutorado.

A distribuição geográfica foi um fator que despertou atenção, pois, de acordo com os dados obtidos a pesquisa em educação está localizada, predominantemente, nas regiões Sul e principalmente Sudeste, onde, ao todo, encontram-se concentrada cerca de 78% das pesquisas em história da educação. Tal resultado nos leva a refletir sobre a eficiência das

medidas impostas pelo três últimos PNPGs, que visavam prioritariamente a expansão da pós-graduação de forma mais igualitária entre os estados brasileiro, na pesquisa educacional não surtiu efeito.

Com os dados coletados foi possível identificar na história da educação a questão dos investimentos e incentivos financeiros. Foi possível verificar que mais de 65% dos trabalhos não possuem qualquer tipo de investimento, seja ele público ou privado, porém neste caso seria preciso uma análise mais profunda sobre o assunto, apresentando dados para comparação entre áreas distintas como exatas e biológicas e dessa forma seria possível identificar se os dados alarmantes apresentados correspondem as pesquisas da área humanidades, apresentando uma desigualdade entre as áreas, ou se o baixo número de investimentos encontram-se distribuídos também em outras áreas e dessa forma apresentando um problema de ordem estrutural. Assim, como pode ser vista na distribuição geográfica, os investimentos também se encontram concentrados nas regiões Sul e Sudeste, dessa forma contribuindo ainda mais para a desigualdade nas pesquisas pelo país.

Segundo os dados analisados, pôde-se observar que na história da educação existe uma discrepância muito grande entre os gêneros feminino e masculino, onde cerca de 70 % das pesquisas são realizadas por mulheres. Este é outro ponto que merece um estudo mais profundo em busca de compreender se tais números se apresentam como tendência dentro do campo das pesquisas ou se o campo da história da educação se configura como uma anomalia diante do restante das pesquisas pelo país.

Com relação às temáticas, pôde-se encontrar três grandes blocos temáticos divididos em outros diversos subtemas. O primeiro bloco está ligado a assuntos relacionados a psicologia da educação, temática que remonta os primeiros estudos em educação no país e que ainda hoje continua sendo o principal tema abordado pelas pesquisas. O segundo bloco está ligado aos estudos de fundamentos da educação, tema atemporal visa a essência do pensamento educacional, ocupam e provavelmente sempre ocuparão um lugar de destaque dentro da área de educação. No terceiro e último grande bloco temático encontram-se um grupo de pesquisas que vêm ganhando força desde a década de 1990, fazendo com que a economia da educação alcançasse um novo *status* dentro das pesquisas em educação, apresentando hoje cerca de 20% das pesquisas realizadas no país.

Como tendência, acreditamos em um novo perfil de pesquisa, influenciada em grande parte pela ascensão do pós-modernismo, apresenta pesquisas que procuram de

alguma forma integrar elementos das três grandes temáticas apresentadas acima. Neste trabalho condicionou-se a chamar tais pesquisas como multitemáticas.

Dividindo os trabalhos entre os três grandes períodos históricos brasileiros (colônia, império e república) os resultados obtidos mostram-se alarmantes, o número de trabalhos sobre o período educacional do Brasil colônia é praticamente inexistente. Dos 1168 trabalhos analisados, apenas 9 deles são sobre o Brasil colônia, apontando para um percentual de apenas 1% dos trabalhos. Majoritariamente, as pesquisas em história da educação se encontram concentradas no período republicano (1889 - 2010), principalmente no período que vai dos anos de 1889 até a década de 1930.

Resumidamente quando se pensa em teses e dissertações a pesquisa em história da educação se encontra concentrada nas regiões Sul e Sudeste do país, tendo apenas 1/3 de suas pesquisas financiadas e com uma predominância de mulheres pesquisadoras e também de instituições federais de ensino. Suas temáticas giram em torno de temas ligados a psicologia, fundamentos e economia da educação e com relação aos períodos históricos os temas mais abordados correspondem ao período que vai de 1889 a 1930.

Por fim vale ressaltar a importância desse tipo de estudo, pois, através dele é possível compreender de forma mais ampla o atual estágio de desenvolvimento de um campo científico e dessa forma direcionar de forma mais eficiente, futuras medidas de desenvolvimento. Espera-se que com os dados apresentados neste trabalho possam servir de base para futuras discussões sobre temas como a desigualdade na distribuição geográfica da pesquisa, a falta de incentivo financeiro aos pesquisadores, a predominância de determinadas temáticas e de alguns períodos históricos e assim, contribuir para o desenvolvimento das pesquisas em história da educação.

## 6 REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Maria do Rosário Guimarães. Literatura Cinzenta: Teoria e Prática. **Rev. Esp. Doc. Cient**, São Paulo, v.24, n.2, 2001. Disponível em: <<http://redc.revistas.csic.es/index.php/redc/article/download/56/117>>. Acesso em: 01 jan. 2010.
- ALMIND, T. C.; INGWERSEN, P.. Informetric analyses on the world wide web: methodological approaches to “webmetrics”. **Journal of Documentation**, New York, v.53, n.4, p.404-426, 01 jan. 1997. Disponível em: <<http://www.emeraldinsight.com/journals.htm?issn=0022-0418&volume=53&issue=4>>. Acesso em: 01 jan. 2010.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 14724: informação e documentação – trabalhos acadêmicos - apresentação. Rio de Janeiro, 2001.
- BACON, Francis. **O progresso do conhecimento**. São Paulo: Editora da Unesp, 2007.
- BAGDASSARIAN, E.C. Paridad en el sistema CyT desde el punto de vista de las jóvenes investigadoras y tecnólogas afecta tener hijos y hijas? In: VI CONGRESO IBEROAMERICANO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA Y GÊNERO. 6, 2006, Zaragoza. Anais... Zaragoza: Prensas Universitárias, 2006. p.53-54.
- BAGNO, Marcos; RANGEL, Egon de Oliveira. Tarefas da educação lingüística no Brasil. **Rev. Brasileira de Lingüística Aplicada**, v.5, n.1, 2005.
- BARBOSA, Marialva. Meios de comunicação no Brasil pós 30: reflexões em torno da historicidade e o papel da imprensa. **UNirevista**, Rio de Janeiro, v.1, n. 3, julho 2006.
- BARRETO, F. C. S. O futuro da pós-graduação brasileira. In: STEINER, J. E.; MALNIC, G. **Ensino superior: conceito e dinâmica**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 2006. p.157-176.
- BARRETO, Francisco Cesar Sá; BORGES, Mario Neto. Novas políticas de pós-graduação: o caso FAPEMING-CAPES. **Ensaio: Avaliação de Políticas Públicas Educacionais**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 65, p.599-612, 2007. Bimestral. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v17n65/v17n65a3.pdf>>. Acesso em: 01 jan. 2010.
- BARROS, E. M. C. de B. **Política de pós-graduação: um estudo da comunidade científica**. São Carlos. São Carlos: Edufscar, 1998.
- BITTAR, M. O estado da arte em história da educação brasileira após 1985: um campo em disputa. In: LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D.; NASCIMENTO, M. I. M. (Org.).

**Navegando pela história da educação.** Campinas: HISTEDBR, 2006. p.1-24. Disponível em: <<http://www.histebr.fae.unicamp.br/navegando/index.html>>. Acesso em: 01 jan. 2010.

BITTAR, Marisa. A pesquisa em educação no Brasil e a constituição do campo científico. **Revista HISTEDBr on-line**, Campinas, n.33, p.3-22, mar. 2009.

BITTAR, Marisa; FERREIRA Jr., Amarílio. Educação jesuítica no Brasil Colonial. **Série-Estudos**, Campo Grande, n.12, p.135-143, jul.-dez., 2001.

BORGES-ANDRADE, J. E.. Em Busca do Conceito de Linha de Pesquisa. **Revista de Administração Contemporânea**, São Paulo, v.7, n.2, p.157-170, 2003.

BOURDIEU, Pierre, 1930-2002. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico.** Denice Barbara Catani (Trad.). São Paulo: Ed. UNESP, 2004. 86 p.

BOURDIEU, Pierre, 1930-2002. **Sociologia.** Renato Ortiz (Org.). Paula Monteiro (Trad.). São Paulo: Ática, 1983. v.39. 191 p. -- (Coleção Grandes Cientistas Sociais; v.39)

BRADFORD, S. C. Sources of information on scientific subjects. **Engineering**, London, v.26, n.137, p.85-86, 1934.

BRASIL, CFE (1962). “Parecer n. 251/62”. **Documenta**, n.11, p.59-65.

BRASIL, CFE (1969). “Parecer n. 252/69”. **Documenta**, n.100, p.101-117.

BRASIL, Ministério da Educação e Cultura, Conselho Federal de Educação. Definição dos cursos de pós-graduação (Parecer n° 977/65). **Documenta**, 1965, p.67-86.

BRASIL, Ministério da Educação e Cultura, Conselho Federal de Educação. Definição dos cursos de pós-graduação (Parecer n° 977/65). **Documenta**, 1965, p. 67-86.

BRASIL, Ministério da Educação e Cultura, Conselho Federal de Educação, (1983). Resolução n. 05, 10/03/1983. Brasília: MEC/CFE. 1983, 5p.

BRASIL, Ministério da Educação e Cultura, Secretaria de Educação Superior/Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, (1975). I Plano Nacional de Pós-Graduação: 1975-1979. Brasília: MEC/SESU/CAPES.

BRASIL, Ministério da Educação e Cultura, Secretaria de Educação Superior/Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, (1982). II Plano Nacional de Pós-Graduação: 1982-1985. Brasília: MEC/SESU/CAPES.

BRASIL, Ministério da Educação e Cultura, Secretaria de Educação Superior/Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, (1986). III Plano Nacional de Pós-Graduação: 1986-1989. Brasília: MEC/SESU/CAPES.

- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. *Lei de Diretrizes de Base da Educação Nacional*. Brasília: 1961.
- BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Thesaurus Brasileiro da Educação (Brased). Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/pesquisa/thesaurus>>. Acesso em abril 2010.
- BRASIL. MINISTÉRIO de Educação e Cultura. Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 2005- 2010. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Brasília/DF. Dezembro. 2004. 93p.
- BRASIL. Senado Federal. *Reforma Campos: Decreto N° 19.890/31*. Rio de Janeiro: 1931.
- CACHAPUZ, F. Antônio. À procura da excelência na aprendizagem. **Série-Estudos**. Campo Grande (MS), dez. 2000.
- CAMPBELL, D. T.; FISK, D. Convergent and discriminant validation by the multitrait-multimethod matrix. **Psychological Bulletin**, Washington, v.2, n.56, p.81-105, 1959.
- CAPES, Documento de área/Educação: Relatório Anual: avaliação continuada 2006 ano base 2005. Brasília: 2006. Disponível em: <[http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/DocArea04\\_06\\_Educacao\\_a\\_nobase2005.pdf](http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/DocArea04_06_Educacao_a_nobase2005.pdf)>. Acesso em: 01 de jan. 2010
- CAPES. Estatística da pós-graduação. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/avaliacao/resultados-da-avaliacao-de-programas>>. Acesso em: 01 de jan. 2010.
- CARVALHO, Laerte Ramos de. A Educação Brasileira e a sua periodização. **Revista Brasileira de história da educação**, n. 2, jul./dez. 2001.
- CHAUÍ, M. A.. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n.24, p.1-11, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a02.pdf>>. Acesso em: 01 jan. 2010.
- CHIZZOTTI, Antonio. Pesquisa em ciências humanas e sociais. São Paulo: Cortez, 1995.
- COADIC, Yves-Francois Le. **A ciência da informação**. 2.ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2004. 124 p.
- CURRÁS, Emília. **Tratado sobre ciencia de la información**. Rosario: Ed. Universidad Nacional de Rosário, 1996.
- DENZIN, N. K. **The Researchact**. Chicago: Adine Publishing Co, 1970.
- DIAS, Rafael de Brito. **A política científica e tecnológica Latino-Americana: Relação entre enfoques teóricos e projetos políticos**. 2005. 106 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de

Programa de Pós-graduação em Política Científica e Tecnológica, Departamento de Política Científica e Tecnológica, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

DUARTE, Sérgio Guerra. **Dicionário brasileiro de educação**. Rio de Janeiro, Antares/Nobel, 1986.

DUARTE, Teresa. A **possibilidade de investigação a 3: reflexões sobre triangulação (metodológica)**. Centro de Investigação e Estudos em Sociologia: Lisboa, n. 60, 2009.

DUFFY, Mary. Methodological triangulation: a vehicle for merging quantitative and qualitative research methods. **Journal of Nursing Scholarship**, New York, p.130-133, 01 jan. 2007. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1547-5069.1987.tb00609.x/abstract>>. Acesso em: 01 jan. 2010.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque; BRITTO, Jader de Medeiros. **Dicionário de educadores no Brasil: da colônia aos dias atuais**. Rio de Janeiro: UFRJ; Brasília: MEC/INEP, 1999.

FUNARO, Vânia Martins Bueno de Oliveira; NORONHA, Daisy Pires. Literatura Cinzenta: Canais de Distribuição e Incidência nas Bases de Dados. In: POBLACIÓN, Dinah A.; WITTER, G. P.; SILVA, J. F. M. da. **Comunicação e produção científica: Contexto, indicadores e avaliação**. São Paulo: Angellara, 2006. Cap.8, p.215-233.

GATTI, B. A.; SILVA, T. R. N.; ESPOSITO, Y. L. Alfabetização e educação básica no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, n.75, nov. 1990.

GATTI, B.. As alternativas metodológicas para a pesquisa educacional: conhecimento e realidade. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v.49, p.3-14, 01 jan. 1982. Fundação Carlos Chagas.

GATTI, Bernadete Angelina. **A construção da pesquisa em educação no Brasil**. 3.ed. Brasília: Liber Livro Ed., 2010, 86 p. -- (Pesquisa em Educação; v.1)

GATTI, Bernadete Angelina. **A construção da pesquisa no Brasil**. Brasília: Liber Livro Editora, 2010, 3 ed., 87 p. (Série pesquisa, I)

GOERGEN, Pedro. A pesquisa educacional no Brasil: dificuldades, avanços e perspectivas. **Em Aberto**, Brasília, n. 31, p.01-18, jul./set. 1985.

GOMES, Sandra Lúcia Rebel; MENDONÇA, Marília Alvarenga Rocha; SOUZA, Clarice Muhlethaller de. Literatura Cinzenta. In: CAMPELLO, B. S.; CENDÓN, B. V; KREMER, J. M. **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**. 3.ed. Belo Horizonte: Ed. Ufmg, 2007.



GONZÁLEZ GARCÍA, M. I. **Sociología del conocimiento científico en clave feminista**. Ponencia apresentada en las II Jornadas sobre Interacciones Género-Ciencia, Zaragoza, mayo 1998.

GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a política e o estado moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

HARTMUT, Günther. Pesquisa qualitativa *versus* Pesquisa quantitativa: Esta é a questão. **Psicologia, Teoria e Pesquisa**. Brasília, v.22, n.2, p.201-210, maio-ago 2006. Disponível em: <<http://www.scribd.com/doc/37151315/Pesquisa-Qualitativa-Versus-Pesquisa-Quantitativa-Esta-E-a-Questao>>. Acesso em: 24 fev. 2010.

HAYASHI, Carlos Roberto Massao. **O campo da história da educação no Brasil: um estudo baseado nos grupos de pesquisa**. 2007. 249 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-graduação em Educação, Departamento de Educação, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2007.

HAYASHI, Maria Cristina Piumbato Innocentini; FERREIRA JR., Amarílio; BITAR, Marisa; HAYASHI, Carlos Roberto Massao; SILVA, Márcia Regina. História da Educação Brasileira: A produção científica na biblioteca eletrônica Scielo. **Educação e Sociedade**, Campinas, v.29, n.102, p.181-211, jan./abr. 2008. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 03 mar. 2010.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION. Documentation - methods for examining documents, determining their subjects, and selecting indexing terms. Suíça: ISO, 1985. 5p. (ISO 5963-1985 (E))

KANT, Immanuel. **Textos seletos**. Petrópolis: Vozes, 1974.

KUHN, Thomas S.. **A estrutura das revoluções científicas**. 9.ed. São Paulo: Perspectiva, 2006. 257 p. (Debates, 115).

LANGRIDGE, D. W. **Classificação: abordagem para estudantes de biblioteconomia**. Tradução de Rosali P. Fernandez. Rio de Janeiro, Interciência, 1977.

LEITE FILHO, Geraldo Alemandro; MARTINS, Gilberto de Andrade. Relação orientador-orientando e suas influências no processo de elaboração de teses e dissertações. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v.46, p.99-109, 2006.

LEITE, F. R; CARDOSO, R. da S. I. Interdisciplinaridade: uma nova consciência na prática docente. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO DO UNIBAVE, 1, 2006, Bahia. **Febave**. Salvador: Orleans, 2006. p.1 - 10. Disponível em:

<[http://www.febave.org.br/congressounibave/congresso\\_publicacao/congresso\\_artigos/fernanda\\_rosinete.pdf](http://www.febave.org.br/congressounibave/congresso_publicacao/congresso_artigos/fernanda_rosinete.pdf)>. Acesso em: 01 jan. 2010.

LOMBARDI, José Claudinei (ORG). **Temas de pesquisa em educação**. Autores associados, Campinas, 2003.

LOPES, M. I. V; ROMANCINI, R. Teses e Dissertações: estudo bibliométrico na área de comunicação. In: POBLACIÓN, Dinah A.; WITTER, G. P.; SILVA, J. F. M. da.

**Comunicação e produção científica**: Contexto, indicadores e avaliação. São Paulo: Angellara, 2006. Cap.5, p.139-161.

MAANEN, John Van. Reclaiming qualitative methods for organizational research: a preface. **Administrative Science Quarterly**, New York, v.24, n.4, p.520-526, 01 jan. 1979. Disponível em:

<[http://www.eric.ed.gov/ERICWebPortal/search/detailmini.jsp?\\_nfpb=true&\\_ERICExtSearch\\_SearchValue\\_0=EJ212334&ERICExtSearch\\_SearchType\\_0=no&accno=EJ212334](http://www.eric.ed.gov/ERICWebPortal/search/detailmini.jsp?_nfpb=true&_ERICExtSearch_SearchValue_0=EJ212334&ERICExtSearch_SearchType_0=no&accno=EJ212334)>. Acesso em: 01 jan. 2010.

MACÍAS-CHAPULA, C. A.. O papel da informetria e da cientometria e sua perspectiva nacional e internacional. **Ciência da Informação**, Brasília, v.27, n.2, p.134-140, 01 jan. 1998. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/342/303>>. Acesso em: 01 jan. 2010.

MALNIC, G.. O futuro da universidade pública. In: STEINER, J. E. **Ensino superior**: conceito e dinâmica. São Paulo: Edusp, 2006. p.303-308.

MARTINELLI, Maria Lúcia (Org.). **Pesquisa qualitativa**: um instigante desafio. São Paulo: Veras, 2003. 143 p.

MARTINS, G. A. Avaliação de periódicos brasileiros da área contábil. In: VII Congreso del Instituto Internacional de Costos y II Congreso de la Asociación Española de Contabilidad Directiva, 2001, León, 2001.

MEADOWS, Arthur Jack. **A comunicacao cientifica**. Brasília: Briquet de Lemos, 1999. 268p.

MEN, Liliana; NEVES, Fátima Maria. A construção do campo disciplinar da história da educação no Brasil (1970 - 1999). Seminário de pesquisa do PPE. Universidade Estadual de Maringá, Maringá/PR, 18p. 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saude. 7.ed. São Paulo: Hucitec, 1999. 269 p. (Saude em Debate).

MOURA, A. M. S. de; MATTOS, C. V. de; SILVA, D. C. da. Acesso e recuperação da produção científica pela biblioteca universitária: os Anais de Eventos. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 12., 2002, Rio de Janeiro. **Anais....** Rio de Janeiro: Uff, 2002. p.9-27.

MOURA, E. Instituto de Tecnologia e Aeronáutica: avaliação da produção científica (1991-1995). In: WITTER, Geraldina Porto. **Produção científica**. Campinas: Átomo, 1997. Cap.1, p.9-11.

MUGNAINI, Rogério; JANNUZZI, Paulo de Martino; QUONIAM, Luc Marie. Indicadores bibliométricos da produção científica brasileira: uma análise a partir da base Pascal. **Ciência da Informação**. Brasília, v.33, n. 22, p.123 – 131, mai/ago. 2004.

OLIVEIRA, Silvio Luiz. **Tratado de metodologia científica**. São Paulo: Pioneira, 1997.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. 4ª. Conferência Mundial das Nações Unidas sobre as Mulheres. Pequim. 1995. P. 95-221.

ORGANIZAÇÃO para a cooperação e desenvolvimento econômico. **Manual de Frascati**, Itália: 6.ed. 2002. 254p.

PAIVA, Vanilda. Sobre o conceito de “capital humano”. **Cadernos de Pesquisa**, n.113, p.185-1991, julho/2001.

PEREIRA, Gilson R. de M.; ANDRADE, Maria da Conceição Lima. A construção da administração da educação na RBAE (1983-1996). **Educação e Sociedade**, Campinas, v.26, n.93, p. 1393-1411, set/dez. 2005.

POPE, Catherine; MAYS, Nick. Reaching the parts other methods cannot reach: an introduction to qualitative methods in health and health service research. **British Medical Journal**, New York, n.133, p.42-45, 01 jan. 1995. Disponível em: <<http://www.bmj.com/content/311/6996/42.full>>. Acesso em: 01 jan. 2010.

PRICE, Derek J. de Solla. **Little science, big science**. New York: Columbia University Press, c1969. 118 p.

RAMALHO, B. L.; MADEIRA, V. P. C. A pós-graduação em educação no Norte e Nordeste: desafios, avanços e perspectivas. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n.30, 2005.

RAUPP, Fabiano Maury; BEUREN, Ilse Maria (Org.). **Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2006.

REVISTA HISTEDBR ON-LINE. Campinas: HISTEDBR; UNICAMP, 2000-2005.

RICHARDSON, Roberto Jarry. Métodos Qualitativos e Quantitativos. In: RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

RODRIGUES, A. **Psicologia social**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981. 573p.

ROMEO, J. R. M.; ROMEO, C. I. M.; JORGE, V. L.. **Estudos de Pós-Graduação no Brasil**. Rio de Janeiro: Iesalc, 2004.

ROSTAINING, H.. **La bibliométrie et ses techniques**. Toulouse: Sciences de La Société, 1997.

SADER, E. Público versus mercantil. Folha de S. Paulo, São Paulo, 19 jun. 2003, p. 3.

SANTOS, Boaventura Sousa. **A Universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade**. São Paulo: Cortez, 2009.

SANTOS, Cássio Miranda dos. Tradições e contradições da pós-graduação no Brasil. **Educação e Sociedade**, Campinas, CEDES, v.24, n.83, p.627-641, 2003.

SANTOS, G. C.; PASSOS, R; AMARAL, S. F. **Produção intelectual da Faculdade de Educação da Unicamp: o gerenciamento das dissertações e teses digitais pela biblioteca**. Rio de Janeiro: Snbu, 2002.

SANTOS, G. C.; PASSOS, R; AMARAL, S. F. **Produção intelectual da Faculdade de Educação da Unicamp: o gerenciamento das dissertações e teses digitais pela biblioteca**. Rio de Janeiro: Snbu, 2002.

SANTOS, Gildenir Carolino; PASSOS, Rosemary; AMARAL, Sérgio Ferreira. **Produção intelectual da Faculdade de educação da Unicamp: o gerenciamento das dissertações e teses digitais pela biblioteca**. Rio de Janeiro: SNBU, 2002. Disponível em: <<http://www.sibi.ufrj.br/snbu/snbu2002/oralpdf/53.a.pdf>>. Acesso em: 23 de mar. 2010

SAVIANI, Demerval. Doutorado em Educação: Significado e Perspectivas. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v.7, n. 21, p.181-197, 01 jan. 2007. Disponível em: <<http://www2.pucpr.br/reol/index.php/DIALOGO?dd1=1047&dd99=view>>. Acesso em: 01 jan. 2010.

SAVIANI, Demerval. Pós-graduação em educação no Brasil: trajetória, situação atual e perspectivas. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v.1, n.1, p.1-19, 01 jan. 2000. Disponível em: <<http://www2.pucpr.br/reol/index.php/DIALOGO?dd1=703&dd99=view>>. Acesso em: 01 jan. 2010.

SAVIANI, Demerval. Tendências e correntes da educação brasileira. In: MENDES, Dumerval T. (coord). **Filosofia da Educação Brasileira**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1983, p.19-47.

SAVIANI, Dermeval. *Entrevista*. Campinas, UNICAMP, 19 de julho, 1995.

SCHUELLER, A. F. Representações da docência na imprensa pedagógica na Corte imperial (1870-1889): o exemplo da Instrução Pública. **Educação & Pesquisa**, São Paulo, v.31, n.3, p.379-390, set./dez. 2005.

SGUISSARDI, V. Universidade neoprofissional, heterônoma e competitiva. In: FÁVERO, M. L.; MANCEBO, D. (Org.). **Universidade: políticas, avaliação e trabalho docente**. São Paulo: Cortez, 2004.

SILVA, Carmem S.B. da. **Curso de pedagogia no Brasil: História e identidade**. Campinas: Autores Associados, 1999.

SILVA, E. L. da; MENEZES, E. M.. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. Florianópolis: Laboratório de Ensino A Distância da UFSC, 2001.

SILVA, M. R. **Análise bibliométrica da produção científica docente do Programa de Pós-Graduação em Educação Especial/UFSCar: 1998 – 2003**. 2004. 168 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Educação Especial, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2004.

SILVA, Márcia Regina da **Configuração do campo da educação no Brasil: estudo bibliométrico da Revista Brasileira de Educação e da Revista Brasileira de História da Educação**. São Carlos: UFSCar, 2008. 207 p. Doutorado (Educação). Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2007.

SILVA JR, João dos Reis; SGUISSARDI, Valdemar. **Novas faces da educação superior no Brasil**. Edusf, Bragança Paulista, 1999.

SKINNER, B. F. **Comportamento Verbal**. São Paulo: Cultrix, 1978.

SOUZA, Rosali Fernandes de. Áreas do conhecimento. **Revista de Ciência da Informação**, v.5, n. 2, abr/2004. Disponível em:  
<[http://www.datagramazero.org.br/abr04/Art\\_02.htm](http://www.datagramazero.org.br/abr04/Art_02.htm)>. Acesso em: 03 mar. 2010.

SPINAK, E.. Indicadores cientométricos. **Ciência da Informação**, Brasília, v.27, n.2, p.141-148, 01 jan. 1998. Disponível em:  
<<http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/349/310>>. Acesso em: 01 jan. 2010.

STUMPF, I. R et al. Uso dos termos: Cienciometria e cientometria pela comunidade científica brasileira. In: POBLACIÓN, Dinah A. et al. **Comunicação e produção científica**: Contexto, indicadores e avaliação. São Paulo: Angellara, 2006. Cap.13, p.343-369.

TARGINO, Maria Das Graças. Comunicação científica: uma revisão de seus elementos básicos.. **Informação & Sociedade**, Paraíba, v.10, n.2, p.1-19, 01 jan. 2000. Disponível em: <<http://www2.pucpr.br/reol/index.php/DIALOGO?dd1=703&dd99=view>>. Acesso em: 01 jan. 2010.

VANTI, N. A. P. Da bibliometria à webometria: uma exploração conceitual dos mecanismos utilizados para medir o registro da informação e a difusão do conhecimento. **Ciência da Informação**, Brasília, v.31, n.2, p.152-162, 01 jan. 2002. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/171/150>>. Acesso em: 01 jan. 2010.

VELHO, L. **Notas sobre a pós-graduação em Ciências Sociais e Humanidades**: por que e em que diferem das ciências naturais? Brasília: Unesco, 1997.

VELHO, Lea; PROCHAZKA, Maria Vivianna. **No que o mundo da ciência difere dos outros mundos?** Disponível em: <<http://www.comciencia.br/reportagens/mulheres/09.shtml>>. Acesso em: 01 jan. 2010.

VIDAL, Diana; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. História da educação no Brasil: a constituição histórica do campo (1880/1970). **Revista Brasileira de História**, São Paulo: ANPUH, v.23, n.45, p.37-70, 2003.

VILLALTA, L. O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura. In: Mello e Souza, L. (Org.). História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p.331-385.

VOOS, H. Lotka and information science. **Journal of The American Society of Information Science**, New York, n.25, p.270-272, 01 jan. 1974. Bimestral. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/asi.4630250410/abstract?systemMessage=Due+to+scheduled+maintenance%2C+access+to+Wiley+Online+Library+will+be+disrupted+on+Saturday%2C+5th+Feb+between+10%3A00-12%3A00+GMT>>. Acesso em: 01 jan. 2010

WAINER, J.. Métodos de pesquisa quantitativa e qualitativa para a ciência em computação. In: KOWALTOWSKI, Tomasz; BREITMAN, Karin. **Atualização em informática 2007**. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Computacao, 2007. p.221-262.

WARDE, Miriam Jorge. O papel da pesquisa na Pós-Graduação em educação. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, v.73, p.67-75, maio 1990.

WEITZEL, Simone da Rocha. Fluxo da Informação Científica. In: POBLACIÓN, Dinah A.; WITTER, G. P.; SILVA, J. F. M. da. **Comunicação e produção científica: Contexto, indicadores e avaliação**. São Paulo: Angellara, 2006. Cap.3, p.83-114.

WORLD INFORMATION SYSTEM FOR SCIENCE AND TECHNOLOGY. Princípios de indexação. **Revista da Escola de Biblioteconomia**. UFMG, v.10, n.1, p.83-94, 1981.

XAVIER, Libânea Nacif. Particularidades de um campo disciplinar em consolidação: balanço do I Congresso Brasileiro de História da Educação (RJ/2000). In: SBHE.(Org.). **Educação no Brasil**. Campinas: SBHE/Autores Associados.